

esporte em outras grandes capitais, com reflexos sobre o comportamento dos torcedores locais. Tal processo também pode ser observado no EDT, no que se refere à proteção e defesa do torcedor, na mídia, sob a ótica das mensagens da televisão e no próprio desvirtuamento do lazer na experiência de uma política pública.

Os capítulos deste livro trazem temas produzidos por um grupo de pesquisadores da Rede CEDES, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF – UnB) ao longo de 2007, durante o desenvolvimento do Projeto “Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal”.

A preocupação central dos textos apresentados pelos autores foi contribuir teórica e metodologicamente para uma melhor compreensão dos fenômenos da relação entre mídia e esporte, com enfoque na televisão; da Lei Nº 10.671, de 2003, conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), tendo como contraponto a figura do torcedor como um consumidor de espetáculo; das torcidas organizadas de futebol; dos torcedores – telespectadores que freqüentam bares de torcidas na Capital Federal e de uma política pública local - “O Esporte à Meia-Noite”, da Cidade Satélite de Planaltina-DF. A linha orientadora dos textos sugere a existência de um processo de “secundarização” do futebol no DF, do torcedor no EDT, do lazer enquanto política pública de educação dos jovens e da própria mídia televisiva por intermédio de suas mensagens.



TORCEDORES, MÍDIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aldo Antonio de Azevedo

Aldo Antonio de Azevedo (Org.)
**TORCEDORES, MÍDIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**
NO DISTRITO FEDERAL



coleção
DOSSIÊ
THESAURUS



“Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal” constitui o terceiro livro da Coleção Dossiê publicado pela Thesaurus Editora e traz temas produzidos por um grupo de pesquisadores da Rede CEDES, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF – UnB) ao longo de 2007, durante o desenvolvimento do Projeto “Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal”. A considerar a amplitude das temáticas, os autores privilegiaram alguns recortes que convidam a uma reflexão sobre As torcidas organizadas locais, os torcedores de grandes clubes de futebol nos bares da capital, uma abordagem do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT - Lei Nº 10.671, de 2003), uma discussão teórica sobre a mídia televisiva e a análise de uma política pública local - “O Esporte à Meia-Noite”, da Cidade Satélite de Planaltina-DF. Os capítulos se orientam por um processo de “secundarização” que marca o futebol da cidade em relação à relevância desse

**TORCEDORES, MÍDIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ESPORTE E LAZER
NO DISTRITO FEDERAL**

Aldo Antonio de Azevedo
(Organizador)

TORCEDORES, MÍDIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL

AUTORES

Aldo Antonio de Azevedo

Alfredo Feres Neto

Daniel Santos

Danilo Mota Vieira

Dori Alves Júnior

Rafael Rangel Soffredi

coleção
DOSSIÊ
THESAURUS



© by Aldo Azevedo - 2008

FICHA TÉCNICA

Arte da capa: *Beto Paixão e Aldo Azevedo*
Edição eletrônica: *Beto Paixão, Raul Evaristo*
Revisão: *Jarbas Junior*
Supervisão: *Victor Tagore*

Conselho Editorial: *Aldo Antonio de Azevedo*
Alfredo Feres Neto
André Luiz Teixeira Reis
Brasilmar Ferreira Nunes
Dulce Maria de A. F. Suassuna
Ingrid Dittrich Wiggers
Manuela Alegria
Sadi Dal Rosso

ISBN: 978-85-7062-786-5

A994t Azevedo, Aldo Antonio de
Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer
no Distrito Federal / Aldo Antonio de Azevedo, organizador —
Brasília: Thesaurus, 2008.
168 p.

1. Esporte 2. Lazer 3. Política de esporte e lazer 4. Brasília
(DF), Esporte e lazer. I. Título

CDU 796.07 (817.4)
CDD 796

Todos os direitos em língua portuguesa, no Brasil, reservados de acordo com a lei. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou informação computadorizada, sem permissão por escrito do Autor. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.** SIG Quadra 8, lote 2356 - CEP 70610-400 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 - Fax: (61) 3344-2353 * End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br

Composto e impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTO</i>	9
<i>APRESENTAÇÃO</i>	11

PARTE I

TORCEDORES E TORCIDAS ORGANIZADAS NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I

O DIREITO DE TORCER E COMO TORCER DIREITO: UMA INTERPRETAÇÃO DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR (LEI Nº 10.671, DE 2003), NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO DE CONSUMO DO ESPETÁCULO DE FUTEBOL	17
<i>Aldo Antonio de Azevedo</i>	

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA ENTRE TORCIDAS ORGANIZADAS NO DISTRITO FEDERAL: CONFLITOS INTRÍNSECOS E AÇÕES DO PODER PÚBLICO	49
<i>Rafael Rangel Soffredi</i>	
<i>Aldo Antonio de Azevedo</i>	

CAPÍTULO III

OS TORCEDORES NOS BARES DO DF: SECUNDARIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO NA CAPITAL	95
<i>Daniel Santos</i>	
<i>Aldo Antonio de Azevedo</i>	

PARTE II

A MÍDIA ESPORTIVA EM PERSPECTIVA TEÓRICA

CAPÍTULO IV

A TELEVISÃO E O ESPORTE: QUESTÕES E TENSÕES SOBRE O ESPETÁCULO, O MERCADO E O CONSUMO	124
<i>Dori Alves Júnior</i>	
<i>Alfredo Feres Neto</i>	
<i>Aldo Antonio de Azevedo</i>	

PARTE III
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO
DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO V

ESPORTE, LAZER E CONTROLE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA “ESPORTE À MEIA-NOITE” EM PLANALTIMA - DF 143

Danilo Mota Vieira

Aldo Antonio de Azevedo

SOBRE OS AUTORES..... 165

AGRADECIMENTO

A realização do Projeto Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal, iniciado em dezembro de 2006 e concluído em 2007, do qual o presente livro teve sua origem, contou com o patrocínio do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), cujo suporte garantiu as condições suficientes para a execução do referido projeto. O Núcleo da Rede CEDES da Faculdade de Educação Física, da Universidade de Brasília (FEF-UnB), por sua vez, ofereceu apoio institucional e disponibilizou equipamentos para os estudos e pesquisas.

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de estudos e pesquisas realizados no ano de 2007, no Projeto Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal, da Rede CEDES, do Núcleo da Faculdade de Educação Física (FEF), da Universidade de Brasília (UnB), com o apoio do Ministério do Esporte (ME).

Nossa intenção com essa publicação foi propor um debate em torno de algumas questões que vêm assumindo centralidade crescente no campo esportivo, em especial, do futebol, como a violência, as formas de organização e sociabilidade de torcedores no Distrito Federal, o poder da mídia esportiva e, por fim, uma análise crítica e exemplificativa de uma política pública de esporte e lazer no contexto de uma cidade local. Um dos eixos norteadores do conjunto de estudos aqui reunidos é o processo de “secundarização”, que atinge, especialmente, o fenômeno do futebol, vez que a relevância local desse esporte é reduzida ou mitigada em relação ao cenário nacional.

Os capítulos estão divididos conforme os focos supracitados, em três partes, a saber:

Na Parte I, intitulada Torcedores e Torcidas Organizadas no Distrito Federal, são apresentados três capítulos. No Capítulo I, discorre-se sobre um tema central no estudo das torcidas de futebol no Brasil, por intermédio de uma análise sócio-jurídica da Lei N° 10.671, de 2003, conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT). Na referida análise o “torcedor” é concebido como um “consumidor” e o “clube”, como “organizador” do espetáculo. Dois institutos jurídicos são considerados na análise dessa relação de consumo: a Responsabilidade Civil e a reparação de danos. Discute-se, ainda, na perspectiva jurídica, os aspectos da proteção e da segurança de torcedores nos estádios, em razão da ação das chamadas “torcidas organizadas”; pois, pode-se dizer que a norma, para legitimar o consumo do espetáculo, preconiza não apenas o “direito de torcer” mas, o como “torcer direito”, a partir do controle e a vigilância das referidas torcidas. Também, recorre-se às contribuições de Durkheim, Foucault e Elias para interpretar sociologicamente o EDT, enquanto norma jurídica.

No Capítulo II há um estudo sobre torcidas organizadas no Distrito Federal, a partir de uma pesquisa que envolveu entrevistas com torcedores e líderes de torcidas. No Capítulo III, as análises dos torcedores e seus comportamentos têm como locus os “bares de torcidas”, onde algumas perspectivas analíticas sugerem um aspecto secundário do futebol da capital (secundarização), a sociabilidade e o comportamento dos torcedores nos bares da Capital Federal.

Na Parte II, denominada Mídia Esportiva em Perspectiva Teórica, o Capítulo IV, traz um estudo da relação entre o esporte e a televisão, no sentido de introduzir e discutir o assunto por intermédio de alguns aportes teóricos.

Finalmente, na Parte III, relativa às Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal, o Capítulo V, discorre sobre um estudo crítico do caso do “Esporte à Meia-Noite”, em

Planaltina, um programa da Secretaria de Segurança Pública do DF, onde há uma focalização do esporte de lazer ou lazer esportivo, não como um espaço real de direito ao lazer, educação e formação da cidadania de jovens que estudam no período noturno, mas para controle da violência e da criminalidade na comunidade.

Nesta perspectiva, o presente livro representa uma contribuição para os estudos acerca das temáticas aqui discutidas, considerando que se trata de um campo vasto para investigações, agendas e debates nos campos do esporte, Educação Física, lazer, Educação e Sociologia.

Brasília, outubro de 2008.

ALDO ANTONIO DE AZEVEDO

PARTE I

TORCEDORES E TORCIDAS ORGANIZADAS NO DISTRITO FEDERAL

O DIREITO DE TORCER E COMO TORCER DIREITO: UMA INTERPRETAÇÃO DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR (LEI Nº 10.671, DE 2003), NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO DE CONSUMO DO ESPETÁCULO DE FUTEBOL.

Aldo Antonio de Azevedo

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo analisar os artigos e dispositivos mais relevantes da Lei nº 10.671, de 2003, também conhecida como “Estatuto de Defesa do Torcedor” (EDT), na perspectiva jurídica e com apoio em algumas interpretações sociológicas, tendo em vista a intencionalidade do referido texto legal acerca das relações de consumo dos espetáculos esportivos, particularmente de jogos de futebol nos estádios.¹ Por razões de delimitação do estudo, deixo de lado aqui a transmissão

1. - O presente artigo resultou dos estudos acerca do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) e das Torcidas Organizadas do Distrito Federal, realizados ao longo de 2007, junto ao Projeto “Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas no Distrito Federal”, vinculado à Rede CEDES, da Universidade de Brasília (UnB) e por mim coordenado. Sua elaboração teve como base a leitura e a re-leitura da Constituição Federal de 1988, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), do Decreto-Lei 3.199, de 1941, do Estado Novo, de Vargas, da Lei nº 8672, de 1993, conhecida como Lei Zico, Lei nº 9.615, (Lei Pelé), Projeto de Lei nº 7.262, de 2002 (previsão do EDT) e do EDT, propriamente dito; além de assistir a programas esportivos, jogos de futebol em estádios do país e no Distrito Federal, etc.

de jogos de futebol pela televisão a cabo, que já envolve diretamente uma relação contratual de consumo.

A intenção do legislador foi conceber o “torcedor” como um “consumidor” e a entidade organizadora do evento, geralmente, o “clube”, como o “fornecedor” do serviço ou “promotor” do espetáculo. Portanto, estamos falando de relações de consumo, o que enseja a Responsabilidade Civil e a reparação de danos. Nesta perspectiva, o EDT é elucidativo, como veremos ao longo do texto.

Faz parte da presente análise, o questionamento jurídico do EDT, enquanto instrumento de proteção e segurança dos torcedores nos estádios de futebol, face à presença e ação das chamadas “torcidas organizadas”. Por outro lado, o texto legal reforça o direito ao lazer dos espectadores. No entanto, não se considera aqui a extensão desse direito como um direito social, propriamente dito; o que ensejaria a gratuidade a todos, e não apenas ao espectador de futebol, em particular.

Neste sentido, a referida norma preconiza não apenas o “direito de torcer” dos espectadores; mas, o como “torcer direito”, a partir do controle das “torcidas organizadas”, que vêm promovendo agressões, brigas e até mortes nos estádios.

A relação jurídica de consumo do evento futebolístico é o foco central do EDT; pois, os mecanismos de proteção, constituem uma salvaguarda ao espectador; ou antes, o torcedor-consumidor. Já a responsabilidade civil e a reparação de danos estão direcionadas ao espectador que “não sabe torcer” e ao clube que não oferecer as condições adequadas ao espetáculo. Desse modo, uma “secundarização” do torcedor pode ser percebida como consequência da falta de cuidados como a proteção e segurança, além do fato do próprio torcedor não fazer valer as prerrogativas legais e contratuais que o consumo de um espetáculo deve lhe proporcionar.

Antecedentes da Criação do EDT²

A pressão da sociedade e diversos argumentos nos meios esportivos concorreram para a necessidade de um instrumento jurídico de garantia de direitos, de proteção e de segurança de torcedores. No caso brasileiro, têm sido freqüentes os embates entre torcidas, em especial, nos grandes centros urbanos, onde o futebol assume maior interesse e significação social, em razão da presença de grandes times já conhecidos nacionalmente e de um grande número de torcedores; ainda que, isso não se constitua uma regra geral ou tautologia, pois o futebol é um fenômeno nacional.

Pode-se afirmar que os “grupos” de torcedores têm o seu aparecimento, de fato, na década de 60, do século passado, ocasião em que tinham como característica fundamental, simplesmente, “torcer”, sem uma organização sistemática; mas, apenas a aglomeração em locais do estádio. Na verdade, pode-se aliar ao ato de torcer, a paixão pelo “time do coração”, aliado ao comportamento cantar (charangas) e vaiar (apupar), não apenas o adversário do campo de jogo, como também a torcida rival, sem agressões e brigas.

Este padrão de comportamento sempre contou com a simpatia da imprensa escrita, falada e da televisão, veículos centrais da “mídia”, que sempre apontaram o torcedor como o principal ator do espetáculo. É este formato que, inicialmente e historicamente, justifica a idéia de “torcida organizada”.³

2. - A construção de alguns antecedentes históricos, sociais e políticos da legislação esportiva brasileira, além de elementos críticos da organização e administração do futebol, aqui apontados, podem ser encontrados na íntegra em: Azevedo, Aldo. *Dos velhos aos novos cartolas: uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Tese de Doutorado em Sociologia).

3. - Constituem referências elucidativas acerca das torcidas organizadas e da violência nos estádios, os seguintes estudos: Murphy, Patrick, William, John & Dunning, Eric. *O futebol no banco dos réus: violência dos espectadores num desporto em mudança*. Lisboa, Oeiras: Celta Editora, 1994. Tradução de: Raul Sousa machado; Pimenta, Carlos Alberto M. *Torcidas organizadas de futebol: violência e autoafirmação, aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté, SP: Editora Vogal, 1997; e, Reis, Heloisa Baldy dos. *Futebol e violência*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

A partir da década de 80, período de grandes mudanças no futebol brasileiro, este formato também começa a se modificar. A evasão de torcedores dos estádios, comportamentos violentos de torcedores, desorganização dos campeonatos regional e nacional, desrespeito aos torcedores nos estádios, ação destruidora dos dirigentes tradicionais nos clubes, com o objetivo de enriquecimento particular e venda de jogadores de talento para o mercado europeu, brigas de torcedores, etc, demarcam alguns elementos do cenário do futebol naquela década, que até hoje servem como justificativa da violência dos torcedores no campo de jogo.

Tal cenário surgiu como um divisor de águas nesse percurso, em meio aos fatos que marcaram profundamente a história política, social e jurídica do país. O movimento pela campanha das eleições diretas, no início da década e a abertura democrática levaram ao fim do governo militar, instaurando a Nova República. Fato relevante e resultante desta fase de democratização das instituições brasileiras foi a Constituição Federal de 1988.

A inclusão do esporte nesta lei maior conferiu relevância e significado a esse setor e apontou a preocupação do Estado com a cidadania, a democratização e a autonomia da prática desportiva nacional. Tais princípios nobres, no entanto, não se difundiram para a legislação esportiva, a medida em que não ampliou, na prática, o conceito de esporte, restringindo-se ao esporte de alto rendimento ou da alta competição, como o futebol.

O futebol, por exemplo, preservou a legislação arcaica e corporativista, que sempre o acompanhou. Outras implicações sociais podem, ainda, ser apontadas, como a ausência de políticas públicas de esporte e lazer para a juventude, caracterizando um quadro de omissão do Estado em relação à questão, em que pesem as orientações constitucionais no final da década.

A força da Constituição Federal influenciou sobremaneira a década de 90, que pode ser considerada como um período de mudanças fundamentais para o esporte brasileiro e, por consequência, para o Direito Desportivo e a legislação desportiva. No governo Collor, alguns fatos relevantes e alguns equívocos históricos, traduzem as ações do Estado em relação à legislação esportiva.

O fato novo foi a Lei nº 8672, de 1993 (Lei Zico), que preconizou transformações radicais no esporte e nas entidades esportivas, especialmente para o futebol profissional, a partir da libertação da legislação e do Direito Desportivo, da égide do Decreto-Lei 3.199, de 1941, do Estado Novo, de Vargas. O referido decreto havia criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), que ditou as regras corporativas do Estado, nas normas esportivas, permanecendo por mais de cinqüenta anos.⁴

Na segunda metade dos anos 90, a questão assumiu proporções maiores, com o episódio da morte de um torcedor na decisão da Taça São Paulo de Futebol Júnior, de 1997, entre as equipes de futebol da Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP) e São Paulo Futebol Clube, cujos torcedores protagonizaram cenas violentas de brigas, em que utilizaram pedras, pedaços de madeira e barras de ferro no conflito.

Em 1998, nasce a Lei nº 9.615, (Lei Pelé), que incorporou grande parte da Lei Zico, também voltada para o futebol profissional, não tratou diretamente da questão da violência nos estádios; mas, fez a previsão da transformação dos clubes de futebol em empresas ou sociedades comerciais. Desse modo, na condição de sociedades comerciais, os clubes poderiam livremente continuar organizando e vendendo espetáculos, fazendo do torcedor um consumidor dos mesmos; porém, sem maiores preocupações com a proteção e segurança dos torcedores nos estádios.

Nos anos 2000 os eventos de brigas envolvendo “torcidas organizadas”, que já se constituíam como verdadeiras organizações, com lideranças, facções rivais dentro da própria torcida, instrumentos de filiação, estatutos, relações de trocas de favores com dirigentes dos clubes, etc; acumularam e reforçaram a necessidade de providências do poder público, para proteção e garantia do direito ao “torcer” e, ao mesmo tempo, de uma espécie de orientação sobre o “como” torcer direito.

Um fato que se somou à necessidade de urgência na aprovação do EDT, na década supracitada, foi o incidente ocor-

4. - Acerca da crítica do Estado Novo e do seu corporativismo, com reflexos para o esporte brasileiro, no que se refere às deliberações do CND, consultar Manhães, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

rido no jogo entre os times do Clube de Regatas Vasco da Gama e o São Caetano, na decisão do Campeonato Brasileiro de 2000, no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, onde houve um grande número de torcedores feridos gravemente, em razão da queda de um alambrado, que poderia ser evitado, se houvesse uma legislação contra a impunidade.

Recorrendo a Cabezón (2006), tem-se registro, ainda, em 2002, de trechos de uma exposição de uma exposição de motivos, do então Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, endereçada ao Presidente da República, no sentido da aprovação urgente do EDT (na ocasião, este ainda estava no formato do Projeto de Lei nº 7.262, de 2002), sem descartar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor:

“E.M. Nº 00045/02-MET

Brasília, 02 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

(...) a todo cidadão que aprecie, apóie, se associe a qualquer entidade de prática desportiva do país, ainda que não compareça ao evento esportivo, no que couber, os direitos de consumidor assegurados pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislação sobre consumo nas relações comerciais.

A aprovação do Estatuto do Torcedor é urgente, pois que o futebol brasileiro passa por um grave processo de corrosão, com clubes endividados, salários atrasados, evasão tributária, o que se reflete na falta de respeito aos torcedores/consumidores.

(...)tendo em vista a gravidade da situação de desrespeito aos direitos do torcedor e à insegurança a que são submetidos, todas as semanas, centenas de milhares de brasileiros, solicito seja atribuído a este Projeto de Lei a URGÊNCIA CONSTITUCIONAL prevista no artigo 64, parágrafo 1º , da Constituição da República.

Respeitosamente,

CAIO LUIZ DE CARVALHO

Ministro de Estado do Esporte e Turismo”.

Finalmente, em 2003, passou a fazer parte da legislação esportiva brasileira o EDT, criado pela Lei nº 10.671, que ainda

não possui uma aplicação efetiva no esporte brasileiro, mas que traz em seu teor uma relação jurídica de consumo do espetáculo de futebol, entre o torcedor – consumidor e o clube – fornecedor, como veremos a seguir.

A Relação de Consumo, o Direito de Torcer e como Torcer Direito

No contexto do Direito é sabido que o chamado Código de Defesa do Consumidor (CDC), descrito na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, se aplica à relação jurídica que se opera entre o consumidor de um lado e o fornecedor de outro.⁵ Está, ainda, evidenciado na letra dessa lei, em seus artigos 2º e 3º, que o consumidor é

“...toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final e o fornecedor com sendo toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”.

Do mesmo modo, o consumidor também é comparado a uma coletividade de pessoas (mesmo que indetermináveis), que intervêm nas relações de consumo. Por acréscimo, produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial, e por serviço qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as relações decorrentes de caráter trabalhista.

Neste sentido, estabelece-se uma “relação de troca”, a medida que ao comprar um ingresso para um jogo de futebol em um estádio, o torcedor equipara-se ao destinatário final do jogo de futebol, que além de ser um espetáculo a ser consumido, é

5. - O Artigo 1º da referida lei define o seu objeto: “O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e artigo 48 de suas Disposições Transitórias.

um produto e um serviço, organizado e promovido por um fornecedor (organizações de prática esportiva locais e nacionais). A denominação “espetáculo” aqui se traduz como um serviço e um negócio, pois, ele é comercializado ou vendido não apenas para os torcedores, mas para outras empresas, como a televisão.

Sabe-se que a relação de consumo nasce a partir do comércio de algum produto. A considerar essa natureza comercial e os negócios que envolvem o futebol no Brasil e no mundo, a relação de consumo constitui uma resultante central dos fenômenos econômicos que interferem naquele esporte.

Na ótica do Direito a relação de consumo se fundamenta em algum negócio jurídico que é balizado por um contrato. Já na Lei 9.615/98 (Lei Pelé), no parágrafo 3º do Artigo 42, já encontrávamos a existência de uma relação jurídica, com a previsão de que o torcedor é um consumidor amparado pelo CDC:

“§ 3º. O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990”

E, no teor do texto do *caput* do artigo 42, as entidades de prática desportiva foram, juridicamente, equiparadas, a fornecedores, senão vejamos:

“Art. 42. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.”

Nesta perspectiva, o torcedor é diretamente identificado com o consumidor, nos termos do art. 2º, da Lei 8.078, de 1990. Desse modo, está ele protegido pelo Código do Consumidor e, de modo específico, pelo EDT, que diz:

“Art. 2º Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o caput deste artigo”.

Curiosamente, no Projeto de Lei nº 7.262, de 2002, do EDT, a denominação “torcedor” estava mais diretamente vinculado ao consumo do espetáculo, a saber:

“Art. 2º Considera-se torcedor, para os fins desse Código, todo cidadão que aprecie, torça ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do país, bem como aquele que adquire ou utiliza bens, produtos ou serviços relacionados à prática desportiva formal como destinatário final”.

A mesma assertiva pode ser feita em relação à Lei nº 9.615, de 1998 (Lei Pelé), que também equipara, para todos os efeitos legais, o torcedor como consumidor, nos termos do art. 2º, da Lei 8.078, de 1990.

Sob a mesma ótica, no EDT, o organizador é equiparado legalmente ao fornecedor, do CDC:

Art. 3º Para todos os efeitos legais, equiparam-se a fornecedor, nos termos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo”.

Apesar de tais deduções e interpretações jurídicas, existem estudiosos e operadores do Direito, que entendem não haver necessidade do EDT, enquanto mecanismo de proteção ao torcedor; pois, este já estaria ao abrigo do Código do Consumidor para atuar em defesa de seus interesses.

Assim, distingue-se um conjunto de direitos que decorre dessas relações, no sentido de corporificar o Direito de torcer. No que se refere à venda de ingressos, por exemplo, existe um dispositivo que autoriza a “desistência” do torcedor que adqui-

riu um ingresso, desde que o faça em tempo hábil (7 dias a contar da data da compra do ingresso). Trata-se do chamado direito de arrependimento do consumidor, cuja decorrência é a devolução do dinheiro utilizado para comprar o ingresso. Do mesmo modo, os organizadores do espetáculo deverão colocar os ingressos à disposição dos torcedores, no tempo de até 48 horas antes da partida.

Nesta ótica, questões como o preço de ingresso; sobre o lugar no estádio; sanções esportivas; adiamento do jogo, interrupção do jogo; falsificação de ingresso, superlotação do estádio e a presença de cambistas, constituem problemas correntes que encontram solução jurídica no EDT.

Especificamente, na relação de consumo, tem-se visível a noção de “proteção” ao torcedor, que enseja não apenas a idéia de conforto, disponibilidade de vagas em estacionamento, garantia e marcação do lugar no estádio, limpeza das instalações, etc; mas, de “segurança” para torcer. Tais requisitos encontram justificação no texto da lei, ao preconizar e fazer valer o direito de torcer. Há que ressaltar aqui, que no Brasil, crianças, idosos e deficientes também freqüentam os estádios de futebol e necessitariam, portanto, de uma “proteção” especial.

Neste sentido, recuperam-se as orientações da Constituição Federal de 1988, de que o esporte e o lazer também constituem um direito e, portanto, possui um valor social, seja para o praticante quanto para o não-praticante, onde se incluem os torcedores. Vale lembrar aqui, dos artigos 24 e 217 da CF/88, que fazem tal previsão.

É inegável a existência de querelas jurídicas no esporte, especialmente no futebol. Isso por si só já justificaria a existência do Direito Desportivo. Na verdade, os poucos fatos que assumem visibilidade na mídia (rádio, imprensa escrita e televisão) nesta área de conhecimento é exatamente no futebol. Considerando a questão do “Direito de Torcer”, acredita-se que está aí inserida a problemática do torcedor enquanto consumidor de eventos esportivos.

O termo “torcer”, no esporte, traduz ideais de estar do lado do time, do atleta, de defender aqueles em quem se acredita. No futebol brasileiro, esse ideal se confunde com “paixão” e existem torcedores que são capazes de atitudes das mais inusitadas, que se mostram desde o torcer por um time até o torcer pela seleção brasileira. No entanto, existem torcedores filiados a “torcidas organizadas”, que fazem do estádio um local de comportamentos exacerbados, como agressões, brigas e até de mortes.

A proteção ao torcedor tornou-se, então, o fundamento central da segurança nos estádios. O como “torcer direito”, portanto, constitui uma necessidade. Aliás, o EDT prevê a reparação de danos não apenas para o organizador do jogo de futebol (clube), mas também para o torcedor que causar lesões a outros torcedores e às instalações do estádio.

É o que preconiza o EDT e as próprias disposições do código do consumidor, que institui como direitos básicos do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos à vida humana e sua integridade, como veremos a seguir.

A Responsabilidade Civil e a Reparação de Danos no Contexto da Relação de Consumo do Espetáculo

O EDT representa uma espécie de salvaguarda da relação de consumo, a partir das previsões relativas aos direitos, a proteção e a segurança dos espectadores, além da responsabilização civil e a reparação de danos, voltadas para o fornecedor.

Alguns direitos como o dever de informação, concorrem para o bom andamento do espetáculo, como preconiza o Artigo 5º do EDT, ao referir-se à publicidade e transparência da organização da competição. Desse modo, a divulgação do regulamento da competição, as tabelas de jogos, com data, local e horário; o nome e as formas de contato com o ouvidor, os

borderôs (informativos das partidas), escalação de árbitros e a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo.

Esta questão, aliás, encontra determinação expressa também, no próprio Artigo 6º, inciso III, do CDC, pois, o espetáculo traduz-se também como um produto que se adquire, ou um serviço que se oferece e há riscos envolvidos, lembrando aqui que o telespectador que adquire um pacote de TV, também tem direito a um rol de informações acerca do serviço que receberá em sua residência:

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”.

Elemento relevante do artigo supracitado é a inclusão do ouvidor, uma espécie de corregedor do estádio, para receber sugestões e reclamações dos espectadores e tomar providências relativas à melhoria do espetáculo e o bem estar dos espectadores, no momento da sua ocorrência ou para eventos futuros. Uma inovação para atender o torcedor – consumidor e facilitar o seu acesso ao ouvidor, ainda, é a comunicação postal, a mensagem eletrônica e a disponibilização de um sítio da Internet, para otimizar as informações e reclamações. (§§ 1º ao 4º, Art. 6º do EDT).

A obrigatoriedade e o dever de cumprimento desse dispositivo recaem sobre a entidade responsável pelo espetáculo; pois, são direitos do espectador. Do mesmo modo, no Artigo 7º a renda, o número de espectadores pagantes e não –pagantes, devem ser diretamente divulgados no estádio, por intermédio de aparelhagens de som e de imagem, pela organizadora do espetáculo.

A organização da competição também sofreu modificações que dão ao torcedor-consumidor uma credibilidade em relação ao regulamento, cujas alterações só terão vigência por

2(dois) anos (artigos 5º e 9º); a garantia do ascensão e o descenso nas divisões, firmando o critério técnico como forma de participação, além da divulgação de datas de realização das partidas de futebol, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência (Artigo 32 do EDT).

No que se refere à proteção e à segurança do torcedor, em razão da violência e dos conflitos envolvendo torcidas organizadas, a previsão é extensiva para as horas que antecedem o jogo de futebol; mas, durante e após sua realização.⁶ Também, a questão do transporte para o estádio e o retorno do espectador, o serviço de estacionamento e os cuidados com o deslocamento de crianças, idosos e deficientes, e a qualidade dos alimentos vendidos, com a supervisão da Vigilância Sanitária, constituem preocupações do EDT, como foi previsto nos Artigos 25 a 29.

No item segurança, entende-se que a imputação da responsabilização à entidade que detém o mando de campo e seus dirigentes, representa uma medida providencial. Os Artigos 12 a 14, aliás, são taxativos quando se referem à segurança. O aspecto preventivo do EDT em relação à segurança está claro, quando em seu Artigo 13 dispõe que o torcedor

“...tem direito à segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos ‘antes’, durante e após a realização da partida”.

Na ótica do Código do Consumidor, no inciso VI, do já citado Artigo 6º, tem-se taxativamente que:

“...é direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”.

6. Sobre esse assunto, presenciou-se em Goiânia, a realização de um verdadeiro aparato policial que organiza na cidade uma espécie de “via sacra” em separado, das torcidas do Goiás e do Vila Nova, no Campeonato Goiano de 2007, acompanhando o trajeto até o estádio, no sentido de evitar conflitos antes do jogo. O mesmo ocorre no interior do estádio e após o jogo.

O aspecto preventivo é fundamental para a compreensão não só da reciprocidade das relações de consumo estabelecidas, mas também em relação à integridade humana. A segurança nos estádios, portanto, é o ponto central da responsabilidade da entidade organizadora do evento esportivo (local ou nacional) e implica em reparação dos danos causados à vida humana. Há que ressaltar, ainda, o fato de tal responsabilização ser também solidária, no que se refere a outras entidades responsáveis pela organização do espetáculo, como dispõe o Artigo 19.

Uma forma de combater a violência também encontrou espaço no EDT, que é a chamada Central Telefônica de Informações, prevista no Artigo 18, no sentido de identificar, por intermédio de imagens uma melhor visibilidade dos espaços do estádio, para localizar conflitos e manter a segurança. Desse modo, a instalação de câmeras de vídeo concorrem para o monitoramento do estádio, para exercer maior controle e vigilância.

Nesta perspectiva, é que se chama a atenção das sanções que estão previstas no Artigo 37, a medida que o descumprimento do clube e das entidades solidárias, implicam desde a suspensão de dirigentes até outras sanções cabíveis que estão previstas no CDC.

Também, dispõe o artigo 39 que o torcedor será responsabilizado quando promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir locais restritos aos jogadores (competidores), estando sujeito a ficar impedido de comparecer às imediações do estádio, como também a outros locais em que se realize outros espetáculos (eventos esportivos), por um prazo de 3 (três) meses a 1 ano. Tal penalidade será aplicada de acordo com a conduta praticada, independentemente de outras sanções. Tal medida é direcionada a qualquer torcedor; mas, atinge diretamente os filiados a “torcidas organizadas”.

Ressalte-se, ainda, que o Artigo 40 equipara a defesa de interesses dos direitos do torcedor com o dos consumidores em juízo. Tal determinação leva dentre outros a questionar a natureza coercitiva e os efeitos que uma relação de consumo produz.

Neste sentido, pode-se colocar em discussão uma espécie de invasão do Direito ou, ainda, entender o EDT a partir da imposição de normas exteriores às consciências dos indivíduos como meio de controle social, nos dizeres de Durkheim⁷; que por vezes surgem como necessárias para harmonizar, buscar a coesão social e solucionar os conflitos sociais. Tal entendimento, encaminha a discussão para o fato de que, por um lado, o EDT constitui um instrumento coercitivo de controle dos torcedores nos estádios, objetivando maior proteção e segurança aos indivíduos, em razão de uma relação de consumo. Por outro, mesmo sem negligenciar aqui a necessidade de normas e regras sociais, o EDT precisa ser colocado em prática, efetivamente, para que possa atender aos requisitos de “proteção” e segurança do torcedor; o que poderia ser feito, independentemente, de se tratar de uma relação de consumo.

Nesta perspectiva, sabe-se que a natureza da relação de consumo dos eventos esportivos implica, com base no CDC, uma reparação civil ou responsabilidade civil. A noção de responsabilidade civil é derivada dos atos ilícitos e consiste, genericamente, na obrigação de uma pessoa em reparar o prejuízo causado a outra, por um fato próprio ou por fato ligado a pessoas ou coisas que dependem da referida obrigação.

A responsabilidade civil constitui uma garantia do cidadão quando seus direitos forem lesados. Afinal, o próprio termo “responsabilidade”, por si só, já enseja a obrigação de uma pessoa responder pelas conseqüências resultantes de um negócio jurídico ou de um ato ilícito. A violação de um dever jurídico, por sua vez, seja por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que cause dano a alguém, mesmo que exclusivamente moral, implica em ato ilícito. Nesse ponto, já encontramos previsão expressa no Código Civil, em seus artigos 186, 187 e 927, é taxativo.

É fato, no entanto, que a responsabilidade está diretamente ligada ao que se denomina, no Direito, como “nexo

7. C.f. Durkheim, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. Tradução de: Pietro Nasseti.

de causalidade”, que é uma relação de causa e efeito ou, entre o fato e suas conseqüências. Desse modo, a caracterização da conduta de um agente é fundamental, para identificar este nexos; pois, a conduta pode ser positiva ou negativa, implicando, respectivamente, em uma ação ou omissão do agente. Também, não se excluem da análise do nexos, os chamados tipos de culpa, como grave, leve ou levíssima.

Em que pese a timidez e o rigor da reparação dos danos em eventos esportivos, acredita-se aqui que se pode aplicar incisivamente e com o rigor da Lei, o Artigo 186 do Código Civil, se considerarmos que se trata não somente de uma relação jurídica de consumo entre torcedor e organizador do evento esportivo, mas de uma questão de proteção à vida. Essa foi a ação do Poder Público e das autoridades no caso da tragédia do Estádio da Fonte Nova, ocorrida em 2007, em Salvador, na Bahia.

Desse modo, a reparação do dano por intermédio de ações de responsabilidade civil e ações indenizatórias, deveria ocorrer com certa freqüência; pois, casos como: falta de informações e publicidade, médico, ambulância, venda de ingressos com antecedência, explosivos que atingem torcedores no estádio, confrontos entre “torcedores organizados”, vítimas de bala perdida em tiroteios no estádio, violência policial, agressões ao árbitro, seus auxiliares e jogadores, etc; já compõem um rol exemplificativo de condutas passíveis de responsabilização, com base no EDT e no CDC.

Contrapontos com Durkheim, Elias e Foucault para a Interpretar o EDT

Sem ter aqui a pretensão de um aprofundamento mais amplo, considerando que as regras, as normas e o próprio Direito, constituem questões que permeiam o presente estudo, entendeu-se que uma revisitação a alguns contrapontos teóricos seria elucidativa para uma interpretação do EDT enquanto norma jurídica. Desse modo, guardadas as devidas diferenças temporais, históricas e a própria concepção da relação entre indiví-

duo e sociedade, recorreu-se, por exemplo, a Èmile Durkheim, Michel Foucault e Norbert Elias. O primeiro, por apresentar explicações e conceitos sociológicos fundamentais, como fato social, solidariedade, consciência coletiva e anomia, que são pontuais para a compreensão do poder de uma norma, seja de natureza jurídica ou social. O segundo, pelos estudos que empreendeu acerca do “poder” em espaços sociais menores, com requisitos de disciplina, controle e vigilância dos indivíduos, no sentido de torná-los úteis e dóceis para uma sociedade de tipo disciplinar, onde a norma é uma das estratégias disciplinadoras. O terceiro, adepto de uma relação de integração entre indivíduo e sociedade, desenvolveu estudos relacionados ao processo civilizador identificou, a partir dos jogos e passatempos, as regras e normas sociais como construções surgidas nas relações de interdependência dos indivíduos e não como imposições exteriores às consciências individuais, como preconiza Durkheim ou de sujeição do poder nos dizeres de Foucault.

Durkheim pode ser considerado um precursor imediato da sociologia jurídica e entendeu o direito como um fato social. Para esse autor, fato social é “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” (Durkheim (1999-a, p. 13, 105, 124). Em outras palavras, é qualquer norma imposta aos indivíduos pela sociedade. Denominou, ainda, as normas de fatos sociais para indicar dois elementos: o primeiro, que a origem de todas as normas é a sociedade (e não o legislador ou determinados indivíduos); o segundo, que as normas não são simples palavras, mas existem objetivamente na sociedade e o sociólogo deve estudá-las como fatos, ou seja, como “coisas”.

Nesta perspectiva, as regras do direito são fatos sociais muito importantes, porque impõem aos indivíduos obrigações e modos de comportamento, aptos a garantir a coesão social. Genericamente, normas sociais como aquelas que integram as instituições, as relações sociais e os valores, com base no seu uso comum, na sua permanência e vigência ao longo do tempo,

além das crenças sociais, são assimiladas pelas condutas dos indivíduos sem um caráter de oficialidade. As normas jurídicas, por sua vez, são aquelas consideradas oficiais que correspondem ao poder de mando do Estado e a um ordenamento ou sistema normativo.

Cabe ressaltar, no entanto, que na ótica sociológica a norma jurídica ainda que vinculada a um sistema formal de competências normativas que compõem a ordem jurídica e tenha uma efetividade autônoma, podem perder o efeito perante as forças sociais. Estas traduzem a dinâmica das condutas humanas que constituem a teia social ou tecido social e, portanto, dependem de variáveis histórico-culturais, já que cada grupo social ou cultura interpreta e assimila diferentemente a ordem vigente das normas.

Portanto, na perspectiva de fato social, o direito reflete a sociedade na qual está inserido, acompanha as mudanças sociais e produz normas jurídicas a partir das pressões dessa mesma sociedade. A sociedade, por sua vez, é o espaço onde o direito se desenvolve, em razão de estar ligado às idéias de conduta, de organização e de semelhança.

Para Durkheim as sociedades apresentam uma estrutura de relações e de vínculos recíprocos que denomina solidariedade, um dado objetivo em que a maior parte das atividades humanas pressupõe o relacionamento com outros indivíduos de forma estável, duradoura e segundo regras concretas. Isto indica que há liames sociais concretos, ou seja, que o indivíduo não é isolado e nem a evolução social depende de sua vontade. Desse modo, a solidariedade social só pode funcionar se existem formas de controle e de constrangimento aplicáveis aos indivíduos que não respeitam as regras em vigor e ameaçam a coesão social. Cada sociedade estabelece um padrão de comportamento que corresponde à sua “consciência coletiva”.

Ao definir “consciência coletiva” como “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (Durkheim, 1999, p. 50), entende que o direito exprime e fortalece essa consciência e garante a estabi-

lidade social por intermédio da aplicação de sanções contra os indivíduos desviantes.

Em sua obra *A divisão social do trabalho*, procurou identificar o aparecimento de novos laços de solidariedade social (Durkheim, 1999). Entendeu que antes, nas sociedades simples a solidariedade era do tipo mecânica, pois não havia desenvolvimento da divisão do trabalho e as relações grupais tinham como marca a simplicidade e a semelhança de papéis. Desse modo, o raio de ação de cada indivíduo era menor diante do todo. Na sociedade industrial a solidariedade característica era a orgânica, a medida em que na divisão do trabalho os indivíduos desempenhavam funções especializadas, diferentes entre si, mas, ao mesmo tempo, interdependentes. A sociedade aqui é complexa e, portanto, existem grandes grupos sociais que atingem alto grau de diferenciação interna e as relações serão também mais complexas. Também, nessas sociedades, o Estado passa a desempenhar funções cada vez maiores e complexas, e torna-se uma das instâncias centrais da imposição da norma jurídica e, conseqüentemente, das sanções legais correspondentes. O Estado, portanto, seria como uma síntese dos valores morais da sociedade e relevante para a própria existência desta.

No que se refere ao direito, Durkheim entendia que nas sociedades primitivas, a consciência coletiva determinava os fatos da sociedade. Como a vida em comum se dava pela semelhança, os mecanismos de coerção exerciam-se de forma imediata, violenta e punitiva. Portanto, o direito era punitivo. Nas sociedades modernas, por sua vez, a coerção deveria ser mediatizada por mecanismos mais formalizados e a quebra de preceitos morais ou normas sociais não implicava em reação vingativa por parte da sociedade. Por isso, Durkheim afirmava que o direito era reflexo da consciência coletiva da sociedade, como um símbolo visível da solidariedade social.

Nesta perspectiva das sociedades complexas a solidariedade se manifesta por intermédio das coerções, sejam elas de natureza dispersa (coerções sociais) ou concentradas (sanções legais). As primeiras seriam as próprias normas sociais e as segundas, as normas jurídicas.

Cabe assinalar, no entanto, que Durkheim entendeu o Direito pela manifestação de hábitos e costumes sociais, que constituem sua base e são reproduzidos nas normas jurídicas. O caráter jurídico da norma é o fato de que, na sociedade, a liberdade só pode ser construída se não houver antagonismo entre a autoridade da norma e a liberdade do indivíduo. Ou seja, a liberdade consiste no produto de uma regulamentação. Desse modo, a norma não é uma maneira de agir habitual; mas um agir obrigatório, que é indicado pelas leis formais. Por isso, a sociologia de Durkheim é muitas vezes interpretada como uma ciência da moral.

A contribuição específica ao estudos das normas jurídicas feita por Durkheim foi a necessidade de criação de um sistema de unificação, segundo o qual seria possível uma correlação entre as normas e o tipo de sanção legal que estivesse a elas vinculado. Sob essa ótica a discussão relativa à eficácia da aplicação das normas jurídicas e suas sanções legais tornam-se úteis, à medida em que os dispositivos penais alcançam apenas uma parcela pequena de indivíduos que cometem delitos. O seu efeito mais relevante é aquele que está ligado à moral da sociedade.

Também, ao estudar e classificar os tipos existentes de suicídio na sociedade identificou um tipo particular denominado anômico, causado pelas situações em que não há limites e regras sociais. Desse modo, as “perturbações da ordem coletiva” desorientam os indivíduos e criam um desequilíbrio entre desejos e suas possibilidades de satisfação (Durkheim, 2000, p.311). A consequência é o sofrimento e desespero que podem levar o indivíduo ao suicídio.

Daí, pode-se considerar a anomia como um conceito-chave para o direito, à medida em que a criação de espaços anômicos na sociedade, isto é, quando um indivíduo ou um grupo perde as referências normativas orientadoras da vida social, há um enfraquecimento dos laços de solidariedade social, destruindo-se a harmonia social. Os indivíduos diante de um estado de desregramento, sente-se livre de vínculos sociais, que podem levar a comportamentos anti-sociais, violentos, destrutivos e até suicidas.

Neste sentido, as considerações de Durkheim servem para compreender o EDT enquanto norma jurídica que tem por finalidade regular o comportamento e as condutas sociais dos torcedores nas praças de esportes. Portanto, o EDT exerce um controle social coercitivo sobre os torcedores, para manter a ordem e a coesão social. No entanto, sob essa visão a garantia da coesão social depende de que os indivíduos não violem ou resistam a esse poder coercitivo.

Certamente, a publicação do EDT e sua aplicação traz bem essas teses de Durkheim, pois trata-se da imposição de uma norma jurídica. Estabelece-se aqui, então, um paradoxo: o EDT constitui uma norma jurídica com sanções e há uma correlação clara de eficácia quanto a sua aplicação; ou, consiste de uma norma jurídica cuja relevância atinge muito mais a moral e as condutas dos torcedores que cometem delitos nas praças de esportes ? Está claro que a preocupação durkheimiana com a moral, o controle e a coesão social, ainda que sejam essas as orientações do autor, a produção de normas e regramentos jurídicos são obrigatórios, sob pena de se criar uma anomia, questão que aliás, em se tratando “torcidas organizadas”, é também complexa.

Nesta ótica, duas discussões teóricas podem ser consideradas: a) a anomia vinculada às torcidas nas praças de esportes, especialmente, nos estádios de futebol, constituiu uma referência explicativa para a criação, publicação e aplicação do EDT como regramento dos comportamentos e condutas daqueles indivíduos que não possuem autocontrole e limites para os seus atos; b) no interior das chamadas “torcidas organizadas” pressupõe-se a existência de laços de solidariedade e regramentos estabelecidos entre os líderes e os integrantes das referidas torcidas, não havendo, portanto, uma total anomia.

Tais discussões são pertinentes e encontram resposta na teoria de Durkheim, inicialmente, quando este preconiza a necessidade de normas e regras para a garantia da moral da

sociedade e, no caso do EDT, a garantia da moral, da segurança e dos próprios torcedores no espaço social onde o espetáculo se realiza. Em segundo lugar, os próprios líderes de torcidas se ressentem da necessidade de um organização, de normas e regras que promovam um aumento dos laços de solidariedade social entre os membros das torcidas e, conseqüentemente, da “consciência coletiva” dos mesmos.

Finalmente, pode-se afirmar que, para Durkheim a existência das normas jurídicas e das suas respectivas sanções não está diretamente relacionada como o controle social, a regeneração ou a retribuição dos danos causados pelos indivíduos, pois, tais mecanismos são sempre morais e procuram atingir o conjunto da sociedade, isto é, a consciência coletiva dos indivíduos, especialmente daqueles que acatam as normas. A questão, portanto, como dito antes, no caso do EDT é atingir uma consciência coletiva da massa de torcedores que acompanha os espetáculos esportivos.

Na presente análise, a recorrência às teses de Durkheim, especialmente, no que diz respeito às noções de consciência coletiva, solidariedade social e anomia, guardam relações com uma outra noção relevante: a de poder.

Neste sentido, outra interpretação sociológica elucidativa é a de Foucault (1988), em sua obra *Microfísica do poder*⁸, quando se refere a poder, em especial o “poder disciplinar”, que seria um tipo de poder produtor de indivíduos úteis e dóceis para a sociedade. Tal sociedade, tomada sob essa ótica de interpretação foi denominada por esse autor como “sociedade disciplinar”, que lembra aqui a idéia de sociedade harmônica preconizada por Durkheim.

Além dessa questão, em outro estudo, Foucault entende que o poder disciplinar pressupõe alguns mecanismos de controle e vigilância, o que gera resistências.⁹ Pode-se evidenciar

8. -Consultar Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 7ª ed. Rio de Janeiro: graal, 1988. Tradução de: Roberto Machado.

9. - Conforme Foucault, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 262 p. Tradução de: Ligia M. Pondé Vassalo.

aqui, de início, que o direito também exerce um “poder disciplinar” sobre o comportamento e as condutas dos indivíduos na sociedade e que também produz resistências. Tais resistências são condutas inadequadas, rebeliões e protestos contra uma norma ou uma regra a ser obedecida.

O autor menciona a vigilância como uma das formas de exercício do poder disciplinar na sociedade, especialmente, em espaços sociais menores ou microsociais, como no caso das prisões, hospitais, clínicas, etc. Esse mecanismo atua exteriormente sobre os indivíduos como uma espécie de olho clínico ou força externa impedindo-os de agir ou violar uma norma social ou jurídica.

Deve ficar claro que Foucault em sua metodologia aborda o tema do poder em oposição às concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não está localizado em uma instituição ou no Estado, como sugere a teoria marxista, ou ainda como uma imposição exterior absoluta sobre as consciências individuais para a garantia da coesão social, nos dizeres de Durkheim. O poder, antes de traduzir um contrato jurídico-político é uma relação de forças. Desse modo, o poder é relacional e enquanto tal está em todas as partes, produz saberes, verdades, práticas, técnicas e subjetividades. Desse modo, é que explica como no século XIX, se formou um certo saber do homem, do indivíduo como um sujeito normal ou patológico, funcionalizado pelas regras e normas ou resistente às mesmas, etc.

Segundo Foucault, tais saberes sobre os indivíduos tiveram origem em técnicas disciplinares de controle e vigilância que interferem e atingem a realidade mais concreta dos indivíduos: os seus corpos. Desse modo, a localização espacial, exercícios a serem realizados e mecanismos de sujeição, constituem uma espécie de tecnologia disciplinar do corpo, denominada pelo autor como “biopoderes”. Todo esse conjunto de mecanismos correspondem a uma “biopolítica” ou “tecnologia política do corpo” sobre os indivíduos, com a finalidade de “tentar reger

a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos.” (Foucault, 1989, p. 32, 126)

A emergência desses mecanismos foi se constituindo muito mais como um espaço da norma e cada vez menos o da lei; pois, esta teria como recurso último a morte do seu transgressor e aquela atua como disseminadora de formas de regulação e sujeição da vida social. Desse modo, a eficácia do movimento, o gesto, as atitudes do corpo, a rapidez de execução de suas tarefas seriam funcionalizados, controlados e esquadrihados pelo tempo e por espaços locais, onde “cada indivíduo está no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (Foucault, 1989, p. 131)

Com base nessas formulações o espaço do estádio de futebol é recortado por partes de acordo com os conflitos, as ausências e as aglomerações de torcedores, a partir de uma arquitetura de controle e vigilância, onde a distribuição dos corpos é regulada pela normatização e táticas disciplinares. Neste sentido, toda a tecnologia de organização do espaço do estádio para o controle e a vigilância dos torcedores estaria a serviço do poder de uma norma: o EDT.

O aspecto inovador do EDT, expresso no Artigo 18, que trata da chamada Central Telefônica de Informações e a instalação de câmeras de vídeo para o controle e a vigilância dos torcedores no estádio, permite traçar um paralelo com a o ponto de vista de Foucault, quando em suas análises se referiu a uma sociedade disciplinar onde o poder não estaria localizado apenas em um ponto, como o Estado; mas, em vários pontos, em todo lugar e ao mesmo tempo em lugar nenhum.

Nesta ótica, por analogia, o espaço do estádio de futebol se equipara ao “dispositivo panóptico”¹⁰, uma arquitetura

10. - O dispositivo panóptico consiste de uma figura arquitetural das prisões e instituições, que foi idealizada por Jeremy Bentham e utilizada por Foucault como um modelo de referência para caracterizar a técnica do “quadriculamento” dos indivíduos nos espaços de instituições como as prisões do século XIX. Esse dispositivo organiza as unidades espaciais e seu efeito mais importante é induzir os indivíduo a um estado consciente e permanente de visibilidade e vigilância, onde a eficácia do poder é assegurada por uma espécie de aparelho de controle e sujeições reais. C.f. Foucault, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Op. Cit. P.44, 45, 177-184.

tura que favorece a circulação do poder, por intermédio de técnicas como a disciplina que se exercem em rede, por policiais, câmeras de vídeo e por um ouvidor, como previsto no EDT.

Acrescenta-se, ainda, a todo esse aparato descrito por Foucault, o “exame” que combina as técnicas de vigilância com as sanções normalizadoras. (Foucault, 1989, p. 164-165). Trata-se de um controle normalizante, uma vigilância de qualificação, classificação e punição, que diferencia os indivíduos pelo estabelecimento do saber e da verdade, de maneira discreta e declarada.

Nesta perspectiva, a educação do torcedor seria uma função do poder público e o exercício de algumas técnicas de controle e vigilância no estádio contribuiriam para garantir o direito dos próprios torcedores, sendo que o EDT exerceria uma parte daquela função, por intermédio do poder de punir os comportamentos violentos dos torcedores com base na Lei .

Na visão de Elias, as referências para uma análise da questão encontram-se, inicialmente, na concepção desse autor acerca da relação entre indivíduo e sociedade. Se para Durkheim o indivíduo é algo atomizado e mero depositário das imposições exteriores às suas consciências, para Elias o indivíduo e a sociedade constituem essências puras e indissociáveis, e não entes em oposição.

Tal posição fica evidenciada em sua obra “A sociedade dos indivíduos”, onde esclarece que a sociedade é formada por indivíduos e estes são constituintes da sociedade não podendo considerá-los isoladamente e em oposição; pois, há relações, vinculações e interdependências, de tal forma que não se pode falar de sociedade sem indivíduos.¹¹

11. - Conforme Elias, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 202 p. Tradução de: Vera Ribeiro. Revisão de: Renato Janine Ribeiro.

Com base nessa premissa, a análise descendente (microsocial) do poder realizada por Foucault permite pensar em uma aproximação com as teses de Elias; pois, o poder é um fenômeno que se exerce de fato nas relações entre os indivíduos em espaços sociais menores, a partir de técnicas disciplinares que, embora tidas como saberes e olhares exteriores, fazem parte da sociedade.

Na visão de Elias, as trajetórias sociais dos indivíduos na sociedade e seus objetivos volitivos e individuais não estão sujeitos às determinações sociais, nem são meras funções de alguma espécie de necessidade histórica coletiva e extrínseca. Desse modo, é a sociedade que produz o indivíduo e este molda-se em contínua ação com outros indivíduos numa rede de influências. (Elias, 1994, p.59).

Trata-se, portanto, de um processo de individuação é diferente em cada sociedade e momento histórico; pois, há modos e ritmos próprios em jogo que determinam formas particulares de configuração e de inter-relação entre indivíduo e sociedade. Em tais configurações, os indivíduos são integrantes ou constituintes da sociedade, que se relacionam entre si, entram em atrito, mantêm relações tensas, que constituem a dinâmica da sociedade.

De acordo com esta forma de interpretação da sociedade deve-se considerar que nas relações de forças, tensões, teias de interdependências ou configurações que se exercem sobre e entre os indivíduos. Desse modo, em concordância com Foucault, Elias entende que o poder não pertence a um indivíduo em particular, mas está presente nas relações e é um elemento representativo do processo de desigualdade próprio ao desenvolvimento das sociedades humanas. Por isso, o equilíbrio do poder constitui-se como um elemento essencial que está em jogo nas relações humanas, em razão da interdependência funcional que existe entre os indivíduos.

Tal entendimento de poder torna-se claro quando o autor toma como referência a teoria do jogo como configuração explicativa da própria sociedade e das interdependências entre os indivíduos.¹² Não se trata aqui de abordar o esporte formal, onde as regras são codificadas e uniformizadas internacionalmente, tal como conhecemos hoje; mas, da essência da construção dos jogos e passatempos ao longo da história das civilizações.

Para Elias, os jogadores tendem a reunir-se e organizar-se, de tal forma que a configuração possibilita manter um certo equilíbrio entre grupos interdependentes e rivais. Na dinâmica do jogo as ações individuais se enfraquecem e o controle da atividade ocorre pela dependência mútua das posições que os jogadores ocupam e das tensões e conflitos próprios às suas inter-relações. Desse modo, as normas e regras sociais seriam produtos dessas relações de interdependência entre os indivíduos e entre estes e a sociedade e não realidades produzidas exteriormente, como no pensamento de Durkheim.

Por fim, à luz dessa visão sintética de Elias, o EDT consiste em um produto das interdependências entre um conjunto de indivíduos na sociedade, em especial para o esporte. O próprio jogo seria um modelo de regramento construído a partir de tais relações, de tal forma que as permissões, proibições e limites teriam uma função social a desempenhar, que é o controle das tensões e dos impulsos violentos dos indivíduos no estádio de futebol. Nesse espaço das relações entre torcedores, policiais, dirigentes esportivos e outros agentes do espetáculo é que os mecanismos regulatórios do EDT foram construídos e nesse espectro serão aplicados.

12. - Um modelo histórico de Elias é o da “Caça a raposa” onde caracteriza os hábitos, os comportamentos e relações de interdependência entre os indivíduos por intermédio da dinâmica desse passatempo. As regras e normas sociais criadas pelos indivíduos traduzem as tensões sociais e a própria função social dos jogos e passatempos na sociedade. C.f. Elias, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. P. 223-256.

Conclusão

Diante do exposto, a considerar as exaustivas relações entre o consumo do espetáculo de futebol, o trajeto pelos artigos principais do EDT e os contrapontos sociológicos apresentados, faz-se importante apontar algumas questões acerca desse dispositivo legal e sua aplicabilidade.

Em primeiro lugar, ainda que se alegue que o EDT foi criado para salvaguardar uma relação de consumo, um problema comum é o seu desconhecimento por muitos espectadores de futebol, fato que aliás acompanha a população brasileira em relação a outras leis básicas e em relação ao exercício de seus próprios direitos; dentre os quais, o de consumidor.

Para além da relação de consumo, acredita-se ser relevante, considerar a história social das torcidas organizadas para compreender a própria história das cidades e de seus locais de divertimento. Também, a denominação “torcida organizada”, ainda que hoje transpareça uma questão que causa uma certa indignação nas pessoas, serve, sociologicamente, para demonstrar que há nesses grupos uma certa lógica de organização, com hierarquias, relações de poder, etc; que precisam ser consideradas.

Uma crítica ao EDT é o fato de que a questão não pode simplesmente se reduzir apenas à solução espacial e arquitetônica, e da segurança e proteção dos torcedores pela via da norma e do consumo do espetáculo. A questão do custo do futebol como entretenimento e lazer para o espectador de baixa renda e também das oportunidades de lazer da população constituem fatores a serem considerados.

Acredita-se, então, que além da responsabilização das entidades organizadoras dos eventos esportivos (clubes) e de torcedores, seriam necessários a conscientização e o diálogo com dirigentes, o torcedor comum, com os “torcedores organizados”, policiais que fazem a segurança, organizadores de espetáculos, etc., no sentido de que tomem ciência do que prevê o EDT. Tal iniciativa poderia levar a uma mudança de atitude em relação ao espetáculo, entendendo-o não apenas como um serviço comercial, mas como um serviço público voltado para o

lazer, a diversão, o entretenimento, a educação, o bem estar e a cidadania. Afinal, trata-se aqui de enfatizar que o esporte possui um valor social relevante, uma significação social e faz parte do desenvolvimento humano do país.

Em que pese as dificuldades encontradas hoje enquanto teorias explicativas operacionais das abordagens teóricas de Durkheim, Foucault e Elias, além dos breves contrapontos aqui considerados, percebe-se claramente que a publicação de uma norma jurídica como o EDT produz reflexos na sociedade que encontram interpretações nas teorias supracitadas. Há que se pensar também no ponto de vista diferenciado acerca da relação entre indivíduo e sociedade; pois, Elias, de certo modo, se afasta das formulações de Durkheim e de certo modo se aproxima de Foucault. Para Durkheim as preocupações com a coesão social e a moral da sociedade conferem às regras, normas e ao Direito, uma interpretação de base impositiva e coercitiva, como fatos exteriores às consciências individuais. Já para Foucault, o poder é produzido e exercido nas relações sociais, como também entende Elias.

Nestes termos, algumas idéias de Durkheim como consciência coletiva (média de comportamento dos indivíduos) e anomia (ausência de regras) podem ser tomadas como referências elucidativas e ao mesmo tempo opostas para uma compreensão do EDT. De um lado, a consciência coletiva pode traduzir tanto a própria coesão dos torcedores ou torcidas organizadas quanto a garantia do bom comportamento dos torcedores nos estádios.

Para Foucault, a percepção do sujeito em relação à norma está vinculada aos mecanismos de sujeição do poder e suas tecnologias específicas, controle e resistências que estão a serviço da normatização e disciplinamento dos indivíduos na sociedade. Daí, a vigilância e o controle dos indivíduos nos espaços do estádio por câmeras de vídeo e por um ouvidor, traduziriam faces pós-modernas de “esquadrinhamento” ou alocação de torcedores “cada uma em seu lugar”, com mecanismos reais de sujeição a serviço das normatizações do EDT .

Já para Elias, fica clara a sua recusa em colocar o indivíduo em oposição às normas e ao poder social; pois, antes destes estarem em oposição e fora do raio de ação dos indivíduos, convivem de forma integrativa e baseadas em relações de interdependência. Tais relações podem ser tanto de aproximação, geralmente dentro do próprio grupo ou da própria torcida, como de hostilidade entre os grupos ou torcedores rivais. É nesse espaço relacional ainda, que para Foucault o poder é produzido e para Elias os regramentos e as normas, da mesma forma que nos jogos e passatempos, têm uma função de equilíbrio das tensões e regulação dos comportamentos dos indivíduos. Aí, pode-se, encontrar elementos explicativos para o controle das tensões dos torcedores a partir de uma norma como o EDT.

Há que se levar em conta, por fim, o fato de que tais contrapontos teóricos, embora incipientes e não diretamente ligados às relações de consumo, são úteis para novas discussões e aprofundamentos sobre as normas jurídicas e sociais em estudos futuros. Também, não se pode interpretar os torcedores de futebol de forma unilateral como grupos sociais promotores da violência; mas, como figurantes do espetáculo. Do mesmo modo, o EDT enquanto expressão de uma relação de consumo tem no torcedor um consumidor que não pode ser desconsiderado em seu direito, sob pena de ser “secundarizado” no espetáculo. Por ora, tem-se claro que o EDT ainda não confirmou ser uma condição plena de garantia de proteção e segurança dos torcedores que participam dos espetáculos de futebol nos estádios, mas se aplicado, de fato, pode constituir um poderoso instrumento jurídico que pode salvaguardar os torcedores dos efeitos da falta de uma regulamentação específica para os atos violentos de outros torcedores e até mesmo servir como legislação aplicável às relações de consumo no esporte.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Aldo. Dos velhos aos novos cartolas: uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Tese de Doutorado em Sociologia).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. DOU, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- CABEZÓN, Ricardo de Moraes. Os direitos do torcedor: uma abordagem do alcance da responsabilidade civil aplicada ao Estatuto do torcedor (Lei nº 10.671/03). São Paulo: São Paulo: Memória Jurídica, 2006. 120p.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. Tradução de: Pietro Nasseti.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins fontes, 1999-a.
- _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins fontes, 2000.
- _____. Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1983. Tradução de: J. B. Damasco Penna. 206p.
- ELIAS, Norbert. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992. 421p.
- _____. Introdução à Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- _____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 202 p. Tradução de: Vera Ribeiro. Revisão de: Renato Janine Ribeiro.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Tradução: Roberto Machado.
- _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 262 p.
- MANHÃES, Eduardo Dias. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MELO FILHO, Álvaro. O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 1995, P.35.
- MURPHY, Patrick, WILLIANS, John & DUNNING, Eric. O futebol no banco dos

réus: violência dos espectadores num desporto em mudança. Lisboa, Oeiras: Celta Editora, 1994. Tradução de: Raul Sousa Machado.

PIMENTA, Carlos Alberto M. Torcidas organizadas de futebol: violência e autoafirmação, aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté, SP: Editora Vogal, 1997.

REIS, Heloisa Baldy dos. Futebol e violência. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA ENTRE TORCIDAS ORGANIZADAS NO DISTRITO FEDERAL: CONFLITOS INTRÍNSECOS E AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Rafael Rangel Soffredi
Aldo Antonio de Azevedo

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar o fenômeno das torcidas organizadas dos principais clubes de futebol do Distrito Federal (DF) que disputam a “Série B” ou divisão de acesso à elite do futebol brasileiro.¹ De modo específico, pretende apontar “se” e “como” ocorrem mudanças na dinâmica das referidas torcidas sob a perspectiva do conflito intrínseco entre as mesmas. Faz parte desse estudo, ainda, a discussão em torno da questão da violência entre tais torcidas e as ações das autoridades locais. Como estudo empírico recorre-se às torcidas dos dois maiores clubes de futebol do DF, a saber: as Torcidas “Febre Amarela” e “Facção Brasiliense”, do Brasiliense Futebol Clube Taguatinga, da cidade de Taguatinga; e, “Inferno Verde” e “Ira Jovem”, da Sociedade Esportiva do Gama, da cidade do Gama.

1. O presente capítulo teve como ponto de partida para sua construção, as pesquisas de campo realizadas em 2007 junto às torcidas organizadas locais e que também serviram para a elaboração do estudo intitulado Conflito e Violência no Futebol: o caso das torcidas organizadas do Distrito Federal. Monografia de Graduação em Sociologia, UnB, 2007, de Rafael Soffredi.

A violência entre as torcidas tem sido um assunto frequente, juntamente com a questão da segurança e a estrutura dos estádios. Tais elementos não constituem, a princípio, um problema local, se considerarmos os inúmeros incidentes de violência que vêm ocorrendo nessas praças de esportes, especialmente, nos grandes centros do futebol brasileiro; ou seja, as grandes capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Salvador.

Em 2007, esta última capital foi palco de uma tragédia que provocou a morte de 7 torcedores, após o desabamento de uma parte da arquibancada do anel superior do estádio da Fonte Nova. Tal fato demonstra a situação de insegurança no espaço físico, que precisa ser revista em muitos estádios do país, que será sede da Copa do Mundo de futebol em 2014, e o DF, uma das cidades candidatas a sediar um dos grupos.

Além de considerar estes fatores, justifica-se uma abordagem sobre esse tema, devido ao grande interesse pelo universo futebolístico, pela Sociologia do Esporte e pelo conflito como possível causador de mudanças nas torcidas locais, considerando um suposto processo de unificação entre as mesmas. Outro fator que justifica o estudo é a percepção do caráter “secundário” que marca o futebol brasiliense, em que pese o fato dos dois principais clubes locais já terem disputado em anos anteriores o campeonato brasileiro de futebol da primeira divisão nacional (“Série A”) e um dos clubes ter sido até finalista da Copa do Brasil. Tal “secundarização” se posiciona tanto em relação a pouca relevância do futebol brasiliense quanto da evidência e grau de organização das torcidas organizadas locais no cenário nacional, ainda que existam algumas alianças com torcidas de outros grandes clubes do país. A partir da consciência da existência desse aspecto secundário, acredita-se que o mesmo não retira a relevância das especificidades locais dos fenômenos que representam aqui o objeto da investigação.

Neste sentido, especialmente, no que se refere às torcidas organizadas, a teoria de Simmel (1983) sobre o conflito, de-

monstrou ter elementos elucidativos para interpretar o fenômeno. Também, quanto ao controle da violência e a excitação que os espetáculos esportivos podem provocar nos comportamentos dos indivíduos, as contribuições de Elias (1992), que trata do papel do esporte, sugerem elementos interessantes para a compreensão de aspectos relacionados à regulação das tensões dos torcedores nos estádios de futebol.

Além da busca de interpretações teóricas de grandes autores, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca de estudos sobre torcidas organizadas em diferentes contextos e a ligação dessas com a violência. Acerca desses estudos, Toledo (1996, 2000), Pimenta (1997) e Reis (2006) ofereceram suporte teórico e empírico para apoiar o presente capítulo.

No que se refere ao objeto empírico e os procedimentos metodológicos, a escolha das torcidas dos times do Brasiliense Futebol Clube Taguatinga e da Sociedade Esportiva do Gama se deu justamente por serem as de maior representatividade dentro do DF. Desse modo, a opção por entrevistas semi-estruturadas se deu pela necessidade de obter maior profundidade, com informantes-chaves, sem a necessidade de um grande número de entrevistados. Dentre os entrevistados, os líderes de torcidas organizadas constituíram os grandes informantes para a composição da análise.

Com relação às idas a campo, como jogos nos estádios, churrascos de torcedores e bares em dias de jogos, estas se fizeram necessárias; pois, como diz Rudio (1999, p. 32):

“O campo específico da ciência é a realidade empírica. Ela tem em mira os fenômenos que se podem ver, sentir, tocar, etc. Daí a importância que tem a observação. Devemos considerá-la como ponto de partida para todo estudo científico e meio para verificar e validar os conhecimentos adquiridos. Não se pode, portanto, falar em ciência sem fazer referência à observação”.

Nesta perspectiva, num primeiro momento, são abordadas as interpretações teóricas consideradas elucidativas para

tratar da questão da violência e dos conflitos entre torcedores. Em segundo lugar, faz-se uma caracterização das facções das torcidas locais: Sociedade Esportiva do Gama e Brasiliense Futebol Clube Taguatinga, por intermédio de um breve histórico do surgimento das mesmas, além de informações quanto às bandeiras, cores, símbolos; informações quantitativas com relação a membros, mensalidades, arrecadação; informações administrativas, como sede, organização interna, hierarquia; e as relações e sociabilidades com outras torcidas, com os respectivos clubes e com políticos, etc.

1 – Interpretações Teóricas da Violência e do Conflito de Torcedores

Hoje, no que se refere à forma espetáculo, assumida pelos esportes, em especial o futebol, acredita-se que, por determinados motivos as tensões produzidas estão sendo exacerbadas, tanto dentro, como fora do campo de jogo; pois, muitas vezes, os esportes, que deveriam criar e regular as tensões, acabam provocando atos de violência entre torcedores.

Nas violências geradas fora de campo, que aqui interessam mais de perto, as chamadas “torcidas organizadas”, geralmente, têm sido responsabilizadas e culpadas. É fato, que os atos de violência que ocorrem dentro de campo, entre jogadores e entre estes e a equipe de arbitragem, por exemplo, são mais facilmente controlados, em razão do menor número de participantes envolvidos e de ter mecanismos de punição claros, rigorosos e efetivos, o que ainda não ocorre nas arquibancadas dos estádios, em que pese a ação policial e outros procedimentos já adotados.

Neste sentido, o interesse do presente capítulo é estudar a violência fora de campo, mais especificamente a violência entre as torcidas organizadas. Para tal, aponta-se como indagação inicial: Como o futebol se configurou, historicamente, até os dias de hoje, considerando suas formas de organização e regulamentações específicas?

Nas contribuições de Elias (1992), encontra-se o entendimento de que a configuração do futebol atual, suas regulamentações e suas organizações, é fruto de um processo de

muitas gerações, estruturas específicas de relações de grupos e de atividades por meio da conjugação das ações e dos objetivos de muitos indivíduos, mesmo que nenhum dos participantes, indivíduos ou grupos tivesse a intenção ou planejasse a longo termo o resultado da sua ação (Elias, 1992, p.230).

Assim sendo, o momento atual de desenvolvimento do futebol, após ter passado por várias mudanças na regra², aparentemente, pode ter atingido um estágio de equilíbrio peculiar de tensões. No entanto, o desenvolvimento dos esportes e do futebol, especificamente, não tem um fim, mas estágios de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, têm sido freqüentes, nos bastidores do futebol, na mídia esportiva e junto aos torcedores, sugestões para a mudança nas regras desse esporte. A considerar que regras e procedimentos estão em discussão atualmente, e que torcedores e espectadores fazem parte do espetáculo futebolístico, acredita-se que um equilíbrio satisfatório de tensões está longe de ser alcançado.

Tal fato pode ser constatado, em razão de muitos espetáculos futebolísticos terminarem em violência, seja entre os praticantes ou mesmo entre os espectadores. Entendendo a existência da grande aceitação do futebol ao redor do mundo, pergunta-se então, quais seriam as circunstâncias, o contexto, de tal aceitação e difusão no mundo?

Alguns autores (Elias, 1992; Gebara, 2002 e Heine-mann, 1989) apontam a industrialização como um ambiente favorável à disseminação dos esportes em geral, a medida em

2. As mudanças nas regras acontecem desde o surgimento das primeiras partidas de futebol. A regra que mais causou e ainda causa controvérsias é a do impedimento, que já foi alterada várias vezes. Regras sobre substituições, penalidades máximas (o famoso pênalti), também já sofreram várias modificações ao longo do tempo. Sobre a evolução das regras do futebol acessar: <http://www.museudosportes.com.br>.

que modificou radicalmente a vida em sociedade. Desse modo, criou não apenas os horários rígidos de trabalho; mas os horários de não-trabalho ou horários livres, que eram vistos como o tempo para os operários se recuperarem das exigências do processo do trabalho diário. Tal situação propiciou que os esportes rapidamente despontassem como uma prática dos trabalhadores nos horários livres.

Mas, não só trabalhadores praticavam esportes, a elite o praticava antes mesmo dos trabalhadores. Os esportes eram praticados em escolas das elites tanto para preparar os jovens para as guerras, desenvolver habilidades corporais, respeitar regras, etc. Os ideais burgueses de respeitabilidade por analogia com as regras, a convivência social, a prática do cavalheirismo e o *fair play*³, que significa jogo leal ou jogo limpo, eram requeridos para a educação e a distinção das elites.

Também, cabe ressaltar que, a conseqüente melhora nos meios de transporte, com o advento da industrialização, possibilitou que os esportes chegassem a locais mais distantes e posteriormente possibilitou campeonatos internacionais entre os praticantes. A modernização dos meios de comunicação possibilitou uma abrangência ainda maior desses esportes, tanto enquanto prática como enquanto espetáculo.

Não obstante todos esses avanços da tecnologia promovidos pela industrialização que acabaram por ajudar na disseminação do esporte, Elias (1992) classifica os processos de industrialização, urbanização e esportivização, como pertencentes a um processo maior, que seria o processo civilizador⁴.

3. O fair play constituiu um dos documentos filosóficos internacionais produzidos na década de 60 do século XX, com orientações aos participantes, praticantes e demais envolvidos nas competições esportivas, o sentido de respeito ao espírito esportivo. Para mais detalhes consultar Freyre, G. Fair play. A Província, n.292. pág. 3, 19 dezembro de 1929.

4. - O impedimento e o aumento da largura das metas têm sido propostos para aumentar o número de gols, para incentivar um maior número de gols, proporcionando mais momentos de catarse para todos, mas mais do que regras específicas, discute-se exaustivamente procedimentos de organização dos espetáculos. Para maiores informações consultar, por exemplo, a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor, que foi abordada no Capítulo I do presente livro.

A disseminação de jogos, na forma de esporte⁵, a partir da Inglaterra para outros países europeus e posteriormente para outros continentes pode ser compreendida como um fenômeno desse processo civilizador, pois as regras passaram a ser mais rígidas, orientadas por ideais de justiça, igualdade de oportunidade e êxito e

além disso, sob a forma de esportes, as competições integram um conjunto de regras que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável proteção contra os ferimentos físicos. A esportificação, em resumo, possui o caráter de um impulso civilizador comparável, na sua orientação global, à 'curialização' dos guerreiros, onde as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo e do qual tratei num outro lugar⁶ (Elias, 1992, p.224).

O desenvolvimento de regras mais rígidas, e dos impulsos que favoreceram o seu surgimento, não são verificáveis somente no esporte. Esporte e sociedade caminham juntos, o desenvolvimento do esporte, apesar de hoje demonstrar certa autonomia em relação ao desenvolvimento da sociedade, não pode ser dissociado deste. O desenvolvimento das regras no esporte, possibilitou esportes menos violentos que poderiam ser praticados entre diversas comunidades, justamente por regular a violência e por terem regras 'universais' que transcendiam, de certa forma, as regras locais. Por outro lado o desenvolvimento das regras na sociedade possibilitou, por exemplo, a

5. - A análise aqui é especificamente do caso europeu. O autor não diz se este processo ocorreu ou não em outros locais seguindo o modelo da Inglaterra, como se este país estivesse adiantado frente aos outros quanto à industrialização, e não afirma se o conceito pode ou não ser usado como instrumento para análise da realidade em outros locais, mas afirma que a relação entre industrialização e esportificação, e as respectivas transformações que tais processos causaram, é notável.

6. - Adota-se aqui o conceito de Elias, para quem esporte – qualquer que seja – é uma atividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes, que exige um certo tipo de esforço físico e se realiza de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada (Elias, 1992, p. 230).

formação de um parlamento forte, no caso inglês, que não mais era disputado na violência física e a sucessão dos cargos deixou, com o passar do tempo de ser violenta, para uma transição pacífica (Elias, 1992), como descrito a seguir:

É difícil considerar como um mero acidente o fato de os passatempos relativamente mais violentos e menos regulamentados das classes proprietárias de terras se terem transformados em passatempos relativamente menos violentos e mais minuciosamente regulamentados, que deram à expressão 'esporte' o seu sentido moderno, no mesmo período em que essas classes sociais renunciaram à violência e aprenderam a forma de autodomínio mais elevada exigida pela via de controle parlamentar e, em especial, pela mudança de governos (Elias, 1992, p.254).

Desta maneira, se o processo civilizador se caracteriza por ações que, cada vez mais, regulam a violência, seja ela no esporte, na política, ou em qualquer outra área de atuação humana, como que se explica o surgimento ou ressurgimento de atitudes violentas entre os membros da sociedade?

Assim como Elias (1992, p.230) descreve o processo civilizador e aponta a “feudalização” como um dos seus impulsos contrários ou descivilizador na história das sociedades, Gebara (2002) também constrói a mesma relação para o caso do esporte:

A história de esporte e do lazer é a história do processo de construção do comportamento e das instituições humanas, tanto quanto de suas contradições – afinal, é bom não esquecer que os retornos à violência, tanto no esporte (torcidas organizadas), quanto na política (nazismo), são processos descivilizadores (Gebara, 2002, p.25).

Nesta perspectiva, pode-se perguntar aqui, então: Que papel as torcidas organizadas estão desempenhando hoje no futebol brasileiro? Há divergências entre os propósitos de criação de uma torcida organizada, a opinião dos seus dirigentes e as ações que estão sendo realizadas? Como as torcidas organizadas se relacionam internamente ? E, externamente, com as outras torcidas organizadas ?

É preciso entender que apesar da relação entre as torcidas organizadas ser intrinsecamente conflituosa, tal questão não pode ser vista como um aspecto negativo e ofensivo à sociedade. Afinal, a sociedade não é harmônica, ou que tende sempre a uma harmonia, na qual o conflito é um fator de dissociação, como se existissem os fenômenos normais e os patológicos dentro de uma sociedade, nos dizeres de Durkheim:

Chamaremos normais aos fatos que apresentem as formas mais gerais e daremos aos outros a designação de mórbidos ou de patológicos. (...) poder-se-á afirmar que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão de saúde é um fenômeno mórbido (Durkheim, 1973, p. 416).

O conflito constitui uma forma de interação humana que não pode ser exercido por um indivíduo apenas. Como toda interação é uma forma de sociação, logo o conflito é uma forma de sociação (Simmel, 1983). No entanto, o conflito tem aspectos positivos e negativos e por esse motivo distingue-se da indiferença:

Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com essa negatividade pura, o conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente (Simmel, 1983, p.123).

Simmel também acrescenta que o conflito faz parte da sociedade e só com sua presença é que esta se desenvolve:

assim como a sociedade precisa de 'amor e ódio', isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (Simmel, 1983, p. 124).

Sustentando-se na idéia de que o conflito é uma forma de sociação e que tem aspectos positivos e negativos é que as relações entre as torcidas organizadas serão tratadas aqui. É importante lembrar também que as relações sociais não são homogêneas e que o conflito não pode ser a única forma de interação entre os indivíduos

A essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, ainda que a análise científica não se dê por satisfeita enquanto não determina o específico poder de coesão de unidades elementares (Simmel, 1983, p.128).

A partir dessas considerações introdutórias, fica mais claro a forma como se pretende focar as torcidas organizadas, seja enquanto parte do espetáculo futebolístico e que busca por uma otimização das tensões, seja enquanto um grupo que se relaciona com outros grupos, de forma conflituosa e até mesmo violenta.

2. As Torcidas do Gama.

2.1 - Torcida “Inferno Verde” (TIV).

A Torcida “Inferno Verde” do Gama foi fundada em 15 de dezembro de 1998 por moradores de Samambaia, Gama, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Cruzeiro e Asa Norte, como descrito a seguir:

“No dia 12 de dezembro na véspera do jogo⁷ Gama e Londrina alguns torcedores deslumbrados com o carisma que a cidade demonstrava pelo Gama, resolveram fundar uma nova torcida, sendo que esta teria o objetivo de aglutinar torcedores da cidade do Gama, bem como de outras cidades do entorno” (Inferno Verde).

7. - Jogo que, segundo a pesquisa do Lance.net, foi o de maior público do Estádio Mané Garrincha, em 20 de dezembro de 1998, com 51.000 pagantes.

A passagem, acima citada, que esta no site oficial da “Inferno Verde” romantiza e simplifica um pouco a história da formação da torcida. A torcida, segundo entrevista concedida por Tatu⁸, um dos fundadores da torcida e presidente da mesma desde a sua fundação até, mais ou menos, o meio de 2006, foi fundada durante o Campeonato Brasileiro da “Série A” de 1998.

O ano de 1998 foi o primeiro em que o Gama disputou a primeira divisão do futebol brasileiro, a “Série A” como se chama atualmente a elite do futebol brasileiro, tendo conquistado esse direito pelo ao fato de ter sido o vencedor da “Série B” do Campeonato Brasileiro no ano de 1997.

Com a ascensão do Gama à elite do futebol brasileiro, alguns torcedores, que não necessariamente eram torcedores exclusivos do Gama, ou mesmo nem torciam para o Gama pouco tempo antes da formação da torcida, foram os responsáveis por tal fato. O próprio Tatu odiava o Gama devido ao fato desse ter vencido o time do Samambaia Futebol Clube, time pelo qual ele tinha certa simpatia, na final do campeonato distrital, o Campeonato Brasiliense de Futebol, primeira divisão, do ano de 1995. Várias das outras pessoas que participaram da formação da torcida faziam parte de torcidas organizadas de outros estados, como, por exemplo, da extinta Mancha Verde da Sociedade Esportiva Palmeiras, Torcida Jovem do Flamengo, a “Jovem FLA”, do Clube de Regatas do Flamengo, Força Jovem do Vasco, do Clube de Regatas Vasco da Gama, entre outras. Há, portanto, uma espécie de canalização da experiência vivida por esses torcedores em grandes centros do futebol do país para o futebol brasiliense.

O fato de o Gama ter subido para a “Série A” (foi de suma importância para que esses torcedores resolvessem fundar uma torcida organizada para apoiá-lo, vendo que os grandes clubes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre outros estados, já tinham suas torcidas, e agora entendendo que o Gama tornara-se um grande clube a torcida fazia-se necessária. Logicamente, a decisão não veio de repente, foi um processo.

8. - Entrevista concedida por Tatu, no dia 16 de outubro de 2006, realizada próxima ao Palácio do Buriti, com duração de mais ou menos 30 minutos.

Conforme se pôde notar nas entrevistas e nas idas à campo, havia, e de certa forma ainda há, um espaço a ser preenchido no coração dos apaixonados por futebol residentes no Distrito Federal que não tinham, e volta e meia voltam a não ter, um clube competitivo nacionalmente dentro de seu estado para apoiarem. O Gama no decorrer de 1997 e 1998, principalmente, devido aos seus expressivos resultados dentro de campo, foi preenchendo esse espaço no coração dos brasilienses apaixonados por futebol. Isso aconteceu também com o Tatu e seus amigos que, auxiliados pelo fato de já terem experiências com torcidas organizadas de outros clubes resolveram fundar a do Gama.

Em sua formação inicial a “Inferno Verde” contava com um presidente, um vice-presidente, um diretor administrativo, um relações públicas, um tesoureiro e mais um presidente e um vice de cada distrito⁹. Hoje em dia, essa estrutura não mudou muito, acrescentou-se mais um relações públicas, sendo que agora um é responsável pelas relações públicas locais e o outro pelas relações públicas interestaduais. Somente os membros da diretoria têm direito de voto.

A torcida, formada por torcedores de várias cidades do DF, já em seu início contava com uma boa rede de relações nessas cidades, cada uma fundou um distrito da torcida, o que ajudou na visibilidade da mesma. A torcida conta com 29 distritos¹⁰, sendo que são 18 no DF e mais 11 em outros estados e é até hoje a única torcida do Gama que não foi formada dentro da cidade do Gama e isso é motivo de orgulho dos seus fundadores.

Depois de formada a torcida, a primeira decisão que esta teve que tomar foi o nome que seria dado. Essa foi uma longa discussão, pois como os fundadores eram ex-membros de outras torcidas organizadas, cada um tinha como preferência nomes que se assemelhavam a sua ex-torcida. No entanto, de

9. - Distrito é o nome dado às subdivisões da torcida em outras localidades, seja dentro do mesmo estado ou não.

10. - Tatu, ao afirmar que a “Inferno Verde” tem 29 distritos está contando como distrito as subdivisões e também com as torcidas de outros estados com as quais a “Inferno Verde” mantém uma amizade, o que não se caracteriza como distrito.

última hora, decidiu-se por “Inferno Verde”, em homenagem “há uma das mais aguerridas torcidas organizadas¹¹ do estado de Goiás extinta em 1996” (Inferno Verde). Decidiu-se por aquele nome para homenagear a extinta “Inferno Verde” de Goiás e principalmente porque a “Força Jovem do Goiás” que nasceu da extinta torcida ajudou muito os torcedores do Gama a organizarem a sua própria torcida, tornando-se assim a “Força Jovem do Goiás” a primeira aliança¹² da “Inferno Verde” no cenário das torcidas organizadas.

Posteriormente, decidiu-se outros assuntos como cores, mascote, etc. Nesses quesitos a torcida não se diferenciou muito do clube. O mascote da torcida é o periquito, o mesmo do clube, só que mais estilizado, mais forte, “mais bombado, mais violento” (Tatu). As cores também são as mesmas do clube, o verde e o branco, sendo inclusive a mesma cor da “Força Jovem do Goiás” e da extinta “Inferno Verde” do estado de Goiás.

No início a torcida contou com o apoio, inclusive, do clube. Assim foi, também, durante muito tempo com as torcidas dos grandes clubes do Rio e de São Paulo, até estas descobrirem que tais apoios não eram tão vantajosos para a torcida como pensavam, na “Inferno Verde” também foi assim.

O presidente do Gama, no início da “Inferno Verde” apoiava esta com doações de ingressos para jogos, e em algumas vezes nem limitava o número de ingressos para doação, qualquer que fosse o número de torcedores que chegasse junto com a torcida, nem precisavam ser necessariamente da “Inferno Verde”, mas a esta era atribuída a tarefa de divulgação, recebiam seus ingressos gratuitamente.

Hoje, no entanto, a torcida não recebe nenhum tipo de benefício do clube. Parece que tais relações, amigáveis ou não,

11. - A torcida a qual se refere a citação é a “Inferno Verde” do Goiás Esporte Clube (GEC) que se extinguiu em 1996 e que serviu de base para a formação da Força Jovem do Goiás em 1997 (GOIÁS).

12. - Por aliança entre torcidas entende-se amizade, uma relação de certa forma pacífica, normalmente essas alianças se dão entre torcidas de estados diferentes, para que quando haja um jogo no estado de uma torcida aliada, esta possa recepcioná-la e auxiliá-la em sua segurança contra possíveis ataques de torcidas rivais.

dependem muito das pessoas que estão na presidência de cada entidade. Há de se ressaltar que uma boa relação entre a diretoria do clube e a torcida, dá, pelo lado da diretoria do clube, um ambiente mais tranqüilo para que essa possa trabalhar sem as reclamações advindas das arquibancadas, mas por outro lado se essa relação for baseada em benefícios para a torcida, tais benefícios podem acarretar em menor arrecadação financeira por parte do clube. Já pelo lado da torcida se os benefícios que os clubes podem lhe oferecer são um atrativo, tais benefícios tornam a torcida quase como um “marionete” da diretoria, não podendo reclamar da administração desta por correr o risco de perder os benefícios.

É uma relação complexa, onde há grande disputa de interesses entre a diretoria do clube e a diretoria das torcidas. A diretoria da “Inferno Verde”, apesar de parecer sentir certa saudade das antigas relações que tinha com o clube, se orgulha em dizer que é a única torcida do DF que não recebe ajuda de ninguém, isso inclui o clube e políticos.

As torcidas organizadas, por aglomeram muita gente, sempre são alvo de políticos, sejam estes bem intencionados ou não. Na “Inferno Verde” não é diferente. O próprio presidente do Gama, que ajudou a “Inferno Verde” na sua consolidação, em seu início, atua politicamente. Esse presidente visava ajudar o clube e queria uma eleição, segundo Tatu. Hoje em dia o nome forte que se associa ao Gama é o do atual Governador, que está, inclusive, reformando o Estádio Valmir Campelo Bezerra, o “Bezerrão”, do Gama com recursos do Governo do Distrito Federal. No entanto, essa ajuda se limita ao clube; pois, a “Inferno Verde” não recebe nenhum tipo de apoio. Tatu, meio que em tom de lamentação, nos informa que os políticos só ajudam as torcidas em época de eleição.

Com relação às alianças entre torcidas organizadas, a “Inferno Verde” não tem nenhuma aliança oficial dentro do DF, mas amizade com a “Raça Alvinegra”, do Sobradinho Esporte Clube, com a “Gato Mania”, do Ceilândia Esporte Clube, com a

“Força Azul”, da Associação Atlética Luziânia e um pouco com a “Brazloucura”, da Sociedade Esportiva Brazlândia. Porém, “união grande mesmo aqui é com a do Ceilândia” (Tatu).

As alianças dentro do DF não seguem necessariamente a mesma lógica do cenário nacional, o que pode ser constatado é que muitos dos diretores dessas torcidas se conhecem pessoalmente, ou mesmo surgiram a partir da mesma, como é o caso da Gato Mania do Ceilândia, que eram membros da “Inferno Verde”. Estes, por morarem em Ceilândia, queriam formar uma torcida para o seu time, o Tatu os incentivou e o que ficou acordado foi o seguinte: “vocês montem lá dentro, forma-se uma união lá dentro, para os jogos do Gama na “Série A” ou “Série B” todo mundo cai pra cá, agora para os jogos locais (jogos do campeonato distrital) vocês ficam lá dentro” (Tatu). Tatu ressalta que inclusive os diretores atuais das torcidas do Brasiliense passaram pela “Inferno Verde” do Gama.

Já as alianças fora do DF são com a “Força Jovem”, do Goiás Esporte Clube, a “Torcida Garra Operariana”, do Operário Futebol Clube, com o “Esquadrão Alvinegro”, do Esporte Clube XV de Novembro, com a “Fúria Independente”, do Guarani Futebol Clube, com a “Super Raça Gremista”, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, com a “Torcida Furacão Azul”, do São Raimundo Esporte Clube, a “Torcida Organizada Bamor”, do Esporte Clube Bahia e várias outras amizades em todas as regiões do Brasil, como com o “Império Alviverde”, do Coritiba Foot-Ball Club, com os “Leões da Torcida Uniformizada do Fortaleza”, do Fortaleza Esporte Clube, Torcida Organizada “Inferno Verde” Coral, do Santa Cruz Futebol Clube, com a “Mancha Alviverde”, da Sociedade Esportiva Palmeiras, entre outras:

alianças de clubes pequenos, como o Gama é hoje, elas são fortes, são boas, é união mesmo, mas já com clube grande não é união, porque esses caras só dependem de tu pra ter alguém deles influente dentro da sua torcida, que é pra vender o material (Tatu).

Nas alianças fora do DF as relações nem são tão pessoais, pode-se considerar uma exceção, talvez, o caso da “Força Jovem”, do Goiás. O que se percebe é uma relação entre torcidas de mesma cor, como a do Goiás, do Coritiba, do Guarani, do Palmeiras, todas elas verdes. Outro aspecto que tem que se levar em consideração nas alianças entre torcidas de outros estados é o chamado lado A e lado B das torcidas. Por exemplo, a torcida do Palmeiras é aliada com a do Vasco, a “Inferno Verde” é aliada com a do Palmeiras, então, teoricamente, e isso pode causar grande confusão, o Gama não pode ter no estado do Rio de Janeiro outra torcida aliada que não seja a do Vasco, e tem que ser exatamente a mesma.

A diferença entre lado A e lado B é levada muito a sério entre as grandes torcidas e torcidas de grande rivalidade, no entanto, a torcida do Gama não se encaixa entre as grandes do Brasil e não tem grandes rivalidades com as grandes torcidas do Brasil, por isso é até compreensível que esta tenha certa amizade, algo que não chega a ser uma aliança, com a “Torcida Jovem do Botafogo”, do Botafogo de Futebol e Regatas. Outro indício da “Inferno Verde” não fazer parte das grandes torcidas do Brasil, além do número de participantes, é claro, é o fato de suas alianças mais fortes serem com torcidas que também não figuram entre as mais expressivas do Brasil. No entanto, vale lembrar que tal fato pode-se dar devido ao fato de o clube do Gama atualmente disputar a “Série B” do Campeonato Brasileiro, e necessitar de laços mais fortes com as torcidas dos clubes que disputam essa mesma competição.

Com relação aos membros, Tatu nos informa que estes variam muito de acordo com o momento da equipe, já chegou a ter mais de sete mil sócios, quando o clube estava na “Série A”, mas como caiu para a “Série B” e chegou até mesmo a terceira divisão ou “Série C”, os torcedores foram perdendo o interesse pelo clube. Hoje em dia a “Inferno Verde” tem cerca de dois mil torcedores cadastrados, no entanto, é bastante difícil ver esse número de torcedores no estádio, visto que o Gama tem uma das menores médias de público da “Série B”, com apenas 1705 torcedores por jogo (Almanaque).

Os membros da “Inferno Verde” não pagam nenhum tipo de mensalidade, essa já foi adotada entre os anos de 1998 e 1999, mas devido a outras preocupações na época acabou sendo deixada de lado. Preocupações com o processo que a torcida movia para não deixar que o Gama fosse rebaixado em 1998, para a “Série B” do Campeonato Brasileiro, de forma injusta¹³. Sendo assim, os próprios torcedores se ajudam para poder levar outros torcedores que estão sem condições financeiras para freqüentarem determinados jogos de maior importância. E Tatu nos afirma também, que de vez em quando, bem de vez em quando, o vice-governador dá alguma ajuda para a torcida.

A “Inferno Verde” ainda não conta com uma sede própria, está providenciando uma, mas conta com um site na internet com algumas informações sobre a torcida¹⁴.

2.2. - Torcida “Ira Jovem” (TIJ).

A Torcida “Ira Jovem” nasceu de alguns membros dissidentes da extinta “Força Jovem do Gama”, de acordo com o site Organizadas Brasil – O Portal das Torcidas Organizadas¹⁵, a Ira foi fundada oficialmente no dia 13 de Março de 2003.

A dissidência ocorreu, segundo Fábio¹⁶, devido a divergências entre membros da Força Jovem e a diretoria na época. Esses membros se reuniram, resolveram sair e fundar uma nova torcida, a “Ira Jovem”. Esta começou com aproximadamente 35 membros e devido ao trabalho dessas pessoas, foi crescendo, aglutinando novos torcedores, sendo, inclusive, o seu sucesso com os torcedores uma das causas da extinção da Força Jovem.

A “Ira Jovem”, diferentemente da “Inferno Verde”, está mais concentrada dentro da cidade do Gama, isso restringe um

13. - Ver: Cruz, J. C. N. *Apelando à Razão: Futebol e Identidade no Gama/DF*. Monografia de graduação, UnB, 2002.

14. - O referido site é <http://www.infernoverde.com>.

15. - Consultar <http://www.organizadasbrasil.com.br>.

16. - Entrevista realizada com Fábio, ex-integrante da diretoria da “Ira Jovem”, atualmente faz parte da bateria da Ira, no dia 19 de novembro de 2007, por telefone, com duração aproximada de 15 minutos.

pouco o seu potencial de aglomerar novos torcedores de outras cidades. Mesmo estando mais concentrada no Gama ela conta com vários distritos espalhados por Brasília, como: Guará, Riacho Fundo, Asa Norte, Águas Claras e Cruzeiro.

Com relação às escolhas das cores da torcida, seguiu-se o mesmo caminho da “Inferno Verde”, ou seja, seguiu-se as cores do próprio clube, no caso, o verde e branco. E na escolha do mascote, os membros analisaram os mascotes de outras torcidas, foram vendo o estilo dos mascotes e acabaram por escolher o Pânico¹⁷. “Aí, a gente resolveu colocar o Pânico, porque é aquele negócio, né? A molecada gosta dessas coisas, aí a gente resolveu fazer o gosto deles” (Fábio).

As decisões ordinárias são tomadas pela diretoria, esta é formada por um presidente, um vice-presidente, três diretores de arte, que cuidam das faixas, bandeiras, instrumentos musicais e mais dois diretores de material, que são os responsáveis pelo zelo dos materiais criados pelos diretores de arte. A relação entre os membros da torcida e a diretoria da torcida é bastante estreita, os membros podem opinar, falando inclusive direto com o presidente sobre coisas que discordam, ou idéias novas. Sempre que está para ocorrer decisões importantes dentro da torcida os membros são avisados com antecedência, para que possam comparecer a reunião da diretoria, mesmo que em última instância as decisões finais sejam da própria diretoria. As reuniões são abertas e a hierarquia não é das mais rígidas conforme nos disse Fábio.

A Ira conta, hoje em dia, com aproximadamente 700 membros¹⁸, no entanto, Fábio só leva em consideração os membros que freqüentam o estádio com certa assiduidade, segundo ele se fosse contar tomo mundo seria muita gente. A Ira nunca cobrou nenhum tipo de mensalidade dos membros,

17. - Pânico é o personagem que aparece nos filmes Pânico 1, 2 e 3 (1996, 1997 e 2000, respectivamente) da Miramax Films, assemelhando-se a imagem de um fantasma, com fisionomia bastante assustadora.

18. - Todos os dados com relação a membros de torcida, são baseados nos depoimentos dos entrevistados, deve-se levar em conta que as torcidas não têm um cadastro de torcedores e que o número de torcedores organizados nos estádios é bem menor.

aí, agora como está apertando mais, né? Porque o Gama não está numa campanha boa (e isso de certa forma influencia nos apoios que a Ira recebe dos políticos), e o estádio novo vai ser inaugurado dia 21 de abril, né? Aí a gente vai fazer uma mensalidade de 5 reais por mês (Fábio).

Essa mensalidade servirá de caixa para a torcida para a realização de eventos e, principalmente, para a confecção de materiais, como bandeiras, camisas, faixas, etc.

A Ira também não conta uma sede própria, busca uma por meio de seus apoios políticos, já que o político que apóia a Ira tem vários comércios na cidade do Gama e a Ira espera que possa ser beneficiada com um espaço, no qual possa expor seus materiais à venda, como camisetas, souvenirs e que esse espaço sirva também como sede, onde possa se realizar reuniões e confraternizações. Fábio nos adiantou que na reforma que está sendo feita no Bezerrão, haverá uma área destinada tanto para a Ira como para a “Inferno Verde” para que essas possam expor seus materiais à venda. Apesar de não contar com uma sede própria, as reuniões da Ira, e outros eventos, acontecem no galpão da escola de samba Mocidade Independente do Gama, já que esta tem aliança com a Ira e ambas têm muitos integrantes em comum.

A Ira na sua formação não contou com nenhuma ajuda do clube, a única ajuda que recebeu desse e ainda continua recebendo, de forma esporádica, são os ingressos, que segundo Fábio, são passados à Ira principalmente em jogos importantes, fora isso, não recebe e nem nunca recebeu nenhum outro tipo de apoio do clube. No entanto, sempre recebeu algum tipo de apoio de políticos e empresários, sejam esses da cidade do Gama ou não. No início de sua formação, a Ira teve o apoio do ex-presidente do Gama e ex-administrador da cidade do Gama, que, atualmente, é suplente na Câmara Legislativa do Distrito Federal, hoje em dia conta com o apoio de um ex-deputado distrital e atualmente Primeiro Secretário da Câmara Legislativa. Este último dá apoio com camisetas, faixas, bandeiras e é o único apoio concreto da torcida.

Com relação às alianças, dentro do DF a Ira não tem nenhuma. Tinha de certo modo com a torcida do Ceilândia, a

“Gato Mania”, um pouco pelo fato dessa já ter amizade com a “Inferno Verde”. Mas a “Gato Mania”, talvez, pela proximidade da cidade de Ceilândia com a de Taguatinga, acabou por fazer amizade com a torcida do Brasiliense, e rompeu amizade com a Ira, talvez ainda mantenha certa amizade com a “Inferno Verde” devido à relação de amizade que existia entre alguns membros de ambas as torcidas.

Já as alianças fora do DF, curiosamente, a Ira tem alianças com as inimigas das alianças da “Inferno Verde”. Por exemplo, se no Ceará a “Inferno Verde” tem aliança com a “Leões da Torcida Uniformizada do Fortaleza”, a Ira tem com sua rival, a “Torcida Organizada Cearamor”, do Ceará Sporting Club, e assim por diante. A Ira tem alianças também com a “Terror Fiel Bicolor”, do Paysandu Sport Club, a “Garra Alvinegra”, do ABC Futebol Clube, de Natal-RN, com a “Torcida Jovem do Galo”, do Botafogo Futebol Clube, da Paraíba, A “Força Jovem do Goiás”, parece ser a única exceção à regra, com esta ambas as torcidas do Gama têm aliança, talvez pela proximidade, mas principalmente pelo fato de a rival da “Força Jovem do Goiás” ser a “Esquadrão Vilanovense”, do Vila Nova Futebol Clube, e esta ser aliada das torcidas do Brasiliense.

O fato de a Ira, sendo esta mais jovem do que a “Inferno Verde”, ter feito alianças rivais, evidencia uma relação não muito amistosa entre essas torcidas. No entanto, é evidente que em jogos contra clubes com os quais nenhuma das duas torcidas tem aliança, ambas ficam de certa forma lado a lado, já que unidas seria dizer demais, fazendo frente à torcida adversária. No entanto, em jogos nos quais uma das duas tem aliança com a torcida adversária, as torcidas do Gama ficam separadas, sendo que as aliadas ficam unidas.

3. As Torcidas do Brasiliense.

3.1 - Torcida “Febre Amarela” (TFA).

A Torcida “Febre Amarela” do Brasiliense seguiu, de certa forma, uma história parecida com a do próprio clube Bra-

siliense. Sua formação veio de cima pra baixo, foi impulsionada pelo presidente do clube, conforme nos fala Robério¹⁹:

a “Febre Amarela” quando começou era o seguinte: o presidente montou o clube (...) e começou a fazer sorteio de televisão, aquele negócio e tudo pra levar torcedor, nessa ida, que eu fui uma vez, peguei gosto, gostei, aí já tinha o hino do clube, o presidente sugeriu a idéia de colocar o nome “Febre Amarela” e tudo, fez faixas pra gente e tudo (...) com esses negócios da faixa, no hino, e tudo, foi indo, foi indo, foi indo, e foi crescendo, o time foi subindo (...) (Robério).

De tal maneira, fica difícil estabelecer a data exata de formação da torcida, mesmo porque essas datas, muitas vezes, são escolhidas somente para formalizar um dia específico, visto que a formação das mesmas é um processo. No entanto, no mês de dezembro de 2007 será realizada uma festa para comemorar os 7 anos da Torcida “Febre Amarela”.

A iniciativa dada pelo presidente, logicamente, foi decisiva para a formação da torcida, no entanto, esta não teria tido sucesso sem os resultados do clube dentro de campo, e sem o aparecimento de uma pessoa que se responsabilizasse por tentar organizar essa torcida, no caso o próprio Robério. Este é o atual presidente da “Febre Amarela” e está na torcida, como líder, desde o seu surgimento, passando por momentos de glórias e de dificuldades junto com o clube.

O Brasiliense teve uma ascensão meteórica no cenário do futebol, sendo criado no final de 2000, em 2002 conseguiu o título do Campeonato Brasileiro da “Série C”, ganhando o direito de disputar a “Série B” no ano seguinte, e tendo chegado a final da Copa do Brasil, perdendo o título para o Sport Club Corinthians Paulista, numa final polêmica. Em 2004, o Brasiliense sagra-se campeão do Campeonato Brasileiro da “Série B”, garantindo assim, uma vaga na elite do futebol brasileiro, no Campeonato

19. - Entrevista concedida por Robério, no dia 24 de outubro de 2006, realizada no Setor O, em Ceilândia, com duração de mais ou menos 35 minutos e a mesma estrutura das anteriores.

Brasileiro da “Série A” , do ano seguinte e vence também pela primeira vez o campeonato distrital, o Campeonato Brasiliense de Futebol. Em 2005, o Brasiliense sofre um revés e é rebaixado para a “Série B” do Campeonato Brasileiro, onde se encontra até hoje, mas em 2007 sagra-se tetracampeão brasiliense, consecutivo, e assume a hegemonia no futebol brasiliense.

Da mesma maneira ocorreu com a “Febre Amarela”, e com a torcida do Brasiliense de uma forma geral, começando timidamente, mas impulsionada pelos privilégios concedidos pelo presidente e pelas conquistas do clube, foi crescendo de forma bastante rápida, ocupando a lacuna da falta de um grande time de expressão nacional no DF no coração dos brasilienses que, de alguma forma, não simpatizavam com o Gama. A “Febre Amarela” já chegou a ter mais de 2.000 membros cadastrados em seu auge, no entanto, hoje, devido a alguns problemas entre as torcidas do Brasiliense, a torcida conta com entre 150 e 200 membros.

Os membros da Febre estão divididos em dois distritos somente. No caso da “Febre Amarela”, estes têm o nome de comando, o 1º Comando é o de Ceilândia, onde a torcida foi criada e apresenta o maior número de torcedores, e o 2º Comando é o de Taguatinga, local em que se localiza o estádio do clube, o Serejão, Boca do Jacaré, e concentra grande número de torcedores também. Tem contudo um terceiro comando, mas que não entra como um comando de uma localidade específica, pois na verdade, especifica um grupo, a saber: o Comando Feminino, sendo seu nome auto-explicativo.

Em sua formação inicial, a diretoria da “Febre Amarela”, contava basicamente com o Robério, que era o grande responsável pela torcida. Hoje em dia a torcida conta com um presidente, um vice-presidente, um diretor geral, um tesoureiro, um diretor de bateria, e seus respectivos suplentes. Tem, inclusive, segundo o próprio Robério, advogado e toda a papelada que se precisa para abrir uma empresa, já que a torcida “Febre Amarela” é registrada como entidade filantrópica. Nas decisões da torcida, somente os membros da diretoria têm direito a voto, cabendo ao presidente o voto de minerva.

Com relação à escolha das cores e do mascote da torcida seguiu-se os utilizados pelo clube, e Robério nos explica o porquê:

a cor, muita gente não sabe, o Brasiense é tricolor, ele é verde, branco e amarelo. Agora, já na nossa torcida predomina o amarelo, porque todas as torcidas organizadas, elas não gostam de usar uma cor de uma camisa que lembra um adversário, ela gosta de usar sempre uma cor que predomina, então se ela é “Febre Amarela”, e a camisa nossa sempre foi amarela, não tem como a gente meter uma camisa branca na torcida (...) o negócio do mascote é que sempre o clube carregou no símbolo dele um jacaré (...) o presidente pegou o Serejão, reformou, colocou o nome dele de Boca do Jacaré (Robério).

Vemos, com as citações acima o total alinhamento da torcida com o clube durante seu processo de formação. Esse alinhamento não ficava somente no plano ideológico, mas financeiro também: “(no início) Era bem mais fácil, né? Porque no início era vaca gorda, vou falar assim, porque como o presidente estava querendo ter uma torcida e não tinha na época, ele patrocinava a gente bem mais” (Robério).

No entanto, hoje, a relação ainda existe, mas não é tão estreita como durante o processo de formação da torcida: “Hoje não, hoje nós temos a ajuda só com ingresso, e isso aí toda torcida tem, não adianta neguinho vir falar que: ‘ah a gente não é mercenário.’” (Robério).

Da mesma maneira que as torcidas do Gama têm ligação com algum político, com a “Febre Amarela” não é diferente. Apesar de ter tido um forte apoio do presidente na época da formação da torcida, este está mais ligado ao clube hoje em dia e a “Febre Amarela” recebe apoio de um deputado distrital.

Com relação às alianças da “Febre Amarela”, dentro do DF, esta mantém aliança, ou melhor dizendo, amizade, somente com a “Torcida Sucuri Mania”, do Paranoá Esporte Clube. Fora do DF estão as alianças mais importantes da “Febre Amarela”, sendo a principal delas a “Torcida Máfia Azul”, do Cruzeiro Esporte Clube, mas tem também com a “Torcida Esquadrão Vila-

novense”, do Vila Nova Futebol Clube, com a “Torcida Jovem do Sport”, do Sport Clube do Recife, com a “Torcida Organizada Remoçada”, do Clube do Remo, com a “Torcida Organizada os Fanáticos”, do Clube Atlético Paranaense. Dentre essas alianças, obedecendo sempre o lado A e lado B das organizadas, pode-se perceber algumas por afinidades de cor, como é o caso das que também predominam o amarelo como a Jovem do Sport e a Sucuri Mania do Paranoá.

Por outro lado, a aliança com a “Máfia Azul”, do Cruzeiro, a aliança mais forte que a Febre tem, é advinda de um processo interessante. Como em 2005 o Clube Atlético Mineiro, maior rival do Cruzeiro, foi rebaixado para a “Série B” do Campeonato Brasileiro, passou no ano seguinte a disputar jogos contra o Brasiliense. Devido ao fato de Brasília e Belo Horizonte serem razoavelmente próximas, a presença dos torcedores visitantes, seja nos jogos em Belo Horizonte ou em Brasília, nos jogos entre Atlético-MG e Brasiliense, foi expressiva. Dessa maneira, como se dá na formação de algumas alianças, a torcida do Brasiliense precisava de um aliado em Belo Horizonte, para ser recepcionada e não passar por maus momentos contra os atleticanos. Os cruzeirenses, vendo a possibilidade de aumentar suas alianças e fazer frente aos seus rivais acabaram formalizando aliança com a “Febre Amarela”. Mas tal aliança saiu caro aos cruzeirenses.

Num jogo entre Brasiliense e Sport, antes da Febre estar aliada com a “Jovem do Sport”, torcedores da “Torcida Independente”, do São Paulo Futebol Clube e da “Jovem Fla”, aliadas da “Jovem do Sport”, foram ao estádio Boca do Jacaré representar seu aliado do Recife que estava em pequeno número. Fora do estádio houve confronto entre a “Jovem FLA” e a Independente contra a Febre, e havia alguns torcedores da “Máfia Azul” junto com a torcida do Brasiliense, sendo que estes últimos faziam parte da aliança entre “Jovem FLA”, “Independente” e “Jovem do Sport” até então, mas com esse episódio, e mais algumas outras divergências que já tinham ocorrido, e outras que viriam a acontecer, a Independente e a “Jovem FLA” acabaram por romper a aliança com a “Máfia Azul”.

Já com relação aos membros e mensalidades. Não há nenhum tipo de cobrança de mensalidade hoje em dia. Já houve tal cobrança, que por problemas estruturais, deixou de ser existir, no entanto, pretende-se voltar a cobrar as mensalidades, mas quando a torcida tiver algo mais a fornecer aos seus membros:

A gente não tem nenhuma mensalidade não, até porque nós fechamos a sede. A gente tinha as contribuições e tudo, mas depois que fechamos a sede, a gente não está mais tendo esse negócio, não. Mas, estamos batalhando aí pra arrumar uma área, (...) nessa área vou colocar curso de computação, colocar jogos, aí sim cobrar mensalidade, porque se cobrasse mensalidade do jeito que está agora, seria até injusto com os torcedores (Robério).

Percebemos, então, que apesar de não ter a sede, com os benefícios que essas podem trazer para os membros da torcida, segundo Robério, e as grandes torcidas do Brasil terem tal sede, há uma diferença maior do que a meramente estrutural, que pode ser percebida na fala de Robério. Enquanto que na “Febre Amarela” a mensalidade está condicionada a existência de uma sede que traga benefícios aos membros, sendo que sem essa não é justa a cobrança de tal mensalidade, nas grandes torcidas, as mensalidades, apesar de já ter ressaltado que essas têm sedes, não estão atreladas a esse fato, mas servem para a torcida em si, a mensalidade serve de caixa para poder pagar ônibus para viagens a outros estados, e mais que isso, para fabricar bandeirões, comprar fogos de artifício, bexigas e tudo mais que possa ajudar a fazer a festa das organizadas nos estádios cada vez mais bonita. Contudo, não estou, de maneira alguma, criticando a postura de Robério em atrelar a mensalidade a um retorno concreto aos membros.

Assim, a “Febre Amarela”, depois de passar por alguns problemas, sofreu um revés tanto em relação ao número de membros quanto na sua estrutura, deixando de ter uma sede e de ter a cobrança de mensalidades, mas a atual diretoria está trabalhando para reerguer a torcida.

3.2 - Torcida “Facção Brasiliense” (TFB).

A “Torcida Facção Brasiliense” tem uma história um pouco diferente das outras torcidas apresentadas neste trabalho. Esta torcida do Brasiliense é fruto da unificação da “Torcida Jovem-Ense” com a “Febre Amarela”. No entanto, como se pode ver, a “Febre Amarela”, apesar de estar com uma estrutura e números bem reduzidos, ainda existe. O que aconteceu é que no meio do processo, alguns membros da “Febre Amarela” resolveram, e os motivos veremos no próximo capítulo, voltar atrás e não abrir mão de sua torcida original. Mesmo assim, os integrantes da Facção consideram que sua torcida é resultado da unificação da “Jovem-Ense” e da “Febre Amarela”, justamente por esta última estar muito pequena hoje em dia, quase que sem representatividade.

A “Torcida Facção Brasiliense” conta com um presidente, um vice-presidente e mais 10 diretores que se dividem em cargos diversos como diretor de faixas, diretor de material, diretor de bateria, diretor de marketing, diretor de arquibancada, relações públicas, secretário, primeiro secretário...

Com relação à escolha das cores e do mascote da torcida, não se fugiu muito ao que fizeram as outras torcidas aqui estudadas, seguindo-se assim as cores e o mascote do próprio clube. Sendo assim o mascote da Facção é o próprio Jacaré, e as cores, a Facção usa duas predominantemente, o branco e o amarelo.

De acordo com Getúlio²⁰, membro da diretoria da Facção como diretor de material e ex-vice-presidente da extinta torcida “Jovem-Ense”, a idéia de unificar a torcida veio em um jogo no qual as duas torcidas, Febre e Jovem-Ense, se misturaram nas arquibancadas, de forma não planejada, formando uma torcida só, maior e mais unida. Desse episódio surgiu a idéia de alguns membros das diretorias de cada torcida em propor uma unifi-

20. - Entrevista concedida por Getúlio, no dia 11 de novembro de 2007, realizada no Setor P Sul, em Ceilândia, com duração de mais ou menos 25 minutos e a mesma estrutura das anteriores.

cação. Getúlio não lembra ao certo qual jogo foi esse, mas a Facção comemora sua data de fundação em 25 de outubro de 2006, tendo, inclusive, realizado uma festa em comemoração ao seu primeiro ano de existência no dia 02 de novembro de 2007, sendo esta, conforme enfatizou Getúlio, evento inédito em Brasília entre as torcidas organizadas do DF. “Não deu muito certo porque a polícia bateu lá, porque tinham muitos menores, aí acabou cedo a festa, mesmo assim só a atitude de ter feito a festa já foi um progresso” (Getúlio).

Pode-se perceber com essa fala que grande parte dos integrantes da torcida organizada são jovens, fato que não se restringe a torcida Facção, nem somente as torcidas do DF. No entanto, vê-se que a idade média dos integrantes das diretorias dessas torcidas já é mais avançada, ficando na casa dos 25 até mais ou menos 35, tendo, inclusive, alguns mais velhos.

Cabe ressaltar que a Facção não sabe ao certo o número de integrantes que possui hoje, por não ter um cadastro, tal cadastrado está pretendido para ficar pronto no início de 2008, e por ter passado por esse processo de unificação que acabou por aumentar muito o número de integrantes, fazendo com que a diretoria “perdesse” a conta.

Não tem como controlar, não. (o número de integrantes) Pra te falar a verdade é muito fácil, igual os caras da “Inferno Verde”, da Febre, falarem: ‘Ah! a gente tem mil e poucos’, isso aí é mentira (...) isso aí não existe no futebol brasileiro (Getúlio).

O cadastro dos integrantes era, inclusive, para já ter começado, para que se pudesse fazer carteirinhas para os mesmos e passasse a se cobrar uma mensalidade de 5 reais por mês para ser considerado associado da torcida, visto que ainda não existe uma mensalidade.

Para a elaboração das carteirinhas, iria ser feita uma parceria com um deputado distrital, este entraria com certa ajuda financeira e formalizar-se-ia um apoio mútuo entre a torcida e o deputado. Mas o apoio financeiro que o deputado ofereceu não

foi suficiente para fechar a parceria. “A gente tava quase tentando fechar com o deputado, mas ele não quis arcar com muitas coisas, a gente não concretizou a política não” (Getúlio).

Agora a torcida fará o cadastro por conta própria, assim saberá ao certo o número de associados, cobrará as mensalidades e dessa maneira, caso nenhuma outra parceria com político for feita, poderá produzir seus próprios materiais, tanto para uso próprio, como bandeiras, faixas, instrumentos musicais, quanto os para revenda, como camisetas, adesivos, podendo dessa forma se tornar auto-sustentável. Podendo inclusive ter a capacidade de manter uma sede.

Com relação ao apoio político, além dos possíveis votos que tal apoio podem render ao político, Getúlio nos chamou a atenção para um outro benefício para os políticos, o de marketing, com faixas que a torcida expõem com o nome de seus apoiadores nos estádio, rendendo visibilidade ainda maior ao político, ainda mais em jogos televisionados:

Até pra conseguir patrocínio aqui é difícil, muito difícil, olha que a gente tem um ponto estratégico no estádio, bem no escanteio, a gente fica bem no escanteio, pô. Uma placa daquelas pequenininhas que fica dentro do campo é 20 mil, (...) e o cara não quer bancar dando nem 5 mil, imagina, uma faixa que a gente tem do Prudente é 5 metros (...), no escanteio, ponto estratégico e o cara não quer ajudar a gente (Getúlio).

Na relação com o clube, a Facção recebe ingressos desse, assim como todas as outras torcidas. Esses ingressos são repassados gratuitamente para seus integrantes, o que gera indignação em outras torcidas organizadas como é o caso da Máfia Azul, aliada da Facção, na fala de Getúlio: “Pô, isso não existe, dar ingresso” (Getúlio). As grandes torcidas, ao receberem ingressos dos clubes, revendem, com preços mais em conta do que os da bilheteria aos seus integrantes, gerando, assim, lucro, que é revertido para a própria torcida. Mas Getúlio justifica o fato da Facção

dar os ingressos dizendo que há diferenças entre uma grande torcida e uma pequena, caso da Facção, onde nesta, ainda se precisa aglutinar torcedores, para posteriormente se arrecadar algum dinheiro com isso, formando-se, assim, um ciclo.

Apesar dos ingressos que a Facção recebe, esta se considera totalmente independente do clube, pois nunca recebeu nenhum outro tipo de apoio ou ajuda desse.

Com relação às alianças da Facção, dentro do DF, estas se assemelham as da Febre, houve, inclusive, certa divergência para ver quem ficaria com as alianças, quando viu-se que a unificação não seria completa. A Facção não tem nenhum tipo de aliança dentro do DF, mas, não há brigas com a “Sucuri Mania”, do Paranoá, aliada da Febre. Nas alianças fora do DF, a Facção não abriu mão das que a “Febre Amarela” tinha, sendo que, então, ambas as torcidas do Brasiliense mantêm as mesmas alianças fora do DF, inclusive, isso é visível nos sites dessas alianças²¹.

A única aliança ressaltada pela Facção que não coincide com as da Febre é com a “Torcida Organizada Fiel Tricolor”, do Botafogo Futebol Clube, de Ribeirão Preto. No entanto, se as duas torcidas não conseguirem ter um convívio pacífico, visto que já houve alguns confrontos entre essas, será difícil que se consiga por muito tempo manter essas alianças em comum. Getúlio, questionado sobre as uniões com time grande nos explica que: “União com time grande é mais complicado, né? Não é tão bagunçado assim não” (Getúlio). Ele se refere às uniões que são feitas dentro do DF, e também entre as torcidas pequenas de times pequenos, que nem sempre respeitam os lados A e lado B das torcidas, mesmo porque muitas pequenas nem estão inseridas nesse contexto.

Neste sentido, a Facção, apesar de ser a mais jovem entre as quatro torcidas pesquisadas neste trabalho já nasceu, pelo fato de ter nascido da unificação de outras duas torcidas, com certa importância:

21. - Ver, por exemplo, o site da “Jovem do Sport”: <http://www.jovemosport.com.br/agradecimentos.html>.

Eu acho que a Torcida Fação Brasiliense, hoje, no DF, além de a gente ser a maior, a gente é a torcida mais estruturada, quem vê de fora já está dando pra perceber que a gente cresceu legal nesse ano, ano que vem tem tudo pra crescer mais (...) por isso que eu falo que a Torcida Fação Brasiliense é a mais estruturada de Brasília (pelo fato de não receber apoio de ninguém e conseguir todo material por conta própria), a gente tem uma das maiores faixas do Brasil, temos oito bandeiras, seis surdos, quatro repeniques, três caixas... (Getúlio).

Ainda, com base na teoria de Simmel, o papel que o conflito desempenhou entre as torcidas organizadas, conferiu um maior enfoque ao processo de unificação que as torcidas tentaram implantar entre elas próprias. É relevante aqui, no entanto, tentar entender o papel das torcidas organizadas e a intenção dos torcedores em se organizar.

Se voltarmos um pouco na história para compreendermos os motivos pelos quais alguns torcedores resolveram se unir para formar as primeiras torcidas organizadas do Brasil, veremos que a idéia era formar um grupo com torcedores assíduos que se organizariam para cobrar resultados de seus clubes de forma autônoma com relação aos mesmos (Pimenta, 1997). Na época do surgimento das primeiras torcidas organizadas, na década de 1960, já existiam torcedores organizados de alguma forma, no entanto, estas organizações eram denominadas de charangas e tinham como função básica fazer a animação nos estádios com músicas, que muitas vezes pouco se referiam aos clubes ou mesmo ao evento em si. Eram formadas basicamente por membros da elite social das grandes metrópoles, como Rio e São Paulo, e eram atreladas de, alguma forma, ao clube, sendo muitos de seus membros sócios dos clubes dos quais torciam. O surgimento destas se dá por volta da década de 1940, como descrito abaixo:

Diverso do mosaico de subgrupos que compõem as atuais torcidas organizadas, integravam esses agrupamentos (as charangas) sobretudo jovens da classe média, na sua maio-

ria sócios dos próprios clubes, cujas atividades torcedoras somavam-se aos interesses e aspirações dos diretores das referidas associações esportivas (Toledo, 2000, p. 60).

Dessa maneira, as torcidas organizadas se distinguem das charangas por terem entre seus membros pessoas de várias camadas sociais, etnias, credos, um “mosaico de subgrupos” para utilizar a expressão de Toledo, e por se denominarem autônomas em relação aos clubes em suas reivindicações. Se assim aconteceu com as primeiras torcidas organizadas supomos, que todos os outros grupos que se auto-intitulam torcidas organizadas, seguiram, de alguma forma, esse ideal ao se formarem.

Como um grupo social que tem reivindicações próprias é de se esperar que este tenha a intenção de obter, cada vez mais, vozes para aumentar seu poder de influência. Sendo assim, quais são os métodos utilizados pelas torcidas organizadas para cooptar novos membros?

Vemos que as torcidas organizadas têm basicamente duas frentes de ação, que podem ser entendidas como métodos, não que o sejam, deliberadamente, assim definidos pelas torcidas, mas pelo fato de efetivamente ajudarem na cooptação de novos membros: a primeira delas é a “festa” que essas fazem nas arquibancadas em dias de jogos, essas “festas” são realizadas desde o tempo das charangas, há também as festas propriamente ditas, que acontecem normalmente nas sedes das torcidas. Tais festas, principalmente as das arquibancadas, podem encantar os torcedores comuns e fazer com que esses, a partir da vontade de participar, venham realmente a fazê-lo, tornando-se sócios da torcida; e a segunda frente são as brigas, visto que estas, de certa forma, estão incluídas nas ações das torcidas, seja de forma explícita ou implícita, e isso fica mais claro ao notarmos que as torcidas têm organizações que fazem alusão a organizações militares, como batalhão, facção, distritos, etc. e também pelo grande número de confrontos em que se envolvem. Nas palavras de Toledo: “outro fator que contribui para uma torcida crescer são as constantes transgressões, brigas que envolvem,

sobretudo, os grupos de jovens que se abrigam nas torcidas” (Toledo, 1996, p.107-108).

Um terceiro fator que pode influenciar no aumento dos torcedores organizados, mas que não depende das organizadas, são os resultados que os clubes obtêm dentro de campo.

A gente já teve quase sete mil sócios, só que com a decadência do clube, (...) em menos de doze meses o time fez uma proeza de cair da “Série A”, para a “Série B” e consequentemente para a Série C, então, por isso, afastou-se muito o torcedor (Tatu).

Dessa maneira, visando uma torcida maior, com um número maior de membros, para que pudessem fazer festas mais bonitas nas arquibancadas, para que pudessem fazer frente às torcidas de outros estados e intimidar as rivais locais, e para que pudessem, de certa forma, exercer maior influência nas decisões do clube, tanto as duas principais torcidas do Gama resolveram se unificar para formar uma só, como as do Brasiliense optaram pela mesma estratégia para aumentar seu número de membros, sem, na verdade, cooptarem novos membros.

Como se dá, então, a relação existente entre o conflito intrínseco das torcidas organizadas e o fato delas terem tentando se unificar?

“Em princípio a importância sociológica do conflito (*kampf*) nunca foi questionada. Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações” (Simmel, 1983, P.122).

Questionados, os diretores, acerca de onde surgiu a idéia de se unificar as torcidas, os diretores das torcidas do Brasiliense, neste caso o Getúlio, da Facção, nos disse que a idéia surgiu em um jogo no qual ambas as torcidas estavam misturadas, e alguns diretores daquelas torcidas propuseram, a partir daí, unificação. Getúlio, vice-presidente da “Jovem-Ense” na época chegou até o presidente da “Jovem-Ense” e disse: “Rapaz, a gente podia unir isso aí, ficar nessa mesmice aí... A gente ficava sempre na mesmice, um pouquinho pra um lado, um pouquinho pro outro, nunca ia

crescer mesmo” (Getúlio). Robério complementa com a informação de que a idéia de se unificar foi meio que tirada da aliada em Goiás, a “Esquadrão Vilanovense”, do Vila Nova, lá eles se unificaram e formaram uma só torcida, grande e com notoriedade.

Já os diretores das torcidas do Gama, especificamente o Fábio da Ira, nos disse que a idéia surgiu do próprio pessoal da Ira: “porque tava ficando feio, um cantava uma coisa, outro cantava outra...” (Fábio). Segundo Tatu, tinha-se a idéia de unificar, mas era complicado, pois as ideologias eram bastante divergentes.

Os diretores das torcidas de ambos os clubes quando questionados se o processo de unificação dos seus rivais tinha influenciado em suas decisões, ambos foram enfáticos em dizer que não, pois eles tiveram a idéia antes e com certeza foram copiados. Inclusive os diretores duvidavam que o processo de unificação de seus rivais desse certo. Apesar da resposta negativa dos diretores, é curioso que ambos os lados tenham passado por um processo semelhante em períodos próximos e que nenhum lado tenha influenciado o outro, como eles disseram. E apesar de os diretores das torcidas não acreditarem que a unificação de seus rivais se concretizasse, seria mais benéfico para ambas as partes se as duas conseguissem se unificar, formando uma representante forte e única da torcida de cada time, autoridades centrais, pois “se ambas as partes estão assim organizadas (uma organização unificada), o próprio conflito entre elas pode se concentrar, pode ficar dentro de seu campo de ação e levar a uma paz realmente comum a ambas” (Simmel, 1983, p153).

Dessa maneira, as reuniões, que os próprios diretores dizem que deveriam existir, antes de jogos importantes, entre eles e a polícia militar, para se organizar o evento, e evitar confrontos, contariam com menos representantes de torcidas, e assim haveria um risco menor de desacordos entre as partes e descumprimento do acordado.

Questionados sobre o motivo pelo qual teria surgido a idéia de unificar as torcidas, o que se constatou nas respostas

foi a preocupação em se ter uma torcida grande que faça uma festa mais bonita nas arquibancadas e o status de ser a maior. “É porque queria... vamos dizer: status. Pra dizer assim: Ah! Essa daqui vai ser a maior, só tem ela, não existe outra...” (Robério). “Acho que foi num jogo lá (de quando surgiu a idéia de unificar as torcidas), nem lembro que jogo foi... que no jogo uniu as duas, né? Não sei o que aconteceu que uniu as duas, aí, a torcida ficou grande, né?” (Getúlio).

Vemos, então, que a preocupação está centrada em fazer uma festa mais bonita e ficar ‘grande’, provavelmente para impor mais respeito às outras torcidas. Já Tatu, diretor da “Inferno Verde”, do Gama, vai além, e diz que as autoridades deveriam incentivar as torcidas, todas elas, inclusive as do Brasiliense, no início do campeonato. Deveriam dar prêmios as melhores torcidas, que fazem as melhores festas e que se comportam melhor. Tal atitude de Tatu, em querer que todas as torcidas do DF cresçam parece incoerente, pois estaria defendendo o fortalecimento das torcidas rivais, no entanto, a unidade de um grupo se mantém quando há adversários. E por outro lado “a unidade de um grupo muitas vezes se perde quando não há mais um adversário (...)” (Simmel, 1983, p.156). Dessa forma, então, Tatu ao defender um apoio, também, aos seus rivais está ao mesmo tempo garantindo a unidade de sua própria torcida. Conforme enfatiza Simmel:

no interior de certos grupos, pode ser até um indício de sabedoria política cuidar para que existam alguns inimigos políticos, a fim de que a unidade dos membros continue efetiva e para que o grupo continue consciente desta unidade como algo de interesse vital” (Simmel, 1983, p.157).

Se a existência de adversários é benéfica, pois mantém a unidade do grupo e uma consciência desta unidade como algo vital, e se a unidade do adversário é benéfica, pois facilita a resolução do conflito, tal unidade também deve ser perseguida

pelo grupo em questão. A unidade, além de nas relações externas auxiliar na resolução dos conflitos, é importante internamente para o grupo:

Esta necessidade de centralização, de cerrada concentração de todos os elementos, que garante sozinha a sua utilização – sem perda de energia ou de tempo – para quaisquer que sejam as exigências do momento, é óbvia em caso de conflito (Simmel, 1983, p.151).

Por esse motivo, segundo Simmel (1983), o exército é quem tem a organização mais centralizada. Nos exércitos não se pode negar ordens das autoridades superiores, talvez, por isso a organização das torcidas organizadas siga o padrão do exército. No entanto, as lideranças das organizadas não têm o mesmo respeito de que têm as autoridades do exército, sendo assim, muitas vezes, quando os líderes das organizadas não estão por perto seus “subordinados”, os membros da torcida, não agem de acordo com as orientações dos líderes, diretores:

A “Febre Amarela” é uma torcida organizada, que é organizada (...) e lá, quando foi formar isso aí (falando dos problemas devido a tentativa de aliança com a “Jovem-Ense”), começou muita gente mandando, quer dizer, um falava uma coisa e outro falava outra e ficava aquele negócio ali, e entrava em contradição. (Robério).

No entanto, se por um lado uma organização unificada e centralizada pode facilitar a resolução de conflitos e melhorar o desempenho dos grupos no mesmo, por outro lado, uma organização centralizada, despótica, exerce certa pressão para que tais grupos se envolvam em conflitos. “Uma vez que o despotismo exista e que aquela forma centralizada tenha se materializado, as energias assim acumuladas, e represadas, buscam muito facilmente, um extravasamento natural, a guerra com o exterior” (Simmel, 1983, p. 151).

Conforme enfatizamos aqui, as torcidas organizadas são hierarquizadas, mas seus membros não necessariamente se-

guem à risca as orientações dadas pelos dirigentes. Isso, então, prejudica na resolução do conflito, assim como prejudicou no processo de unificação das torcidas. Se dentro da mesma torcida, na possível torcida que se formaria, seja no caso do Gama seja no caso do Brasiense, existem muitas divergências sobre vários assuntos, conforme nos ressaltaram os dirigentes das torcidas, o nome, por exemplo, foi uma delas, então, em momentos decisivos essas divergências ou deixam de existir ou tornam-se insuportáveis para o grupo.

No caso dos processos de unificação pesquisados neste trabalho as divergências se tornaram insuportáveis devido ao conflito intrínseco ter forçado os membros a uma aproximação maior. “Em tais situações, existem apenas duas alternativas: ou esquecer as correntes contrárias internas, ou dar-lhes uma expressão verdadeira, expulsando certos membros” (Simmel, 1983, p.154). Tal decisão não precisa ser tomada em tempos de paz, onde o grupo pode lidar com os antagonismos internos, “uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente” (Simmel, 1983, p.154). E como, no caso das torcidas organizadas o tempo todo é de conflito, então, um grupo com muitas correntes internas divergentes não poderia mesmo durar muito tempo, assim sendo esse é um dos motivos pelo qual os processos de unificação nas torcidas dos clubes de Brasília (aqui estudados) não se concretizaram. Outra razão para o fracasso do processo de unificação é o fato de os diretores serem muito apegados aos seus cargos e não quererem correr o risco de perder seus apoios políticos.

No caso do Gama havia um outro grande problema, de difícil solução, mas que também, de certa forma, pode ser incluído dentro do problema de correntes contrárias dentro do mesmo grupo. A saber, as torcidas “Ira Jovem” e “Inferno Verde” tinham, cada uma respectivamente, aliados que eram inimigos dos aliados da outra, conforme já destacamos no capítulo anterior. Nenhuma das torcidas queria abrir mão de seus aliados

para concretizar a unificação, e concretizar a unificação sem tal fato estar decidido era praticamente impossível.

Sendo assim, nenhuma das duas unificações se concretizou por inteiro. No caso do Brasiliense, houve uma unificação entre membros da “Jovem-Ense” e “Febre Amarela” que formaram a Facão Brasiliense, no entanto, alguns membros dissidentes, e entre eles o próprio presidente da “Febre Amarela”, Robério, decidiram voltar atrás e continuar com a Febre. No caso do Gama, nada se concretizou, ambas voltaram atrás. E agora em ambos os casos, além de estas torcidas terem rivalidades com as torcidas do time adversário acabaram por adquirir certa rivalidade entre elas, devido ao fracasso das negociações de unificação, havendo, inclusive, confrontos entre torcidas do mesmo time. Sendo este um dos motivos pelos quais elas passaram a ficar em locais distantes nas arquibancadas nos dias de jogo. A não ser em jogos contra o rival que ambas se unem para fazer frente a ele, como explicado abaixo:

Tais animosidades internas, ou seja, Torcidas Organizadas de um mesmo clube se rivalizando, obedecem também a um certo princípio de distância estrutural, para evocarmos uma noção de Evans-Pritchard (1978)²². Pois é freqüente que estas façam eventuais alianças contra dirigentes do clube, ou mesmo em uma briga contra outras torcidas em partidas que o time está jogando (Toledo, 1996, p. 107).

Vemos, então, que com a tentativa, mal sucedida, de unificação, as torcidas do DF, estudadas aqui, acabaram por generalizar os conflitos entre todas elas. Dessa forma, as torcidas organizadas de um mesmo time “disputam entre si alguns bem simbólicos que resultam em prestígio e reconhecimento enquanto torcidas aguerridas, organizadas, ricas e legítimas, aquela que melhor expressa a alma do time e da torcida” (Toledo, 1996, p. 106).

Podemos pensar que esse conflito generalizado que se instaurou entre essas quatro torcidas organizadas aqui do DF, devi-

22. - Consultar Evans-Pritchard, E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

do ao fracasso na tentativa de unificação enfraqueceu as mesmas. Isso é verdade, mas só por um lado. É verdade que, mantendo basicamente o mesmo número de membros, com exceção da Facção que viu seu quadro de membros crescer e da Febre, que viu seu quadro reduzir-se, as torcidas do DF não aparecem ainda como grandes torcidas no cenário nacional, capazes de fazer frente as torcida de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro entre outros estados e mesmo de intimidarem suas rivais locais. No entanto, seria errôneo dizer que esse processo enfraqueceu as torcidas do DF em todos os aspectos. As torcidas, agora, acabaram por aumentar o seu grau de unidade, dentro de cada uma, e o estreitamento entre seus membros. “O grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação” (Simmel, 1983, p. 154).

Podemos pensar, então, que o único grupo que saiu perdendo em todos os aspectos foi a “Febre Amarela”, que viu seu quadro de membros reduzidos, aumentou a coesão interna, mas isto todos os outros também conseguiram. Mas justamente por ter se tornado a menor torcida entre as quatro é que essa tem a maior coesão interna entre seus membros. Segue a fala do diretor da Febre, enfatizando a linha que a torcida vai seguir: “eu vou tentar melhorar ao máximo esse aspecto, como eu estou te falando, eu vou bater muito em cima disso aí (do respeito, da obediência), por que eu não estou querendo mais ter problemas com torcedor dentro do estádio, que é pra ficar um negócio bonito” (Robério). Sobre a relação entre a diretoria e os membros, Robério nos informa que “já teve divergências, como eu te falei, quando mudou, esse negocio aqui de formar a torcida (unificar) teve membro que quis voltar e eu já não estou aceitando, por motivo de violência e tudo” (Robério).

A explicação pra essa linha mais dura que Robério está tomando, e que justifica uma maior unidade entre seus membros se dá pelo fato de quanto menor o grupo, menos flexível ele

deve ser com relação a membros discrepantes, para que esses não ameacem a coesão do grupo como um todo:

Mas quando – como no grupo menor – a periferia está mais próxima do centro, cada incerteza de um membro ameaça imediatamente o núcleo e daí a coesão do todo. A distancia insignificante entre os elementos favorece a ausência daquela flexibilidade do grupo que é aqui condição para a tolerância (Simmel, 1983, p. 125).

No entanto, não pode ser somente o conflito que faz o elo entre esses grupos, conforme afirmamos na introdução e reiteramos agora. Se as torcidas, agora, estão num conflito quase que generalizado, os dirigentes das mesmas, que as representam, mantém certa amizade entre eles, se não amizade, ao menos um coleguismo.

De qualquer forma o conflito entre as torcidas organizadas não se caracteriza como uma guerra de extermínio, nem mesmo no nível psicológico, visto que há certos limites para o uso da violência, e que só estes limites, podem futuramente possibilitar um possível acordo de paz, já que a confiança no adversário não foi quebrada por meio de traições, quebras de palavra, etc. Se há esse limite no uso da violência, então, o conflito se caracteriza como um fator socializante, visto que sua interação resulta em ‘elementos unificadores’ distintos de zero, como seria o caso da mera indiferença, ou da relação entre um assassino e sua vítima (Simmel, 1983). No entanto, é preciso ressaltar que há casos de violência explícita entre as torcidas organizadas do Distrito Federal.

As relações entre as torcidas organizadas são regidas pelo que Simmel (1983) chama de conflito latente, esse, num contato mais íntimo, se transforma em ódio e lutas reais. As relações entre torcidas organizadas têm pouca importância prática, no sentido de que sua única importância é a de reafirmar a mútua repulsão, ou seja, reafirmar o conflito. Por esse motivo é que o conflito é mais intenso entre torcidas do mesmo estado, da mesma cidade: por terem um contato mais íntimo devido justa-

mente ao aspecto geográfico, então, o conflito se reafirma entre essas em todos os seus encontros.

O conflito, por ter certo limite à violência se distingue dessa. Num conflito, não há necessariamente confrontos de violência explícita, embora entre as torcidas organizadas há. E a importância do conflito se dá no fato de não haver sociedades puramente harmoniosas ou conflitivas, esses fatos estão entrelaçados e precedem um ao outro na predominância. Somente com quantidades proporcionais de ambos os opostos é que é possível o desenvolvimento da sociedade.

Conclusão

Conforme visto no decorrer desse capítulo, o conflito intrínseco entre as torcidas do Distrito Federal, por um lado, e por outro, a violência entre as torcidas organizadas, não confirmam totalmente as hipóteses levantadas na introdução. O conflito intrínseco entre as torcidas enquanto gerador de mudanças nas mesmas, como tentativa de unificação não se comprovou de fato.

Quando as torcidas ainda estavam discutindo uma possível unificação, e tudo levava a crer que seria possível, formulou-se a hipótese de que o conflito estava modificando os grupos e influenciando-os a se unificarem para se fortalecerem. Se a união não se concretizou, também foi possível constatar que o conflito provocou mudanças internas nos grupos, e externas com relação a si próprio. Apesar de as torcidas não terem se unificado e se fortalecido, tornando-se grupos maiores com uma repercussão maior, seja na mídia, nos seus clubes ou mesmo com relação as outras torcidas, houve um fortalecimento interno. O conflito se acirrou, se generalizou e a coesão interna dos grupos teve que aumentar para que os mesmos pudessem enfrentar os outros sem que fossem 'aniquilados'. Desse modo, o conflito está causando mudanças internas nas torcidas e que estas, ao contrario do que se possa imaginar não saíram enfraquecidas diante dos respectivos processos de unificação, pelo contrário, tiveram que se fortalecer internamente, para sobreviverem.

Já com relação à violência entre as torcidas, ficou claro que a sociedade em geral repudia tais atos, assim como vários membros das próprias torcidas, mas que mesmo assim os confrontos seguem acontecendo sempre que essas se encontram, evidenciando o ‘conflito latente’ existente entre as mesmas. Também, conforme os próprios torcedores organizadores afirmaram, observou-se no dia do clássico entre Brasiense e Gama, que a estrutura do estádio, o conforto, a higiene, a organização, e principalmente a segurança deixam muito a desejar. As autoridades, por sua vez, no caso do árbitro, que é responsável pelo relato das súmulas nos jogos para relatar os ocorridos nos jogos, para que possam ser analisados posteriormente e tomadas as devidas providências, não estão fazendo esse trabalho com o devido rigor, contribuindo, assim, para que os estádios continuem ‘sucateados’ e para que a segurança do público continue subestimada. Já os agentes de segurança, no caso a Polícia Militar, não demonstraram estar preparados para as ocorrências nos dias de jogos. Segundo os próprios torcedores organizados, a polícia, não está presente no horário certo, nem em número suficiente para o evento e o seu público, não sabe conduzir as torcidas para que estas evitem os confrontos e, não tratam os torcedores com o devido respeito, ou seja, há muito que melhorar ainda com relação à segurança e o preparo dos policiais.

No entanto, não se pode dizer que toda a culpa dos confrontos entre as torcidas seja dos organizadores do evento, da falta de estrutura dos estádios e do despreparo da polícia militar. Tal afirmação retiraria toda e qualquer responsabilidade dos próprios torcedores organizados, que são os que, na verdade, praticam os atos de violência e de vandalismo.

Nesta pesquisa o foco esteve nos aspectos que são mais fáceis e acessíveis de serem observados. Considerou-se como aspectos causadores da violência nos estádios: a falta de segurança e outros fatores que geram insatisfação no público e podem vir a causar uma explosão de raiva, como é o caso dos aspectos

estruturais dos estádios, sem inocentar as organizadas de sua parcela de culpa. Estes são os fatores que estão contribuindo para que as tensões dentro do estádio se intensifiquem, sendo necessário um novo estágio de desenvolvimento do espetáculo futebolístico. É nesta direção que as atuais discussões acerca das estruturas dos estádios de futebol, da ação das autoridades responsáveis pelos jogos e do comportamento das torcidas organizadas, devem ser encaminhadas.

Desta forma, os problemas atuais do espetáculo futebolístico não devem, necessariamente, serem encarados como um momento de crise do espetáculo, mas que há regras que estão em mau funcionamento e devem ser revistas, o desenvolvimento dessas regras não cessa jamais.

Se a violência é um fenômeno complexo no qual inúmeras variáveis atuam, e ao limitar-se este trabalho ao que pode ser feito dentro dos estádios para evitar a violência, não se pretende aqui, enfatizar a manutenção da ordem via repressão policial, conforme critica Marivoet (2002) e como aponta Wacquant (2004) sobre como a política nos Estados Unidos, por exemplo, é presente, bem treinada e em número compatível, como inibidora de atos violentos e de vandalismo. Também a necessidade de estádios confortáveis e bem estruturados foi considerada.

Conforme enfatizado ao longo do texto, o conflito entre as torcidas é intrínseco, determinado por sentimentos subjetivos e conforme Simmel (1983) torna-se difícil substituí-lo por outro meio. No entanto, a violência não é intrínseca as torcidas organizadas, apesar de haver relatos de brigas entre torcedores desde o aparecimento do futebol no Brasil, e mesmo em outros países (Toledo, 2000). Há vários relatos de que a convivência entre os primeiros frequentadores de estádios do Brasil, as primeiras formas de torcer organizadamente, as charangas, e mesmo o início das organizadas, era pacífica, ou no mínimo, bem menos violenta (Pimenta, 1997 e Toledo, 1994, 2000).

Neste sentido, se a violência entre torcidas organizadas serve para dar *status*, impor respeito e aglutinar novos membros, a mesma pode e deve ser deixada de lado, pois há outros meios

para alcançar esses objetivos. Desse modo, no que se refere à cooptação de novos membros, há meios bem mais efetivos, porque se por um lado os confrontos atraem alguns torcedores para as torcidas organizadas, outros deixam de frequentá-las pelo mesmo motivo. Também, as festas de qualidade promovidas são grandes atrativos e não há relatos de membros que deixaram suas torcidas devido às festas.

Se, por um lado os dirigentes das torcidas do DF já compreenderam que os confrontos não são vantajosos para as mesmas, seja porque ficam mal vistas na sociedade, por acabarem perdendo seus apoios políticos, ou perdendo alguns membros, alguns desses membros ainda não compreenderam isso e de forma incoerente com a atitude dos dirigentes de sua torcida, continuam a praticar atos de violência e vandalismo. Aqui torna-se evidente que apesar de uma organização centralizada ser mais efetiva para o conflito, ainda sim, devido ao grande número de associados, fica difícil aos dirigentes terem o controle de todos os seus ‘subordinados’, visto que nas torcidas do DF, ainda há um ‘mosaico de subgrupos’ dentro das mesmas, fato que é inerente ao conceito de torcidas organizadas.

É relevante lembrar aqui de uma vertente mais normativa, que nos permite refletir sob uma outra ótica: como diz Marx: “os filósofos (cientistas sociais, no nosso caso) não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo” (Marx, 1975, p.120). Ou ao menos propor algumas transformações. E neste sentido concorda-se com Reis (2006) quando esta diz: “Vejo como importantíssima a associação deles (jovens) e o apoio do poder público para a consolidação das torcidas organizadas como modelos de organizações sociais juvenis” (Reis, 2006, p.84).

Assim, as autoridades devem refletir sobre a atribuição de culpa exclusiva às torcidas organizadas, como aconteceu com a torcida Mancha Verde, da Sociedade Esportiva Palmeiras, de São Paulo, que foi extinta pelo poder público local. Acredita-se que com o apoio deste e com o diálogo, essas torcidas podem,

inclusive, ampliar seu espaço social de atuação enquanto associações relevantes para a promoção do lazer e do espetáculo, e não como grupo secundários.

Referências Bibliográficas

- ALMANAQUE DA “SÉRIE B” 2007, *Campeonato Brasileiro “Série B” 2007*. In: Bola n@Área,2007.Disponível emhttp://www.bolanaarea.com/serie_b_2007_almanaque.htm. Acesso em: 22 out. 2007.
- AZEVEDO, Aldo. *Dos velhos aos novos cartolas: uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face às relações futebol-empresa*. Tese de Doutorado em Sociologia, UnB, 1999.
- BARRAL, G. *Espaço de Lazer e Culturas Jovens em Brasília: o caso de bares*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Como é possível ser esportivo?*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 136-153.
- BRASIL. Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16, maio 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral>. Acesso em: 2 out. 2007.
- BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF,03,out.,2003.Disponível em:http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/10741_03.htm Acesso em: 03 out. 2007.
- CAVALCANTI, K. B. *Esporte e Sociedade*. In: CAVALCANTI, K. B. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984. pp. 37-56.
- CAVICHIOILLI, F. R. et al. *Juventude, Esporte e Lazer: perspectivas e desafios para as políticas públicas*. In: CAVICHIOILLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L. (org.) *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. pp. 93-115.
- COLEMAN, J. A. *O Esporte e as Contradições da Sociedade*. In: COLEMAN, J. A. (org.) *Esporte: sociologia da religião*. Petrópolis: Vozes, 1989. pp. 25-36.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Súmula*. In: *Confederação Brasileira de Futebol, Brasília, 2007a*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/cbf/2007/brasileiro/b/gabr070907s.tif>. Acesso em: 09 out. 2007.
- _____. *Borderô*. In: *Confederação Brasileira de Futebol, Brasília, 2007b*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/cbf/2007/brasileiro/b/gabr070907b.tif>. Acesso em: 09 out. 2007.

- CRUZ, J. C. N. *Apelando à Razão: Futebol e Identidade no Gama/DF*. Monografia de Graduação em Antropologia. UnB, 2002.
- DAOLIO, J. *As Contradições do Futebol Brasileiro*. In: CARRANO, P. C. R. (org.) *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp. 29-44.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº. 3.939 de 02 de janeiro de 2007, Institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 02, jan., 2007. Disponível em: http://www.mpdff.gov.br/sicorde/Leg_DF3939_2007.htm Acesso em: 03 out. 2007.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. In: Durkheim, E; Comte, A. *Os Pensadores*, XXXIII, 1973, pp. 373-463.
- ELIAS, N. *Ensaio sobre o Desporto e a Violência* In: ELIAS, N; DUNNING, E. A Busca da Excitação. Lisboa: DIFEL, 1992. pp. 223-256.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FREYRE, G. Fair play. *A Província*, n.292. pág. 3, 19 dezembro de 1929.
- GEBARA, A. História do esporte: novas abordagens. In PRONI, M. & LUCENA, R. (orgs.) *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. pp. 5-27.
- GOIÁS ESPORTE CLUBE. In Wikipedia. A enciclopédia livre. [2007]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Go%C3%A1s_Esporte_Clube. Acesso em: 11 out. 2007.
- HEINEMANN, K. Esporte e Sociedade: as questões maiores. In: COLEMAN, J. A. (org.) *Esporte: Sociologia da religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, 13-24.
- INFERNO VERDE. Site da torcida organizada "Inferno Verde". [2007] Disponível em: <http://www.infernoverde.com>. Acesso em: 11 out. 2007.
- LANCE!NET. Os palcos brasileiros: Dossiê dos estádios. [2007] Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/especiais/estadios/> Acesso em: 09 out. 2007.
- MARCELLINO, N. C. *Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?* In: MOREIRA, W. W. (org.) *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- MARIVOET, S. *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Sociais, 1975, pp. 118-120.
- MICHAULD, Y. *A Violência*. São Paulo: Ática, 2001.
- PIMENTA, C. A. M. *Torcidas Organizadas de Futebol: violência e auto-afirmação, aspectos da construção das novas relações societárias*. Taubaté, SP: Vogal Editora, 1997.

REIS, dos H. H. B. *Futebol e Violência*. Campinas, Sp: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

RUDIO, F V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMMEL, G. *Simmel*. Evaristo de Moraes Filho (org.). São Paulo, SP: Ática. 1983.

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquête Operária*. São Paulo: Polis, 1987.

TOLEDO, L. H. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.

_____ *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

WACQUANT. L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CAPÍTULO III

OS TORCEDORES NOS BARES DO DF: SECUNDARIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E SOCIABILIDADE NA CAPITAL.

Daniel Santos

Aldo Antonio de Azevedo

Introdução

O fenômeno de aglomeração de torcedores em bares em dia de jogo de futebol parece não ser algo novo aos olhos dos estudiosos das diversas áreas que investigam fenômenos ligados ao esporte. Para quem vê de fora, os ambientes dos bares mais parecem verdadeiras arquibancadas formadas sobre as áreas comerciais da cidade de Brasília e das chamadas cidades satélites.

A exemplo das “grandes capitais” percebe-se em dias de jogos decisivos como nas finais de campeonato e nos denominados jogos “mata-mata” uma grande aglomeração de torcedores nos bares, que diante da impossibilidade de irem assistir aos jogos na cidade onde são realizados, encontram nos bares um ambiente propício à vivência de sensações e emoções semelhantes às vivenciadas nos grandes estádios de futebol do país.

São formadas verdadeiras “arquibancadas virtuais” em torno de telões e televisões nos bares, quiosques e restaurantes da cidade. Estes locais configuram ambientes de lazer e interação que permitem um certo grau de sentimentos e coletividade

em torno de algo comum ,no caso o time do coração, algo que os torcedores parecem não encontrar ao assistirem os jogos sozinhos em casa .

Em de Brasília tal fato alcança dimensões, talvez, não vistas em outras cidades do país. Nos últimos 10 anos , com o advento do sistema de televisão a cabo, onde foi introduzido um dispositivo conhecido como *pay per view*, para transmissão de jogos de futebol, percebeu-se um crescimento do número de bares que passaram a explorar esse produto como um atrativo. As diversas torcidas passaram a encontrar nesses ambientes formas particulares de sociabilidade rompendo com certos padrões que tendem a considerar Brasília uma cidade “fria” no sentido de ser pouco aberta aos contatos interpessoais.

Outro ponto importante nessa discussão remete ao aspecto secundário do futebol brasileiro no cenário nacional. O esvaziamento dos estádios reflete esse dado quando no dia de jogo dos grandes clubes brasileiros ocorre uma inversão: ao invés dos estádios ficarem cheios, são os bares que lotam.

Tais aspectos trazem à tona uma série de peculiaridades regionais que podem revelar aspectos importantes da dinâmica do esporte e lazer na capital e no modo como os torcedores se relacionam com o futebol atualmente.

O objetivo desse trabalho consiste em verificar o modo como se dão essas formas de interação entre grupos de torcedores de futebol na capital assim como conhecer os significados que esses grupos atribuem ao futebol. Pretende-se também entender as diversas “formas do torcer” dos diversos grupos que freqüentam o ambiente dos bares.

Futebol e Solidariedade Social

As discussões que envolvem o futebol como elemento da cultura capaz de mobilizar paixões e a busca por elementos interacionais extra-campo nos permite conhecer de forma mais profunda o universo simbólico dos torcedores. Tentar elucidar tais dimensões tem sido o objetivo de estudiosos nas diferentes regiões do país.

Giulliannotti (2000) nos fornece subsídios teóricos interessantes, quando da sua análise dos significados atribuídos ao jogo de futebol e trava uma discussão a respeito da solidariedade social. O autor mostra como as discussões binárias no futebol ajudam a explicar as identidades sociais na maior parte das sociedades, ao afirmar que:.

“ A sintaxe dessa formação da identidade também levanta questões sobre as dimensões semânticas do futebol, dimensões que estão relacionadas aos tipos de solidariedade social estabelecidos dentro dos times de futebol, no clube ou no plano nacional”. (Giulliannotti, 2000, p. 31).

O que aparece como relevante em sua discussão é que a vida moderna tende a quebrar a comunidade. A industrialização, a urbanização, a rápida mobilidade social e geográfica e as divisões de trabalho cada vez mais complexas tendem a desintegrar a vida comunitária e as identidades sociais estabelecidas nas sociedades tradicionais pré-industriais. Nesse sentido o esporte aparece como o restaurador desse dano social, intensificando os vínculos culturais e a integração social de diferentes indivíduos dentro das sociedades modernas.

Para fundamentar seu pensamento, Giulliannotti cita Durkheim, quando este distingue dois modelos de sociedade de acordo com sua solidariedade social:

“Nas sociedades modernas, a mais completa solidariedade “orgânica” prevalece; em comunidades pequenas, existe uma solidariedade “mecânica relativamente fixa e indiferenciada”.(Giulliannotti, 2000, p.31).

Acrescenta, ainda, esse autor que o processo de formação dos clubes de futebol e a associação constante e voluntária de torcedores e de jogadores ajudam a contrabalançar os sentimentos de atomização e alienação que corrompem indivíduos nas grandes e impessoais cidades.

Afirmações correntes no senso comum dão conta de que Brasília é uma cidade muito “fria”, socialmente falando.

Esse sentimento parece prevalecer em alguns ambientes sociais em detrimento de outros em que se encontram novas formas de sociabilidade urbanas.

Para os que vivenciam tais sentimentos coletivos relacionados ao futebol, integrar-se em um sistema social mais amplo é comum, uma vez que se encontram e se interagem com torcedores de outros clubes. Neste sentido, a identificação com um clube de futebol ajuda a promover formas mais profundas de solidariedade compartilhada e de solidariedade nos níveis locais, municipais e nacionais. Indo além, para outro *locus* de análise: o dos espectadores de futebol; não aqueles de arquibancada, mas os que assistem as partidas a milhares de quilômetros de distância e que parecem sentir as mesmas emoções vividas nos estádios.

Lazer em Brasília: o bar

Brasília é tida como uma cidade que, em seu planejamento e crescimento, se ergue sobre o tripé moradia-trabalho-lazer. Uma cidade jovem que desde o início teve no trabalho sua principal forma de gerar sociabilidade. Suas quadras residenciais eram caracterizadas por quadras “funcionais”, ou seja, locais de moradia onde se concentravam servidores e funcionários de um mesmo órgão público. Aliás, ainda hoje é comum, apesar das transformações nesse tipo de configuração, expressões do tipo: aquela quadra é da Aeronáutica, do Banco do Brasil, etc. Nesta realidade, a sociabilidade do trabalho transcende o seu espaço e ocupa os próprios locais de moradia.

Outra característica é, dado o caráter de cidade administrativa, a quantidade de clubes recreativos de “servidores”, tendo como sócios os funcionários dos mais diversos setores públicos (Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, Associação dos Servidores do Banco Central – ASBAC, Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF, Clube Oficiais da Polícia Militar do DF, entre outros) predominantes diante de outros clubes sociais “mistos”. O que indica ainda a influência do trabalho sobre a própria esfera e espaços de lazer.

Em termos de lazer, a cidade já conta com uma boa e diversificada estrutura. O Plano Piloto de Brasília¹, segundo guias turísticos e cadernos de lazer e cultura dos jornais locais, tendo por base o ano de 2005, concentra cerca de 20 casas noturnas, 30 salas de cinema, 30 clubes, 27 museus, 10 salas de teatro, 15 galerias de arte, 4 parques e espaços para passeios ao ar livre e prática de atividades físicas, entre outros locais chamados específicos para a prática do lazer.

Entretanto, um outro espaço se firma como um dos principais ambientes de convivência e vivência do lazer na capital. Nelson C. Marcellino (1995) se atenta nos seus estudos sobre o tema para aqueles equipamentos não-específicos de lazer: a casa, a rua, a escola, o bar. São espaços que em suas essências não são ambientes de lazer, ou ainda, não foram construídos de modo particular para essa função, mas que eventualmente pode cumpri-la. Então eis que em Brasília surge e se estabelece cada vez mais o bar como um local de lazer.

Barral (2006)², em pesquisa que entrelaçava os espaços de lazer na capital com a juventude, modos de ser, representações e sociabilidades dos jovens brasileiros – “o espaço do lazer como indutor e desvelador de identidades e culturas jovens” (2006: 4) – percebe que em Brasília os bares são locais preferenciais para se ocupar o tempo livre. O bar enquanto local de lazer potencialmente articulador de grupos diversos e como espaço de novas sociabilidades. Por isso, o destacamos como ambiente, além da vivência, de convivência de lazer, num sentido de que envolve um “lazer coletivo”, na sua essência, um espaço associativo. O bar “mostra-se propício a associações e configurações mais autônomas entre os freqüentadores” (2006: 5).

Dumazedier (1973, 1978) discorre sobre as funções do lazer (descanso, divertimento/ entretenimento, desenvolvimen-

1. Na estrutura político-administrativa do Distrito Federal, o Plano Piloto envolve Asa Norte, Asa Sul e as Regiões Administrativas do Lago Sul e Norte, Cruzeiro, Sudoeste, configurando a área mais centralizada, excluindo-se as chamadas cidades satélites.

2. Barral, Gilberto L. L. Espaços de lazer e culturas jovens em Brasília: o caso de bares. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2006.

to pessoal) e sobre as formas e conteúdos do lazer (as formas: intelectuais, lúdico-musicais, físicas, manuais, turístico-ecológicas e associativas-sociais, preenchidas ou realizadas das mais diversas maneiras). Desta forma, Barral (2006) em sua pesquisa, a partir de questionários aplicados, entrevistas e observação, sobretudo entre jovens em ambientes de bares, percebe a preponderância da função de divertimento, não excluindo o descanso e o desenvolvimento pessoal. Este último se daria, segundo o autor, principalmente pela essência associativa, coletiva e de sociabilidade do bar e pela forma associativa-social de lazer que se desenvolve nos bares:

“Também o lazer ligado a bares explora interesses culturais os mais diversos, sendo neste sentido não somente diversão ou entretenimento hedonista, mas espaço de construção e desenvolvimento de valores culturais e identitários, individuais e coletivos, como amizades, estimas, afetos. É onde jovens se encontram trocando seus sentidos e representações dos bens materiais e simbólicos que circulam em torno de suas condições juvenis” (Barral, 2006: 74).

O referido autor centra sua pesquisa no mundo ou cultura jovem, entretanto, podemos extrapolar suas considerações para grupos diversos, ou faixas etárias diversas. Ou seja, as interações que ocorrem nos ambientes de bares são potencialmente características desses espaços, independentemente de que grupo ocupe tal local. Assim, quando o autor afirma que “os grupos jovens, ao freqüentarem o espaço (neste caso, o bar), produzem e reproduzem nele seus valores, símbolos, interesses, modos de ser e agir” (Barral, 2006: 71) compreende a partir de Michel Maffesoli que o “lugar faz o elo” entre os indivíduos e os grupos. Desse modo, transcende-se o bar e suas características associativas, para além da cultura jovem, e tenta-se inserir ou mesmo verificar que outros fatores de trocas de valores, experiências e símbolos, num ambiente de bar geram sociabilidade e formação de grupos identitários.

É a partir daí que o futebol é incluído no espaço do bar e verifica-se que em Brasília, cada vez mais “a cerveja e o futebol” se firma como importante espaço de sociabilidades. O futebol em si já é carregado de valores, símbolos e significados, capaz de gerar grupos pautados em traços comuns de identidade, e em Brasília, cidade de torcedores de times das diversas regiões do país, onde o futebol local ainda ganha espaço ao mesmo tempo em que se constitui uma “cultura candanga”, o bar como espaço de futebol se reforça ainda mais nas suas características associativas. Nesses espaços em que se constituem as “arquibancadas virtuais”, percebe-se que em torno de um time, das paixões e significados, constituem-se grupos, indivíduos diversos que interagem mergulhados no bar, no time, no sentimento comum de torcer.

O ambiente dos bares em dia de jogo demonstram formas particulares de interação social. O simples fato de estar no ambiente do bar articula lógicas profundas referentes a esse esporte. Estar vestido com a camisa do clube de coração é portar todo um conjunto de significados referentes à memória, história e tradição desses clubes de futebol, como descrito abaixo:

“É nesse espaço de convivência comunitária onde os padrões da ordem cotidiana parecem se romper, os indivíduos assumem novos comportamentos com a imposição de uma nova realidade que perduraria até o final do jogo” (Assumpção, 1992, p.21).

Futebol e Identidade social

Segundo Assumpção (1992) o futebol como elemento da cultura popular brasileira constitui um espaço privilegiado de construção de identidade social. Ao seu redor pessoas estabelecem laços de solidariedade, cultivam símbolos coletivos, revivem momentos de integração social, como descrito a seguir:

“O futebol articula em sua prática, uma forma particular de interação social. No momento do jogo uma realidade substituta toma lugar dos padrões normativos da ordem

cotidiana, e o futebol torna-se um mundo à parte, com regras próprias e condutas específicas. A ordem social se “inverte” e um novo sistema de valores passa a ter validade mentânea.” (Assumpção, 1992, p.21).

Ao estudar o futebol como espaço particular, com regras definidas e distante das normas cotidianas, o autor acentua a dimensão de fuga dos constrangimentos do dia a dia, pois, no campo de jogo, as pessoas se despem de suas personalidades rotineiras para assumirem papéis e modos de conduta específicos. Dado o apito inicial do árbitro, uma nova realidade se impõe, durante o tempo do jogo e se desvanece no apito final.

A idéia de inversão da ordem social para o autor acima ganha validade quando associada à noção de ritual. O ritual é um momento especial na vida social, onde o tempo se congela e uma nova realidade se impõe. Constitui-se como uma situação extraordinária separada das atividades corriqueiras. Por seu intermédio abrem-se as portas da comunicação entre o mundo “real” e o mundo especial.

Processo idêntico se dá no futebol. Ao vestir o uniforme de determinado clube de futebol, o jogador incorpora um novo papel social. Posições e hierarquias sociais sofrem uma espécie de transmutação e o jogo adquire sentido metafórico. O mesmo se dá com os personagens que circulam esse universo. Figuras periféricas do mundo social: pedreiros, biscateiros, lavadores de carro. As ações passam a serem regidas por laços de simpatia e camaradagem. O eixo classificador hierárquico da vida rotineira perde o sentido. O mesmo parece acontecer com os torcedores nas extensões das arquibancadas localizadas nos bares, como descrito a seguir.

“Constitui-se fenômeno de integração social que agindo no interior das complexas estruturas das modernas sociedades industriais, permitem às pessoas usufruírem um momento menos sujeito aos constrangimentos sociais.” (Assumpção, 1992, p.25).

Os laços que o autor denomina como “comunitários”, não se estruturam sob formas definitivas. Afloram por irrupções, opondo-se ao caráter jurídico-político da estrutura social, constituindo-se como um tipo de relação que se revela de forma direta e imediata, estabelecendo-se contatos do tipo “face” a “face”.

O termo “face” a “face” é trabalhado pelo sociólogo Charles Cooley, estudioso das relações sociais denominadas “primárias” e nesse tipo de relacionamento os homens se interagem por íntima associação. São relações primárias em diversos sentidos, mas principalmente por serem fundamentais na formação dos indivíduos.

O resultado seria a fusão da individualidade em um todo comum, de maneira que o próprio “eu” da pessoa, ao menos para muitos propósitos, se torna a vida comum e o propósito comum do grupo. Talvez a maneira mais simples de descrever essa totalidade seja dizer que se trata de um nós. A pessoa vive no sentimento do todo e encontra os principais objetivos de sua vontade nesse sentimento.

Laços sociais primários e elementares constituem-se a base na qual se assenta este esporte. Seu caráter resistente deriva da própria estrutura desses atos. Por constituir-se como um mundo à parte, comunitário e coeso possui as características que o fazem se opor às diversas formas de manipulação que ali atuam.

O princípio de igualdade é condição necessária para a existência do universo do futebol. A cada torcedor é franqueada a opinião, a análise, o julgamento. A escalação da equipe, a crítica ao técnico, o desprezo ao atleta, até mesmo o pedido de demissão do presidente do clube. São atos livres, permitidos a cada torcedor. Prevalece a completa horizontalização do poder.

Talvez por essa liberdade seja comum ouvirmos que as discussões são intermináveis. Em espaço tão democrático, não poderia ser de outra forma. Cada título, cada vitória, cada conquista encontra, no oponente, lembranças glorificantes do passado de sua equipe, o que não facilita o término da discussão.

Futebol como Sistema de Rivalidades

Como o futebol se insere na construção da identidade social? Essa é uma das questões levantadas por Damo & Oliven (2005, p.81) e que tem como pano de fundo a globalização e os processos de acirramento das diferenças culturais. Os autores lembram do processo de unificação nacional ocorrido no passado, que se tornava contrário à preservação de identidades regionais e culturais, ao entender que boa parte do mundo busca hoje a afirmação de tais identidades.

Neste sentido, tomam lugar processos que atribuem significados às ações humanas e descobrimento de diferenças, a apropriação e re-elaboração de manifestações culturais, re-significação de símbolos, etc. Pensando no reconhecimento de uma identidade própria remete-se sempre à idéia de expressar uma diferença. Os grupos se afirmam sempre em oposição a outros grupos. As identidades aparecem como construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como signos diacríticos, ou seja, signos que conferem uma marca de distinção. Apoiando-se em Lévi-Strauss, Damo & Oliven (2005, p.81) afirmam que a identidade é algo abstrato, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência. Sendo abstratas as identidades, não tendo propriedades distintivas que diferenciam e especificam grupos sociais, precisam ser moldadas a partir de vivência cotidianas, como explica o abaixo:

“Assim como a relação com os pais nos primeiros anos de vida é determinante na construção da identidade individual, as primeiras vivências e socializações culturais são importantes para a construção de identidades sociais, sejam étnicas, religiosas, regionais ou culturais.” (Damo & Oliven (2005, p.81)).

Para os autores acima, um dos modos de explicar porque o futebol mobiliza sentimentos tão profundos a ponto de os torcedores apelarem para a violência, se deve ao fato de que

as equipes representam muito mais do que os onze jogadores e passam a representar sentimentos coletivos para os que o apoiam. Isso ocorre tanto em âmbito mundial, como no nível local em que há clubes de universidades, bairros ou cidades. Existem cidades, estados ou regiões, onde se tem um ou mais clubes entre os quais se divide a lealdade dos torcedores.

Existem as verdadeiras nações, considerando o número de torcedores. Essas localidades ficam praticamente divididas, em conotação simbólica em duas metades, a semelhança do que ocorre nas sociedades primitivas. Essa divisão e oposição acabam garantindo a coesão da sociedade. Os torcedores se percebem tanto quanto pertencentes a uma comunidade de sentimento que a denominam nação. Porque perdemos? Percebe o uso do “nós”, onde no coletivo, o torcedor se sente parte integrante do clube.

É justamente nesses espaços privilegiados para novas formas de sociabilidade, nos bares de torcedores, em que são encontrados os inúmeros “técnicos” querendo escalar suas equipes, lembrando da tradição, da memória de suas equipes. Sentimentos mobilizados de forma tão acentuada que podem gerar momentos de profunda paixão, assim como atos de profunda intolerância para com os torcedores rivais.

Os Bares e suas Torcidas no DF

Atualmente, é grande o número de bares que transmitem partidas de futebol no DF. Na verdade, qualquer local que se tenha um televisor, pode transmitir partidas de futebol. Cabe ser considerado aqui que a designação “bares de torcedores” do modo como colocamos, inclui alguns ambientes que não são necessariamente caracterizados como bares; tal como os “quiosques”, os restaurantes, enfim, e que estão incluídos como objeto de estudo, por serem também locais de aglomeração de torcedores em dia de jogo. Além disso, para o estudo, o foco foram os bares que se tornaram redutos, ou seja, os que têm seus nomes identificados com times ou torcidas específicas. Vale destacar que

inclusive um jornal de grande circulação na capital já tem indicado em seu caderno de esportes, diante da notícia de algum jogo (sobretudo clássicos regionais), o roteiro dos bares - onde assistir determinado jogo no bar que comporta cada torcida.

A primeira fase da pesquisa do presente capítulo, de base etnográfica, no início de 2007, consistiu em um mapeamento dos bares de torcedores do DF e da identificação destes como redutos de determinados clubes do futebol brasileiro. Verdadeiras extensões das arquibancadas dos grandes estádios de futebol brasileiros os bares de torcedores em dias de jogos costumam representar as torcidas dos grandes clubes do futebol do país mesmo a milhares de quilômetros de distância.

Notamos que a maioria destes ambientes está concentrada nas quadras comerciais do Plano Piloto, de Brasília. Em outros casos à beira de algumas avenidas da cidade, existem quiosques e bares adjacentes aos campos de *futebol society* (campos destinados a lazer, alguns já construídos em grama sintética) que são alugados. A identificação desses ambientes e dos torcedores ficou facilitada pela presença quase sempre uniformizada de maior parte desses torcedores assim como a utilização de faixas e bandeiras e até carros ligados com som alto tocando hinos e canções alusivas a determinadas equipes. Foram identificados os seguintes bares:

NOME DO BAR	LOCALIZAÇÃO	CLUBE DE REFERÊNCIA
Só Drink' s Bar	403 norte	Botafogo
Chaminé Bar/ Zé Ricardo Bar/ Taz Lanches	402 norte / Pistão Sul-Taguatinga / Ceilândia	São Paulo
Antártida/Quisque do Berg	113 sul/ Cruzeiro Novo próximo ao HFA	Flamengo
Armazém do Mineiro / Chico Mineiro	210 norte / 104 norte	Cruzeiro
Alexandre' s Bar	503 norte	Santos

Bar do Clever	Taguatinga	Palmeiras
CELVA Centro Esportivo e de Lazer	Cruzeiro – próximo ao viaduto Ayrton Senna.	Grêmio
Bilhar.com	513 norte	Internacional
Real Society	616 sul	Náutico
Quiosque da Codorna	Quadra 10 Cruzeiro Velho	Vasco

Com o advento do sistema *pay per view*, na TV a Cabo, viabilizou-se a possibilidade de se assistir jogos diferentes daqueles da grade de programação aberta. Antes notava-se um certo monopólio, no caso das transmissões do Campeonato Brasileiro, da TV Globo e TV Bandeirantes. Uma oposição Rio x São Paulo em que a TV Globo por vezes restringia à Rede Bandeirantes de transmitir jogos de clubes paulistas e que incomodava, e muito, alguns torcedores de clubes paulistas que tinham de se submeter aos jogos escolhidos pela primeira emissora.

Diante disso surge a TV a Cabo que teve uma grande adesão no Distrito Federal, principalmente, nos restaurantes. Com tal sistema jogos fora dos horários estipulados pela grade de TV comum (16 horas de domingo e 9h45min de quarta) criou-se a possibilidade de transmissão de jogos às quintas-feiras às 20h 30min e aos sábados às 18h 10min, manejando os horários para a TV justamente para dar opções ao torcedor.

Importante aqui é levar em consideração àqueles torcedores que consideram o futebol como mais um meio de entretenimento e que gostam de assistir jogos de outros clubes, principalmente, em se tratando de rivais que, por algum motivo, almejem uma certa classificação, ou dependam de resultado de seus rivais. O que resta é “secar” o adversário.

Alguns bares abrindo essa possibilidade conseguiam reunir grande número de torcedores nesses dias; é claro que nem todas as torcidas eram atendidas, pois a possibilidade de transmissão se restringia a um jogo. Os torcedores que não tinham TV a Cabo em casa migravam rumo aos bares na possibilidade de assistir aos jogos do time do coração. Esses pacotes de

TV a Cabo tempos atrás custavam por volta de R\$ 80,00 a R\$ 120,00 dependendo do plano (pacote) que se quisesse pagar.

O momento revolucionário do processo e que culminou com a popularização dos sistemas de TV a Cabo trouxeram o sistema *pay per view*, que consiste na transmissão dos jogos do clube de coração da pessoa que assina através da compra de um pacote extra que pode englobar jogos do clube de coração nos mais diversos campeonatos. Jogos transmitidos ao vivo, independente do local da partida. A partir daí os torcedores começaram a ter certeza de poderem assistir os jogos de seus clubes e se libertarem da programação comum independente de dia e horário dos jogos. Houve um crescimento das adesões e dos chamados pontos adicionais, necessários para grandes estabelecimentos que tenham duas ou mais torcidas e estabelecimentos grandes.

Donos de bares mais tradicionais, caso do *Só Drink's*, na Asa Norte, por sua paixão pelo Botafogo e por ter uma disposição em transmitir e assistir os jogos junto a seus clientes aderiram ao pacote como chamativo para seu público e seu desejo de ver as transmissões. Os torcedores vislumbraram a possibilidade de encontrar um espaço semelhante às arquibancadas de um estádio de futebol, para assistirem seus jogos e em pouco tempo alguns estabelecimentos foram se tornando pontos tradicionais na transmissão de jogos de alguns times.

Ambientes de tamanhos diversos com mesas e cadeiras que nem sempre chegam a comportar o número de espectadores, tem as famosas cadeiras de plástico como regra. As mesas são meros sustentáculos dos copos e garrafas de cerveja. A disposição das mesas e cadeiras costuma extrapolar os limites do estabelecimento. Normalmente duas horas antes do jogo costuma ficar empilhadas nas áreas adjacentes ao bar para logo depois tomarem posto em frente aos televisores ou telões. Forma-se um verdadeiro camarote, disposto em frente aos televisores.

Atrás deste forma-se uma verdadeira “geral” com os torcedores que chegaram atrasados e tiveram que ficar de pé. O fato é que nem sempre se pode encontrar assento no meio da

multidão apinhada em frente a um, dois, no máximo três televisores; e dependendo do local pode-se desfrutar da presença dos telões e até amplificadores de som para ouvir os comentários que com o volume dos televisores no máximo se perdem com o barulho comum dos bares .

Inicialmente, o que mais chamou atenção, foi o fato de que alguns bares recebiam torcedores de apenas um time ao passo que em outros verificamos a presença de torcedores vestidos com camisas de várias equipes e até de rivais que jogavam no mesmo dia. Pode-se perceber que alguns locais são mais tradicionais na transmissão dos jogos ao contrário de outros que apresentam um caráter sazonal.

No caso dos bares mais tradicionais tal associação se dá com base quase sempre no time de coração do dono do estabelecimento que decide transmitir os jogos primordialmente de seu time por conta própria no caso do Só Drink's e do Armazém Do Mineiro. Nos de caráter sazonal a transmissão ou não é motivada pela adesão de determinada torcida que costuma procurar os locais. Em alguns casos, uma espécie de “contrato” é feito com os torcedores, muitas vezes, de torcidas organizadas, que procuram o dono do estabelecimento e explicitam seus motivos, a possibilidade de retorno financeiro, enfim.

A motivação dos torcedores em buscar o ambiente, interação com os donos do bar, os laços de amizade desenvolvidos são importantíssimos para se compreender tais adesões. Como bem colocou Alexandre, proprietário do Alexandre's bar:

“A torcida veio aqui e me perguntou se eu abria todos os dias e tal, e aos domingos e disse que abria sim. – Nós estamos procurando um bar que abra aos domingos e que acolha a torcida do Santos. Disseram que me dariam uma vantagem de ter uma frequência grande da torcida deles de vir aqui gastar e acabei aceitando”. (Alexandre, proprietário do Alexandre's bar).

No site de relacionamentos orkut existem diversas comunidades de torcidas organizadas e as não organizadas com as chamadas para os jogos em diversos lugares do DF. Além das

discussões sobre possíveis locais para se assistir os jogos , caravanas oferecendo vagas em carro para viagens tira às finais ou para jogo próximo à cidade, como em Goiânia. Tal site aparece como uma das possibilidades de interação e forma dos torcedores se encontrarem nos bares da cidade.

Nos bares que costumam comportar uma só torcida, qualquer rival que passe a pé próximo ao estabelecimento, normalmente identificado com a camisa do clube de coração, é logo hostilizado e provocações são logo anunciadas. Esse componente explícito de intolerância para com rival, parece ser um dos códigos dos torcedores e que mostra essa não aceitação do rival em local tipicamente reservado a determinada torcida.

No caso dos bares de concentração sazonal acontece algo que, talvez, só se encontre, no caso dos estádios, nas chamadas cadeiras, onde se percebem famílias com camisas de times opostos, torcendo sem constrangimentos. Essa tolerância para com o rival acontece em alguns bares, muitas vezes com constrangimento, troca de ofensas entre os dois lados, mas que não se encerra em briga na maioria dos casos, e encontra eco naquilo que Gastaldo (2006) chamou de “teatralização jocosa”, aspecto que será discutido no presente capítulo, na parte relativa ao comportamento dos torcedores.

Atrelado ao levantado antes, no caso dos bares de aglomeração sazonal, temos as interações dadas entre os torcedores organizados que através das suas “uniões” tendem a vir assistir jogos juntos em determinados bares. Esses locais também têm a característica de não ter, por parte dos torcedores, os vínculos de afetividade com os donos do bar antes citados, no caso dos bares mais tradicionais.

No dia de jogo devido ao grande número de clientes-torcedores, o pequeno número de garçons e a pouca organização faz com que sejam invertidas certas relações de consumo. Isso acontece quando os donos do bar, devido à impossibilidade de se atenderem todos os clientes, estabelecem novas regras para a permanência no bar: aqueles que quiserem consumir, cerveja em grande quantidade, devem pagar antes no caixa e apresentar

a nota ao garçom para que dê a “baixa”. Principalmente aqueles que ficam de pé. Os torcedores mais conhecidos e que frequentam o bar constantemente têm a “regalia” de continuarem a beber sem ter que ir pagar e até buscar cerveja no balcão. Tal atitude decorre do risco que se tem da “multidão” desvanecer. Cabe colocar também que alguns torcedores vão apenas para assistir o jogo, não consumindo nada, o que dificulta a identificação por parte dos garçons.

O que se consome nos bares normalmente é muita cerveja, e as doses de cachaça, quando não são pedidas as porções tira gosto: lingüiça, frango a passarinho, carne de sol. As filas para ir ao banheiro assemelham-se às filas dos estádios de futebol: filas longas, um banheiro masculino e um feminino é o mais comum o que congestiona o trânsito de pessoas na parte interna do estabelecimento e traz outro aspecto verificado com frequência em estádios de futebol: o número reduzido de banheiros faz com que os torcedores urinem nas adjacências do estabelecimento, o que muitas vezes traz constrangimentos dos torcedores e do dono do bar para com os moradores e comerciantes do local. Outro ponto interessante: a fila do xixi traz esse momento de proximidade e de possibilidade de interação onde o efeito catalisador e desinibidor do álcool permitem “quebrar o gelo” e se conversar, analisar os lances da partida, paquerar as moças da fila feminina, falar do esquema tático do time ou reforço de estados emocionais, lembranças do passado do time, etc.

Nessa primeira fase de observações percebemos que o número de torcedores no dia de jogo costuma ser bastante variável, dependendo em grande parte do caráter da partida em questão e do time. Visitamos bares com 100, 200, 300 torcedores; outros com 500, 600. Alexandre, proprietário do Alexandre’s bar, quando indagado sobre o número de torcedores em dias de jogos :

*“A média é de 70 torcedores por jogo, quando é contra times grandes aumenta para 150, na final deu umas 300 pessoas”.
(Alexandre, proprietário do Alexandre’s bar).*

“Calculo uma média de 500, só que tem uma coisa, após o

jogo, após a conquista, isso triplica, porque os outros torcedores que assistiram o jogo em outros lugares, eles vem pro Só Drink's comemorar, porque eles sabem que aqui é tradição mesmo". (Nilton, proprietário do Só Drink's bar, falando da final do Campeonato Brasileiro de 1995 conquistado pelo Botafogo).

Com as partidas dos campeonatos comumente sendo transmitidas nos horários da tabela abaixo, percebemos nos dias de semana que uma pequena parte dos torcedores chega horas antes. Alguns funcionários públicos que moram longe, outros que trabalham próximo dali e vão direto ao bar. Eles vão chegando, colocando faixas, bandeiras, batendo papo e tomando a cervejinha. Uma movimentação que começa nas primeiras horas do dia e que mantém essa proximidade cliente- dono de bar, de acordo com o horário dos jogos.

O número de torcedores costuma ficar maior na faixa dos 30-40 minutos anteriores à partida e diminui ao fim da partida quando todos vão levantando as mãos e pedindo a conta. É claro que com a possível vitória, tem aqueles que ficam comemorando até mais tarde e ficam no bar até à hora de fechar. Nota-se uma aglomeração maior aos finais de semana até por dificuldade de transporte na cidade e pelo fato de que nem todos vão de carro para o bar. É justamente nessa discussão que iremos entrar: pensar nos sentimentos mobilizados por torcedores que, às vezes, atravessam a cidade, muitas vezes sem ter veículo próprio, para assistirem os jogos de suas equipes de coração, em horários super complicados para quem trabalha e entender quais motivos mover esses corações apaixonados. Nota-se que tal processo segue toda uma lógica ritual onde tais torcedores parecem seguir rumo a um estádio de futebol e se comportarem de forma semelhante.

Secundarização: um fenômeno local

Os clubes de futebol de Brasília com maior projeção nos últimos anos, Brasiliense e Gama, costumam dispor de torcida em grande número em dias de jogos importantes. A Sociedade Esportiva do Gama figura como a equipe de maior tradição den-

tre os clubes brasilienses que disputam as séries B e C. Um dado interessante é que na maioria das vezes esses clubes aparecem como segunda opção de diversos torcedores nascidos ou não nascidos na capital e que normalmente tem um “grande clube” do futebol brasileiro como clube de coração. Tal fenômeno consiste naquilo que denominaremos “secundarização”. No sentido da adesão ter uma importância secundária para quem torce. É claro que existem torcedores que dizem torcer apenas para um clube, no caso de Brasília, mas são raríssimas exceções.

Em períodos de disputas de finais de grandes campeonatos como paulista e carioca percebe-se logo essa adesão ao primeiro clube: os estádios de Brasília ficam praticamente vazios e há uma grande mobilização dos torcedores que seguem rumo aos bares. Isso não parece ser novidade o que faz com que as federações busquem marcar os jogos em horários ou dias diferentes dos dias de jogos de grandes clubes.

Alguns casos que explicitam bem essa questão: a tabela da série B é montada em grande parte em dias alternados em relação aos dias do futebol na televisão aberta, quarta e domingo, e os jogos são marcados às terças e sextas preferencialmente, outras vezes aos sábados. Outro exemplo: em algumas ocasiões de cruzamento de chaves, principalmente na Copa do Brasil ou em amistosos, quando os clubes de Brasília têm a oportunidade de jogar com um chamado grande clube, logo vemos a grande mobilização e o conseqüente crescimento de público nos estádios. Para se ter uma idéia, neste ano de 2007, a média de público do Gama no campeonato local e na série B do nacional gira em torno de mil espectadores, somente no jogo pela Copa do Brasil, em que o adversário era o Vasco da Gama, contando com a atração de Romário e seu milésimo gol, o público neste jogo específico quase bateu a marca dos 40 mil espectadores.

O fenômeno nos bares tem ainda uma outra peculiaridade: diferentemente de outros centros que contam apenas com duas equipes grandes, em alguns casos três, com exceção de Rio de Janeiro e São Paulo que contam com quatro equipes de maior tradição e que são chamadas de grandes, em Brasília, não

há restrições quanto a times ou estados específicos, pois encontramos bares de torcedores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e até de Pernambuco. O que só vem a revelar essa característica multifacetada da cidade.

A Paixão pelo Jogo no Ambiente dos Bares

No estudo de Damo & Oliven (2005, p. 83), encontramos formulações relevantes para entender a paixão pelo jogo na América Latina, como no exemplo abaixo:

“Basta uma vitória do clube de coração para que a euforia deixe revelar um certo ar de superioridade. E até as pessoas mais tranqüilas se deixam levar por sentimentos megalomaniacos que tendem a desvanecer em seguida”.

O exemplo é bem elucidativo no dia a dia e caracteriza aquilo que na linguagem dos boleiros comumente se chama de “torcedor de final”, aquele que estabelece um certo vínculo de pertencimento, normalmente passado de pai para filho, mas que não costuma acompanhar o clube nas notícias diárias, são torcedores que mal sabem a escalação do time de coração e que no dia a dia parecem não ter um vínculo afetivo tão grande. Normalmente aparecem nas festividades, as finais, semifinais, e quando convidados por amigos para curtir a festa do futebol. Alguns até aparecem com a camisa dos clubes e reproduzem certos gritos, cantos, manifestações corporais e gestos típicos dessa festa popular.

Normalmente quando se pensa na festa e nas manifestações gestuais e nas danças podemos compará-las ao que ocorre no futebol. Gestos famosos feitos por jogadores recentemente elucidam essa questão da reprodução por parte dos torcedores, e mais: a expectativa de ver o ídolo fazer o gol e imitar as comemorações.

O famoso “creu” lembrando a música do MC, um grupo musical que virou sucesso nas paradas *funk* de todo o Brasil; o famoso “chororô” lançado por Souza, jogador do Flamengo,

quando da partida da Libertadores da América em um período pós final da Taça Guanabara de 2008 em que os dirigentes, torcedores e jogadores do Botafogo teriam chorado demais com lances não marcados pelo juiz, e que o “apito amigo” teria ajudado o Flamengo na decisão, enfim. Esses são dois casos recentes e que elucidam essa dimensão festiva do futebol e a conseqüente atualização das rivalidades entre os clubes. Outros jogadores fariam o mesmo pelos campos do Brasil afora, Valdívia fizera o mesmo no Palmeiras.

Trazendo para o campo das manifestações coletivas no bar, os torcedores parecem projetar a figura dos jogadores em si mesmos reproduzindo os mesmos gestos como se fossem eles próprios. Na partida entre São Paulo x Palmeiras pela fase de classificação do campeonato paulista 2008, o São Paulo saiu na frente do Palmeiras no placar e existiam dois grupos de torcedores opostos reunidos em frente a tv, quando do gol de Adriano os são-paulinos levantam e com um ostentoso: “chupa porco, chupa!!!”, um grupo se junta em frente a TV e grita em alto e bom tom: - “Ah, é Adriano.....engole porco.....”.

Típicos gestos obscenos e palavras de baixo calão que mostram como funcionam esses sistemas de rivalidade, a necessidade de humilhar o adversário e constranger moralmente, pelo menos temporariamente. A devolução ou o trôco, entrando naquilo que Gastaldo (2006) conceituou como “teatralização jocosa” começa quando os são-paulinos lançam as primeiras gozações e complementa-se quando o Palmeiras tem um *penalty* a favor, muita discussão, vai e vem em frente à TV, um são-paulino coloca a camisa em frente à TV – Vocês não vão ver, foi roubado! Logo após gol do Palmeiras. Comemoração mais comedida, os Palmeirenses se reúnem da mesma forma e gritam – Porcoooooooooo!!!! Passados mais uns 2 minutos o Palmeiras vira e vem o pior: o “créu!”. Um grupo de 5 palmeirenses ensaia um “créu” em frente à TV.

O jogo terminaria 4 a 1 para o Palmeiras, mas a discussão não terminara ali: -Finalmente hein, depois de 11 anos. - E além do mais vocês não ganham um título paulista faz tempo

hein, já estava em tempo. O São Paulo não precisa disso, somos bi-campeões brasileiros! Desse modo, a atualização da rivalidade se mostra evidente e os mais diversos argumentos são utilizados para tentar rebaixar o adversário:

“O jogo se torna um evento extraordinário e um ritual atravessado por certas conotações simbólicas que atualizam a rivalidade entre os clubes e comunidades as quais pertencem” (Damo & Oliven, 2005, p. 84).

O ritual vivenciado no ambiente dos estádios e dos bares parece reificar as palavras do autor na medida em que o simples fato de se lembrar do rival, quando das festividades através da evocação de cantos e gritos de guerra. Para quem chega de longe ou passa de relance a vista já se identifica logo a que grupo pertence tais espaços. As bandeiras penduradas, quase todos com camisas identificadoras do clube, faixas, balões enfim. Torcedores mais fanáticos levam canecas, camisas chamadas de totens, amuletos.

Na final da Taça Guanabara no Antártida Bar estávamos em um grupo de amigos e chegamos após a partida ter começado, uns 10, 15 minutos de partida, o Botafogo fizera 1x0 na “casa do inimigo” o Antártida Bar. Um flamenguista que nos acompanhava sugeriu que mudássemos de bar no intervalo pois lá encerraram-se os lugares disponíveis e não vendiam cerveja para quem estava em pé. Fomos a um bar do outro lado da cidade e no caminho ele soltou a seguinte: – Com essa camisa em nunca perdi um jogo! Essa preta esta dando azar!(se referindo a que estava vestido).

Seguimos para o bar e durante o segundo tempo ele permanecera o tempo todo com sua camisa enrolada em punho, às vezes ostentava ela. O fato é que o Flamengo virou o jogo para 2 x 1 e a profecia havia sido cumprida, ele não se abalara moralmente frente aos colegas que nos acompanhavam.

Alguns mais religiosos beijam medalhas de santos, usam amuletos, enfim. O elemento religioso parece indissociar-se do futebol nesses momentos de agonia de sua equipe de coração.

Lembrando também as religiões afro-brasileiras e seus elementos, os que fazem trabalhos (a chamada mandinga) para “secar” o adversário e amarrar suas pernas. Tais rituais apresentam-se sob uma forma lúdico-festiva, onde há uma espécie de respeito e lealdade, característicos das relações familiares, por exemplo.

E realmente o futebol se faz às vezes de religião, com seus rituais simbólicos, o culto ao jogo, seus ídolos que se transformam em deuses, heróis de uma nação, torcida, são cultuados por milhares de torcedores Brasil a fora. E pensando no lado familiar podemos falar dos torcedores organizados que viajam o Brasil e o mundo atrás de seus clubes de coração e desenvolvem fortes laços de sociabilidade.

A Jocosidade dos Torcedores nos Bares

Nos cantos entoados através da parodização tenta-se pela jocosidade sempre desmoralizar o adversário. Exemplos significativos dessas relações jocosas são cantados respectivamente pelas torcidas do São Paulo e do Flamengo contra o Corinthians e o Botafogo. Cita-se aqui primeiro o canto original e depois as paródias:

Corinthians,	Galinha
Corinthians minha vida	Galinha sem história
Corinthians minha história	Galinha sem estádio
Corinthians meu amor	Freguês do tricolor!

A primeira estrofe da paródia (galinha sem história) nos remete a dois fatos importantes no sistema de rivalidades: alude ao fato do gavião, símbolo da torcida Gaviões da Fiel, ter “virado” galinha e também ao fato de o Corinthians jamais ter conquistado um título internacional de “peso”, como a Taça Libertadores da América ou o Mundial Interclubes. Trava-se uma longa discussão entre torcedores de São Paulo e Corinthians e torcedores de outros clubes também sobre a legitimidade do título de campeão do mundo de 2000, conquistado pelo Corin-

thians. O clube entrou como convidado na competição e sagrou-se campeão ganhando na final do Vasco da Gama. Os que não aceitam tal título argumentam que para ser campeão do mundo uma equipe deveria se sagrar campeão da Taça Libertadores da América . O Corinthians fora convidado para participar de tal competição que pela primeira vez contaria com campeões de todos os continentes. Torcedores de outros clubes também discordam da posição de legitimidade de tal título mas o fato é que a entidade máxima do futebol a FIFA reconhece o título.

O fato é que isso sempre vai ficar na lembrança e dias após a conquista os torcedores do São Paulo estendiam um grande faixa no Morumbi com os dizeres “Para conquistar o mundo é preciso atravessá-lo”, uma alusão ao fato de o Corinthians jamais ter conquistado uma Libertadores da América ou ter ido ao Japão para disputar uma final. Acrescenta-se ainda o fato de que à época o São Paulo Futebol Clube conquistará duas Libertadores e chegara a outras duas finais.

Na segunda estrofe outro elemento de rivalidade entre os dois clubes: ter estádio próprio. A Sociedade Esportiva Corinthians ao longo de sua história sempre mandou seus jogos na Fazendinha, estádio próprio que posteriormente seria vetado por problemas de segurança para os torcedores e por necessitar de uma capacidade maior. E o Estádio do Pacaembu , que pertence à prefeitura de São Paulo, e que até já foi palco de grandes jogos de Copa do Mundo. O que acontece é que por não ser dono de um estádio que comporte seus jogos, faz com que muitas vezes o Corinthians tenha que mandar seus grandes jogos no estádio do Morumbi, de propriedade do São Paulo, o que gera um lucro para este clube e entre os torcedores traz esse elemento de superioridade, de submissão de um ao outro. Outro fator de jocosidade são os projetos de construção de estádio próprio do Corinthians com suas parcerias frustradas que nunca dão certo. O que ilude os corintianos e fazem com que os torcedores de Palmeiras e São Paulo principalmente riam da cara de seus rivais.

Cabe ressaltar outras denominações que são dadas aos estádios dos rivais: o estádio Palestra Itália é comumente chamado de chiqueirão, por não comportar grandes jogo e pela associação do Palmeiras com o porco, apesar de seu mascote ser um periquito. E a Vila Belmiro que é carinhosamente chamada de “Várzea Belmiro”, em razão de ter tido alguns sérios problemas de drenagem em seu campo em dias de jogos chuvosos, ficou marcada como um espaço de ira dos adversários que jogavam em um péssimo gramado, além da jocosidade por parte dos torcedores rivais.

A última estrofe retrata o longo período de jejum de vitórias do Corinthians sobre o São Paulo: foram 14 jogos sem perder para o rival o que trouxe uma certa superioridade no período. Jejum que fora quebrado com um gol de Betão no Campeonato Brasileiro de 2007 e que fora comemorado quase como se fosse uma final pelos corintianos.

Os autores da brincadeira fizeram-se conhecer no jogo do Flamengo contra o Cienciano do Peru pela Taça Libertadores da América. O “chororô” da segunda feira se fez ecoar no estádio do Maracanã e parece ter contagiado Souza, jogador do Flamengo, que com as duas mãos parecia enxugar lágrimas quando da comemoração do gol de seu time e que relembrou o chororô do Botafogo no domingo:

E ninguém cala!	E ninguém cala!
Esse nosso amor	Esse chororô
E é por isso que eu	
canto assim	Chora o presidente,chora o time todo,
É por ti fogo	chora o torcedor.
Ô ô ô ô Ô ô ô ô	Ô ô ô ô Ô ô ô ô!

O mesmo gesto de Souza seria repetido mais tarde por Valdívia do Palmeiras e outros jogadores Brasil afora. Tal gesto além de apimentar a semana do futebol trouxe de volta a rivalidade e o acirramento de ânimos. Ao ser informado por um repórter de tal gesto após um jogo do Botafogo no mesmo dia e horário o jogador Túlio, do Botafogo, indignado comentou – “

É, vindo do Souza era de se esperar”. O técnico Cuca , também indignado, disse: “Ele não pode fazer isso, isso é uma falta de respeito, não existe só o Flamengo no mundo, tem que haver respeito”. O canto parodiado por várias torcidas foi cantado de várias formas quando da lembrança do chororô do Botafogo.

O ritual se torna mais evidente com a demarcação do ambiente dos bares. Naqueles que são bares comuns e que não há nenhuma identificação explícita que lembre certo clube, decora-se o bar com faixas, bandeiras e as camisas que passam a demarcar o recinto que vira Bar do Botafogo, Bar do São Paulo, Bar do Flamengo. A funcionalidade do dia a dia dá lugar, em muitos restaurantes, bares de encontros de amigos, ao bar dos clubes.

Alguns torcedores se envolvem de forma tão profunda nesse ritual que alguns acompanham durante o dia inteiro, no trabalho, no carro, a programação de rádio, querem saber notícias fresquinhas da final, a escalação, algum fato curioso da concentração da equipe, alguma briga, os bastidores, números, estatísticas, enfim. Alguns se transformam em verdadeiras enciclopédias do futebol: sabem escalação, placar de jogos anteriores, confrontos da história, lembram jogos do passado como se estivessem lá, alguns têm agendas onde anotam horário dos jogos, renda, público, artilheiros, enfim.

O espaço que é dedicado ao futebol nas conversas diárias é muito significativo, nos jornais, meios de comunicação. As discussões são calorosas e parece que nenhum dos lados tem razão, qualquer justificativa vale para defender seu clube de coração: lembrar grandes momentos do passado, vitórias antigas sobre rivais. E são dessas discussões que vem à tona a famosa frase dos boleiros: “Quem vive de passado é museu”.

Conclusão

De uns tempos para cá com a popularização dos sistemas de televisão *pay per view* houve um crescimento do número de bares de torcedores em Brasília na medida em que se passou a ser mais um produto a ser explorado comercialmente por boa parte dos donos de bares. Há uma parcela da população que migram rumo aos bares por não ter condições financeiras e outra parte que mesmo tendo o sistema em casa vai mais pela movimentação e energia proporcionada nos encontros de torcedores nos bares.

Dada a característica “secundária” do futebol de Brasília no cenário nacional as partidas de futebol dos clubes daqui são deixadas de lado o que leva os torcedores, em sua maioria vindos de outros estados, a buscarem os bares da capital como alternativa de lazer e poder acompanhar o seu clube de coração.

Inseridos nestes espaços, os torcedores têm a oportunidade de vivenciar comportamentos variados, que vão de rituais de adoração ao seu clube à jocosidade com os torcedores rivais.

Enfim, o bar torna-se um ambiente mágico capaz de transportar os torcedores para o estádio e criar laços de solidariedade, rituais identitários, formas de sociabilidade e rivalidades que permitem a compreensão do futebol como um fenômeno que mobiliza paixões as mais inexplicáveis.

Referências Bibliográficas

- ASSUMPÇÃO, Luís Otávio Teles. *O jogo de futebol e a cultura invertida*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- BARRAL, Gilberto L. L. *Espaços de lazer e cultura jovens em Brasília: o caso de bares*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. 2ª ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.
- DAMO, Arlei & OLIVEN, R.G. *Fútbol y cultura*. 2ª Ed. Buenos Aires: Norma, 2005.

- DUMAZEDIER, Jofre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- GASTALDO, Édison. *Futebol e performances de gênero : notas etnográficas sobre as relações jocosas futebolísticas*. 30º encontro anual da ANPOCS, 2006.
- GIULLIANNOTTI, Richard. *Sociologia do futebol - Dimensões históricas e socio-culturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, Papirus, 1995.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

PARTE II

A MÍDIA ESPORTIVA EM PERSPECTIVA TEÓRICA

CAPÍTULO IV

A TELEVISÃO E O ESPORTE: QUESTÕES E TENSÕES SOBRE O ESPETÁCULO, O MERCADO E O CONSUMO

Dori Alves Júnior
Alfredo Feres Neto
Aldo Antonio de Azevedo

1. Um breve histórico das relações entre o esporte e as mídias

O presente capítulo tem por objetivo discorrer sobre algumas teorias e conceitos que concorrem para a interpretação do fenômeno midiático, em especial a televisão, em suas relações com o esporte¹

Sabe-se que as origens mais recentes do esporte moderno surgem no contexto da Revolução Industrial no final do Século XIX na Inglaterra. Daí, o fenômeno se difundiu e se desenvolveu nos demais países europeus e no Século XX se orienta pela lógica de mercado, da mundialização da cultura e do processo de globalização.

1.- Este capítulo teve como ponto de partida alguns elementos teóricos e questões presentes na Dissertação de Mestrado, de Dori Alves Júnior, “A Relação Mídia-Esporte: um estudo das mensagens esportivas da televisão e seus efeitos na prática da educação física escolar, na percepção do professor”. Brasília: UnB, 2008.

Neste sentido, a partir do surgimento da televisão em 1936, é que a espetacularização do esporte começa a ter espaço em diversos países. Segundo Betti (1998, p.32) as Olimpíadas de Berlim em 1936 foram televisionadas para os presentes no local, em 1937, a BBC inglesa televisionou o primeiro torneio de tênis de Wimbledon e em 1940 uma partida de beisebol foi transmitida nos EUA, porém, todas essas transmissões ainda para públicos isolados na Europa e nos EUA. Em 1950 têm-se o marco da inclusão dos eventos esportivos nas grades de programação das emissoras de TV.

Ao mesmo tempo em que a televisão passa a estar presente de forma muito crescente nos lares em todo o mundo, a mercantilização do esporte torna-se uma de suas funções cada vez mais visíveis. Aliado a tal fato, Coleman (1989, p.32), por exemplo, afirmou que as décadas de 1920 e 1930 representaram um divisor de águas para os esportes modernos, um dramático aumento das massas populares e do número de espectadores em eventos esportivos, o progresso dos meios de comunicação em relação ao esporte (primeiro o filme, depois o rádio e em seguida a televisão).

A transmissão da Copa do Mundo de Futebol, primeiramente pelo rádio e posteriormente por emissoras de televisão, tornou-se uma grande estratégia para atração de investimentos. A partir da década de 50 os lucros da indústria midiática cresceram consideravelmente. Desse modo, na medida em que se investe na transmissão de jogos, campeonatos e programas esportivos, diversas modalidades esportivas passam a ter maior visibilidade na sociedade.

É difícil referir-se ao esporte contemporâneo sem associá-lo aos meios de comunicação em massa. A relação esporte-espetáculo vem alterando, progressivamente e rapidamente, a maneira como praticamos e percebemos o esporte. E o elemento chave dessa transformação é o espectador, este disposto a pagar para assistir uma competição esportiva assumindo assim uma característica de consumidor do espetáculo esportivo.

A partir da década de 60, com o aumento da transmissão ao vivo de eventos esportivos, se torna proeminente uma nova figura da história do esporte: o telespectador. (Betti, 1997, p.33). O esporte transformou-se num espetáculo modelado de acordo com a forma a ser consumido, disseminado a indústria do lazer e entretenimento, sendo televisão a principal responsável.

O casamento entre a televisão e o esporte tem se mostrado bastante rentável, notadamente para o desenvolvimento do *esporte espetáculo*² e conseqüentemente para as variadas possibilidades de lucro que a indústria da televisão obtém desse desenvolvimento.

A televisão influenciou inclusive a divulgação de determinados esportes, como é o caso do voleibol no Brasil que na década de 80, teve sua ampliação de alcance entre torcedores e telespectadores, inclusive de praticantes. Sobre essa questão, Marchi Júnior (2005, p.150) acrescenta que:

“A capacidade desse meio de comunicação de despertar interesses e aglutinar um elevado numero de pessoa das mais diversas regiões e classes sociais em torno da transmissão de um evento esportivo, foi um fator decisivo no redirecionamento e ascensão dos investimentos da iniciativa privada no voleibol brasileiro nos anos 80”.

As transmissões dos jogos de voleibol na década de 80 e de partidas de Tênis no final da década de 90, com Gustavo Kuerten, constituem exemplos de como o esporte pode se difundir e até se popularizar, por intermédio de sua inserção na mídia. À época do auge da exposição desses esportes na mídia foi possível perceber que houve uma maior procura para a prática dessas modalidades.

Hoje, já no início do século XXI, observa-se que grande parte da programação televisiva é dedicada ao esporte. Nas emissoras abertas existem noticiários exclusivos de esportes e nas TVs pagas este fenômeno se estende aos canais exclusivos de esporte, com diversas atrações.

2.Expressão tomada de Betti (1998) e refere-se ao espetáculo esportivo visto a partir da sua exibição na televisão.

Segundo Penteado (1991) a televisão pode veicular nas transmissões, valores e princípios da ética capitalista, como o individualismo, a competição, o materialismo, além de outros jargões culturais, o que serve como alerta para os professores de Educação Física, especialmente, aqueles que atuam em escolas, no que se refere ao significado do esporte para crianças e adolescentes e a lógica que deve direcionar sua prática.

Esta é apenas uma das questões indicativas de que não se pode negar ou mesmo subestimar este fenômeno, mas estudá-lo a fundo, detectando e compreendendo as possíveis contradições e buscando ferramentas de superação, pois se a televisão transmite mensagens audiovisuais de forma fragmentada, descontextualizada e ideologizada pela cultura dominante, deve a escola nos meandros destas mensagens, proceder a uma análise crítica delas.

Atualmente, é possível perceber o grande apelo do esporte na mídia, como forma de movimento, manifestação cultural e devido ao seu alcance social, econômico e político. Todos, de algum modo, interagimos com o esporte, seja praticando-o ou assistindo-o.

Hoje, a mídia, em especial a televisão, é uma das grandes divulgadoras, financiadoras e incentivadoras do esporte. A televisão enquanto fonte inesgotável de formação e informação está presente na maioria das casas no Brasil e no mundo; evidente que não podemos desconsiderar a imensa margem de miseráveis no país, especialmente no norte e nordeste e também no continente africano, que não têm acesso à alimentação e muito menos a informação. Contudo considerando o seu extremo poder de alcance, devemos estar atentos a suas mensagens e imagens.

Acerca desta questão, é elucidativa a posição de Penteado (1991) ao afirmar que:

Dentre as alternativas de comunicação mais tradicionais, como o rádio, cinema, imprensa, atualmente viceja outra mais perturbadora: a televisão. Apesar de recente entre nós, instaurou-se de maneira tão definitiva que pode ser considerada um padrão universal de nossa cultura (p.15).

Devido às contradições que encerra, a televisão tem impressionado mais pelo lado de reforço do status quo, a serviço do qual existe, do que pelo lado transformador (p.33).

Nessa perspectiva, a grande exposição do esporte de rendimento na mídia, principalmente na televisão, tem um papel decisivo já desde cedo na vida das crianças. Como lembra Betti (1998, p.91):

“...às crianças que se iniciam no esporte, os repórteres sempre indagam com base nas respostas que esperam: Eu quero ser um Romário, uma Hortência, ganhar muito dinheiro, chegar à seleção brasileira. Nunca são crianças que brincam, mas a geração do futuro, os craques de amanhã, os atletas do ano 2000”.

Uma questão que muito discute é a perda do caráter educativo e lúdico do esporte para uma lógica mercadológica, na medida em que aquele fenômeno vem cada vez mais deixando de ser uma ferramenta que pode contribuir para a formação da cidadania de forma permanente.

Em relação a tal discussão, concorda-se com Kunz (2001) quando menciona a questão do insucesso escolar, pois no universo do esporte percebe-se que a maioria dos alunos não possui talento especial para o alto rendimento, o que não deve ser motivo para estes alunos ficarem excluídos da participação de todo o contexto das aulas de Educação Física.

Eventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos mobilizam um verdadeiro exército de profissionais da mídia televisiva, técnicos diversos, jornalistas, locutores, comentaristas, etc. Pergunta-se aqui se existem outros eventos mundiais que exijam tão grande aparato de transmissão.

Mas, o que está por trás do *discurso midiático*³ na TV? E o que está subjacente ao interesse econômico pelo esporte? De

3. Segundo Pires (2001, p. 36) o discurso midiático é a expressão característica da linguagem – imagética, sonora e simbólica – dos meios de comunicação de massa, por intermédio da qual conseguem silenciar, publicizar ou recriar evidências fatos ou expectativas que constituem a cotidianidade da cultura contemporânea, a partir da visão dos interesses ideológicos da sociedade.

acordo com Eco, (2004, p. 325), a televisão é um dos fenômenos básicos da nossa civilização, sendo preciso, portanto, não só encorajá-la nas suas tendências mais válidas, como também estudá-la nas suas manifestações.

Entende-se como Bourdieu (1997, p. 23) que: “A Televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”. Diante de tal orientação, a educação pode ser entendida como uma ferramenta de superação desse monopólio de formação, porém, ao contrário pode também ela ser um meio de manutenção do mesmo.

Acredita-se que o conteúdo da TV é bastante contraditório. Afinal, quem não se lembra, há alguns anos, da veiculação de comerciais de cigarro com pessoas praticando esportes de aventura. Sabe-se muito bem e os dados estatísticos de saúde pública comprovam esta afirmação, de que o hábito de fumar causa diversos males à saúde e de forma alguma combina com uma prática esportiva saudável. Segundo Nagamini (2000, p. 43), a linguagem da propaganda é essencialmente persuasiva, pois sua finalidade é vender serviços, idéias, imagens, etc. Neste caso fica claro que a idéia difundida ali é de passar uma falsa imagem de que um fumante também pode estar ligado a uma prática “saudável” que é o esporte.

As vésperas de o Brasil entrar na era da tecnologia da TV Digital, há uma proposta do Ministério das Comunicações de iniciar as transmissões para a cidade de São Paulo em dezembro de 2007 e até o fim do ano seguinte para as 14 principais capitais no país, estendendo-se, nos anos seguintes, as demais cidades brasileiras, com a previsão de, em 7 anos, ter o sistema totalmente operante no país.

Este sistema promete mais qualidade de imagem e som e o que é melhor, segundo seus defensores, uma maior interatividade e controle por parte do telespectador, além de maiores possibilidades de transmissão de TVs abertas, facilitando a criação de canais universitários, comunitários, educativos e outros diversos de interesse público.

Provavelmente esta nova tecnologia dará mais autonomia ao telespectador, podendo ele controlar melhor o que assiste, pois como citado acima, haverá outras possibilidades de assistir televisão aberta, diferente do quadro atual que é a predominância das TV's Comerciais.

Esta discussão ainda é muito incipiente, é preciso que a sociedade se posicione e tenha voz diante desta questão, para que a TV Digital não se torne tira, instrumento de alienação e de dominação pelos poderosos conglomerados de comunicação existentes no país.

Então tem a escola essencial papel de levantar a questão junto a seus alunos, fomentando o debate e mobilizando a sociedade civil, juntamente com outros grupos organizados como Universidades, associações, sindicatos e entidades diversas que queiram uma programação televisiva de melhor qualidade.

Esporte, Mídia e Globalização

O fenômeno esportivo é algo que se faz presente em diversos setores sociais e culturais, seja nas quadras esportivas, nos estádios de futebol, em campeonatos dos clubes e associações, no campo de barro da favela, nas conversas em mesas de bares, nas propagandas, nas programações televisivas, etc. Desse modo, é fato que para o esporte não há fronteiras, especialmente, quando se pensa no processo de globalização em curso, no desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação de massa e das novas tecnologias. Também, pode-se dizer que do mesmo modo que existe uma indústria cultural⁴ tal qual descrita por Adorno & Horkheimer (1991), há uma indústria do espetáculo esportivo.

4. - A idéia de “indústria cultural” traduz-se como um produto da violência da sociedade capitalista que canalizou os seres humanos a um consumismo exacerbado de diversos produtos, onde a imitação e a reprodução assumem um caráter absoluto e dominante. Consultar Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Tradução de: Guido Antonio de Almeida.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o esporte sob a ótica do espetáculo, incorporou e ainda representa algumas características da indústria cultural, a saber:

“A indústria cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a performance tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da Idéia e com essa foi liquidada. (Adorno & Horkheimer (1985, p.118).

Tais características estão relacionadas ao esporte, especialmente na sua forma competitiva, de alto rendimento e de resultado. Se tais elementos podem ser usados para criticar o esporte, com apoio na perspectiva reprodutora, consumista e ideológica, chama-se atenção que o entretenimento e os elementos da indústria cultural já existiam muito tempo antes dela e a atitude do público que, pretensamente e, de fato, a favorece é uma parte do sistema, não sua desculpa (Adorno & Horkheimer ,1985, p.115, 126).

Um fenômeno central a ser discutido aqui é o da globalização do esporte. Nesta perspectiva de análise é necessário pensar, também, no papel da mídia, como contribui e como se opõe a esse avanço global. Teria a mídia um papel de simples divulgadora dos ideais da globalização ou de discutir imparcialmente a questão?

Sem ter aqui a pretensão de escrever um tratado sobre o processo de globalização, faz-se importante apenas apresentar um conceito genérico, vez que sua própria origem tem sido objeto de controvérsias entre historiadores e estudiosos. Desse modo, independente de sua gênese, a globalização pode ser entendida como um período único na história, que se caracteriza pela acentuação da circulação do capital mundial, aumento do consumo global e aproximação das culturas, num movimento tendente à homogeneização da cultura e detrimento das culturas regionais.

Uma visão esclarecedora sobre o processo de globalização é a do grande sociólogo Octávio Ianni (1996, p. 11), quando apresenta seu conceito:

“A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação”.

É certo que os estudos sobre a globalização trazem visões distintas sobre esse fenômeno. Para Santos (2000, p. 65), “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”.

Sua influência no contexto midiático está diretamente relacionada à oligopolização das mídias. Acerca dessa questão, Moraes (1998, p.59), em seu estudo “Planeta Mídia”, traça um interessante relato das mega fusões de empresas de informática, comunicação e telecomunicação no mundo todo, diz ainda que:

“A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulamentações, peças su´pressar de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos. Na base da “flexibilização dos investimentos empresariais” (...), a realização de lucros implica maior acumulação de capital ao menos cuso possível. O que pressupõe: a) amplos mercados consumidores; b) concorrência intensa entre um numero cada vez menor de megagrupos, constituídos por fusões e incorporações de empresas produtivas já existente; c) reformulação estratégica das corporações transnacionais, que passa a centralizar as funções de decisão e os planos de inovação, ao mesmo tempo em que coordenam a dispersão das operações comerciais e industrias”.

Ao retomar as teses da indústria cultural a partir da banalização da produção, a reprodução e o consumo inadvertido, Chauí (2006, p. 29, 30) aponta algumas maneiras de atuação dessa indústria, a saber:

“Em primeiro lugar, separa os bens culturais por seu suposto valor de mercado: há obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa. Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite “cultu” e massa “inculta”.

Em segundo, cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, cada um escolhendo livremente o que deseja, como o consumidor em um supermercado. No entanto, basta darmos atenção aos horários dos programas de rádio e televisão ou ao que é vendido nas bancas de jornais para vermos que as empresas de divulgação cultural já selecionaram de antemão o que cada grupo deve ouvir, ver ou ler(...).

Em terceiro lugar, inventa figuras chamadas ‘espectador médio’ ‘ouvinte médio’ e ‘leitor médio’, aos quais são atribuídos certas capacidades mentais “médias”, certos conhecimentos “médios e certos gostos “médios”, oferecendo-lhes produtos culturais “médios”. O que significa isto? A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agrada-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, trazer-lhe informações novas que perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência o que ele já sabe, já viu, já faz. A “mídia” é o senso comum cristalizado, que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

Em quarto lugar, define a cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que todos o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho criador e expressivo da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não tem interesse não “vende”. “Massificar é assim, banalizar e divulgar a cultura, despertando interesse por ela, a indústria cultura realiza e vulgarização das artes e dos conhecimentos.”

Portanto, pode-se sugerir que faz parte desse receituário de regulações, o controle sobre o trabalho e a própria transformação do corpo em uma mercadoria a partir da mídia.

Ainda, segundo Chauí (2006, p.35) a expressão comunicação de massa, foi criada para se referir a objetos tecnológicos capazes de transmitir a mesma informação para um vasto público ou para a massa. Refere-se ao rádio e ao cinema, pois a imprensa escrita pressupõe a necessidade de pessoas alfabetizadas.

A mesma autora, em seu livro “Simulacro e poder: uma análise da mídia” (2006), traça um interessante relato sobre os meios de comunicação de massa, destacando a propaganda, o rádio e a televisão. Entende que a palavra propaganda deriva-se do verbo propagar, que quer dizer multiplicar uma espécie por meio de reprodução, espalhar-se por um território, aumentar numericamente por contágio, irradiar-se, difundir-se e, por extensão, divulgar.

Já com o acirramento da concorrência entre empresas e produtos e com o advento da sociedade pós-industrial, a ênfase passa a ser no consumismo imediato, pois os produtos já não tem a mesma durabilidade, o que prevalece é o consumo rápido, o produto da moda de hoje já não é o mesmo da de ontem. Portanto, a propaganda comercial passa a operar no despertar do desejo que ela realiza: sucesso, prosperidade, segurança, juventude eterna, beleza, atração sexual, felicidade. Ou seja, a propaganda passou a vender imagens e signos e não as próprias mercadorias. Tal fato, também, assume significação relevante no esporte, no comércio de indumentárias, material esportivo e consumo de espetáculos, etc.

Como o rádio a televisão é outro meio de comunicação à distancia com possibilidades jornalísticas, porém, com a vantagem de inserção da imagem. Na perspectiva da indústria cultural a televisão e o rádio, operam segundo a lógica do mercado de entretenimento e da propaganda comercial. A programação, por exigências comerciais, se divide em programas destinados a classes sociais distintas: crianças, adultos, donas de casa, adolescentes. Em outras palavras o patrocinador não interfere apenas no intervalo comercial, a forma e o conteúdo do programa já exprimem a exigência do patrocinador.

Outro aspecto a ser considerado na análise de Chauí (2006) é a questão da destruição da capacidade de concentração e a infantilização que conduzem a um outro efeito: o estímulo ao narcisismo. As imagens e mensagens são produzidas e transmitidas para repetir sempre a mesma mensagem; “eu sou você”. De maneira que a TV não é só o mundo, é também o sujeito, oferecendo um imenso espelho, no qual devemos ver nossa própria imagem que parece estar ali refletida, mas na verdade foi propositalmente produzida, para causar efeito de identificação narcisista.

Nesta ótica narcisista e do consumo da imagem, acredita-se que a competição esportiva possui mais apelo junto às transmissões pela televisão do que outras práticas corporais que envolvem atitudes de cooperação e solidariedade entre os indivíduos. Basta ver, por exemplo, que uma partida de futebol ou um jogo de voleibol tornam-se mais importantes que assuntos como saúde, educação e meio-ambiente etc.

O processo de mundialização da cultura é um fenômeno social e de acordo com Ortiz (1994) brinda um conjunto de manifestações culturais. Dentre essas manifestações inclui-se o esporte e suas formas de espetáculo e telespetáculo.

Segundo Pires (2002, p.59), “os fenômenos da globalização da economia e a mundialização da cultura tem como pressuposto a transformação dos bens culturais em mercadorias ou bens simbólicos, e a sua disponibilização aos mercados consumidores mundiais através das novas tecnologias a serviços dos aparatos da mídia”, contudo é possível perceber como se o esporte inserido neste contexto, com sua adesão às normas da indústria cultural, se torna mercadoria de consumo dos eventos esportivos, tendo a televisão como mídia central. Afinal, por estar cada vez mais integrada ao cotidiano, por intermédio do seu discurso apoiado numa linguagem audiovisual, a mídia nos transmite informações, alimenta nosso imaginário e constrói uma interpretação do mundo.

No campo da cultura corporal do movimento a atuação da mídia é crescente na construção de novos significados de

entretenimento e consumo. O esporte, as ginásticas, a dança e as artes marciais, tornam-se, cada vez mais, produtos de consumo. Os jornais, revistas, vídeo-game, rádio e televisão, difundem idéias sobre a cultura corporal de movimento e o público infantil e adolescente tornam-se, precocemente, consumidores desse produto. O esporte espetáculo seduz os torcedores não só nos estádios e quadras, mas, principalmente, pela televisão, quando se converte em telespetáculo.

Segundo Pires (2002, p.77), “com a aplicação de novas tecnologias de comunicação no campo da transmissão eletrônica do esporte, o espectador, presente no local da disputa e o telespectador, que assiste pela televisão, consomem espetáculos diferentes”. A televisão, apoiada nos diversos recursos técnicos, pode fazer existir um processo de mediação entre a realidade e a imagem, que envolvem a seleção e edição dos fatos e cenas, buscando uma maior espetacularização motivada pelo lucro. Para ela não importa tanto o conteúdo e sim a forma de mostrar o esporte.

O *close*, a câmara lenta, o replay, as mini-câmeras acopladas nos capacetes e outros recursos são utilizados para uma maior realidade das imagens. Entre a intenção de quem veicula a imagem e o efeito que ela produz, existe o telespectador dotado de diferentes níveis capaz de gerar diversas interpretações, este é o principal alvo da mídia, pode ele ser um mero telespectador e consumidor de informações e produtos, porém por também ser ele um agente crítico capaz de filtrar o que lhe é transmitido.

O esporte transforma-se no centro das atenções da mídia enquanto notícia, transmissão de eventos ao vivo ou simplesmente como tema nos anúncios publicitários, nos quais a mídia vende a si mesma e uma infinidade de produtos, ligados ou não ao esporte. O esporte está nas novelas, nos desenhos animados, nos seriados, nos programas de auditórios e até no cinema. Nas propagandas é invocado para vender jornal, remédio, automóvel, refrigerante e assim por diante. Trata-se um fenômeno que possui um poder de seduzir, pois sua essência já enseja espetáculo, em especial pela imagem, simulacro e formas como aparece nas telas da TV.

Considerações Finais

Diante do exposto, no presente capítulo é evidente a existência de uma vinculação do esporte com a mídia, em especial, com a televisão. Os argumentos e teorias aqui apresentados indicam que os fenômenos esporte e mídia são indissociáveis.

A televisão constitui um tipo especial de mídia que expõe e converte o esporte espetáculo em telespetáculo, o que contribui para o alcance e significação social de competições esportivas, jogos e grandes eventos mundiais junto às massas.

Nesta perspectiva, constituem referenciais de análise o processo de globalização e a retomada da concepção de Indústria Cultural, onde o esporte é inserido na lógica de mercado. Nesse caso, é apresentado na TV como um produto capaz de divulgar marcas, produtos e é, por si próprio, um produto que é vendido para telespectadores, sob a forma de passatempo, divertimento e cultura.

Não há como abstrair da mídia televisiva o interesse no fenômeno esportivo, vez que este confere uma audiência massiva que se traduz em rentável fonte de lucros. Afinal, hoje, não existe apenas a televisão convencional cotidiana, mas também a TV a cabo. As transmissões de grandes eventos mundiais como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos é o grande indicador de que o esporte interessa a pessoas no mundo inteiro.

Nas entrelinhas de algumas teorias debatidas ao longo do texto, sugere-se uma atitude crítica e reflexiva acerca da redução do esporte à lógica econômica, ao simulacro e ao poder da globalização. Essas posturas críticas constituem um alerta aos educadores físicos que lidam com o esporte na escola, no sentido de levarem em conta o caráter contraditório, com que a mídia televisiva veicula as mensagens esportivas, de modo a não contaminar a cultura escolar com os apelos do mercado e da transmissão ideológica por intermédio de imagens e discursos contrários à formação de educandos para a vida.

É fato que o esporte de rendimento (ou de alto-rendimento) é dotado de grande poder econômico, tem a televisão como

uma de suas principais parceiras de divulgação e de acumulação de capital. Nessa lógica de acumulação, criaram-se diversos heróis ou mitos do esporte, tidos como modelos de comportamento, de ascensão social, “garoto pobre que saiu da favela e tornou-se ídolo do esporte, ganhou muito dinheiro, ficou rico”. Isso é explorado pela mídia como uma das grandes características do esporte, porém, a história do garoto pobre que após diversas frustrações e decepções em busca do sonho de ser um grande jogador, abandona o esporte e torna-se vítima do tráfico de drogas, fica restrita a reportagens isoladas, parecendo isso ser a exceção e não a regra.

Cabe ressaltar, ainda, que o esporte está entre os diversos bens e produtos culturais que, com a globalização, tem sua expansão na ordem mundial e, conseqüentemente, a sua diminuição de fronteiras. Possui uma linguagem simples e uma cena pronta, o que facilita o seu entendimento. Com isso, este fenômeno incorpora-se, com certa facilidade, a lógica do mercado.

Hoje, o mercado do futebol movimenta mundialmente grandes cifras nas suas diversas transações comerciais. Jogadores de futebol brasileiros são comercializados por diversos times pelo mundo afora, passando pela Europa, Japão, Oriente Médio entre outras localidades. O comércio de jogadores, como se fossem mercadoria, tornou-se “normal”.

Transações milionárias de grandes jogadores de futebol comumente veiculadas pela mídia, falseiam uma realidade nada “glamorosa” de outros que saem do país com a falsa promessa de jogar e ganhar muito dinheiro lá fora, porém, ao chegar em alguns países, percebem que a realidade é outra, condições subumanas de trabalho e excesso de treinamento, salários baixos, ou ainda quando não são abandonados e tendo que viver em condições de miséria em um local estranho a sua cultura e a sua origem.

A máscara de globalização faz com que tudo seja belo, que a sociedade em ordem mundial só teria a ganhar com a expansão do mercado e da economia mundial. Nesta lógica, o consumismo se incorpora de forma crescente. O esporte se

insere como um excelente “garoto propaganda”. Como é um fenômeno visto e praticado por multidões em todo o mundo, aproveita-se dessa popularidade e além de se tornar mercadoria, é utilizado para venda de produtos, pois sua imagem é associada à saúde, à beleza, à competência, ao divertimento, e a outras virtudes diversas.

Finalmente, o estudo aqui apresentado não teve a pretensão de esgotar ou dar uma palavra final à relação entre a mídia e o esporte. Trata-se, apenas, de uma análise que levou em conta alguns pontos de vista teóricos, os quais servem como contribuição a estudos e debates sobre o campo esportivo e campo midiático, ou, antes, apontar elementos iniciais a serem considerados na atuação da mídia esportiva.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. Tradução de: Guido Antonio de Almeida.

BETTI, Mauro. *A Janela de Vidro: Esporte, Televisão e Educação Física*. 1997. Teses (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

_____, Mauro. *A Janela de Vidro: Esporte, Televisão e Educação Física*. Campinas - SP: Papyrus, 1998.

_____, Mauro. Imagem e Ação: A Televisão e a Educação Física Escolar. In: BETTI, Mauro. *A janela de vidro:(Tese de Doutorado em Educação Física)*. Universidade Estadual de Campinas – SP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder: uma Análise da Mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COLEMAN, John A. (Org). *Sociologia da Religião*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

ECO, Humberto. *Apocalípticos e Integrados*. 6 ed. - São Paulo-SP: Perspectiva, 2004.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KUNZ, Eleonor. *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte*. Ijuí-RS: Ed. Unijui,

MARCHI JR., Wanderley. O Processo de Ressignificação do Voleibol a Partir da Inserção da Televisão no Campo Esportivo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas-SP: Autores Associados, v.26, n.2, p. 149-162, 2005.

MORAES, Denis de. *O Planeta Mídia: Tendências da Comunicação na Era Global*. Campo Grande: letra livre, 1998.

PENTEADO, Heloisa D. *Televisão e escola: Conflito ou Cooperação?* São Paulo-SP: Cortez, 1991.

PIRES, Giovani de Lorenzi. *Educação Física e o Discurso Midiático: Abordagem Crítico-Emancipatório*. 2001. Tese (Doutorado em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

_____, Giovani de Lorenzi. *Educação Física e o Discurso Midiático: Abordagem Crítico-Emancipatório*. Ijuí-RS: Unijuí, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PARTE III

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO V

ESPORTE, LAZER E CONTROLE SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA
"ESPORTE À MEIA-NOITE"
EM PLANALTINA - DF

Danilo Mota Vieira
Aldo Antonio de Azevedo

Introdução

O presente capítulo foi elaborado a partir de pesquisa realizada durante o ano de 2006 que também serviram para fundamentar a elaboração de um trabalho de conclusão de curso¹. O foco da pesquisa se concentrou nos temas do esporte, lazer e educação, num contexto de re-inserção social ou de recuperação de jovens em situação de risco. A intenção central foi analisar o esporte de lazer ou lazer-esportivo (lazer que se utiliza dos conteúdos do esporte e de práticas esportivas), enquanto categoria educativa, ou seja, suas possibilidades e seu alcance enquanto prática pedagógica no sentido de resgatar ou, antes, evitar e prevenir que jovens em situação de carência se tornem vulneráveis à práticas criminosas como o consumo e o tráfico de drogas. Desse modo, a pesquisa analisou um programa da Secretaria de Segurança Pública (SSP), do Governo do Distrito

1. Vieira, Danilo M. *Esporte, lazer e controle social: o contexto do Esporte à Meia-Noite em Planaltina – DF*. Monografia de Graduação, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB, 2006.

Federal (GDF), que tem como objetivo dar assistência a crianças e adolescentes e diminuir a criminalidade juvenil através do incentivo à prática de esportes: o “Esporte à Meia-Noite” (EMN).

O referido programa foi idealizado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e teve início em 1999 na cidade de Planaltina (hoje já se estendeu para Ceilândia, Samambaia e mais recentemente para o Gama), com a finalidade de “afastar os jovens das ruas no período noturno”, logo após o término das aulas nas escolas da rede pública. No atendimento, o programa disponibiliza ônibus fretado, lanche gratuito, uma escola aberta para a prática de esportes das 23 horas às 02 horas, com segurança de policiais e bombeiros militares, além de monitores. O decreto nº 20.610 de 20/09/99, que cria o projeto, prevê ainda o acompanhamento de profissionais da área de educação física e de apoio pedagógico e psicossocial.

Segundo Nunes (1985) ², um dos primeiros pedagogos a utilizar o esporte como instrumento educativo foi o inglês Thomas Arnold no Século XIX na Inglaterra. Sua ação foi introduzir a prática esportiva nas escolas públicas da aristocracia inglesa (*Public Schools*), com o intuito de canalizar energias excedentes para uma atividade física. Deve ficar claro, no entanto, que tais escolas não se assemelhavam às escolas públicas existentes em nosso país, pois constituíam espaços da aristocracia e não da população em geral. No Brasil, a Lei 5.692, de 1971, estabeleceu como obrigatória a inclusão da educação física como complementação curricular, com o objetivo de desenvolver as potencialidades das crianças, “no intuito de proporcionar-lhes atingir a plenitude de suas capacidades e aptidões física, artística, moral e intelectual”³.

Vários autores afirmam aquelas que seriam as propriedades ou valores positivos do esporte. Estadella (1980)⁴, por

2. Nunes, Marcomede Rangel, *Esporte: instrumento de dominação pedagógica*, 1985.

3. *Ibid.*

4. Estadella, Antonio Franco. *Esporte e sociedade*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1980. 144p.

exemplo, ao compreender o esporte como uma atividade socializante que promove o equilíbrio mental (incluindo aqui o efeito sobre a auto-estima, a autoconfiança e autonomia), é útil para as relações do indivíduo com o meio, incentiva positivamente boas relações coletivas e é um bom canalizador de instintos, além de refletir o chamado espírito esportivo (*fair play*, respeito ao adversário, coletivismo). O autor atribui, ainda, a assimilação de certas regras (que norteiam qualquer prática esportiva coletiva), como a aquisição de virtudes cívicas, que ele denominou como “fundamento psicológico de uma sociedade democrática”.

Uma importante obra dentro deste contexto da relação entre esporte e educação, que guarda interfaces com o presente estudo, é o livro de Alba Zaluar, *Cidadãos não vão ao paraíso*⁵. Neste livro, o esporte já não é mais encarado dentro da perspectiva da educação formal. A autora pesquisa a situação de um programa não estatal no Rio de Janeiro, na década de 80, em áreas carentes da cidade, que visava, além de oferecer esporte enquanto lazer, capacitar os jovens para uma possível profissionalização. Zaluar enfatiza o esporte e o lazer como reivindicações prioritárias por parte das comunidades analisadas e mostra como um programa voltado ao estímulo à prática de esporte é de fácil aceitação e penetração em comunidades pobres.

No que se refere à relação entre lazer e educação Parker (1978), no contexto formal do ensino, recorre a uma afirmação de Reynold Carlson, que diz: “a aprendizagem é mais rápida e duradoura se for agradável e satisfatória em si mesma, e as melhores experiências educacionais assumem uma natureza lúdica” (Reynold Carlson apud Parker, 1978, p.112).

Rondon (2003)⁶, por sua vez, trabalha com a idéia de educação fora do contexto escolar ou formal e apóia-se na noção de educação para a cidadania, de Paulo Freire⁷ (que tem por

5. Zaluar, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: SP, Editora Escuta, 1994.

6. Rondon, Lucila S. M. *Participação e cidadania: o esporte e a educação em contexto comunitário*. Tese de mestrado, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, UnB, 2003.

7. Freire, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

objeto formar um sujeito ativo e crítico), tendo como conceito chave a participação. A intenção da pesquisadora é mostrar a possibilidade de utilizar as características e os valores positivos do esporte (ludicidade e espírito esportivo) aplicando-o à noção de formação para a cidadania.

Também Mascarenhas (2004, p.13)⁸ segue essa linha e advoga um lazer interventor, ao refletir sobre uma realidade excludente e desigual. O autor sugere que “podemos pensar em possibilidades de intervenção no campo do lazer que apontem para a organização e resistência dos grupos sociais e populares, reafirmando, assim, os princípios de uma sociedade mais fraterna, com respeito, dignidade e justiça social”.

Neste sentido, o autor acima identifica o lazer “como força reorganizadora da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, valores e condutas para o convívio entre os homens”. Também, como tempo e lugar de construção da cidadania e exercício da liberdade (Mascarenhas, 2004, p.13). Ao aprofundar os estudos sobre lazer e compreendendo sua relação com a educação popular, o autor pensa a necessidade de desenvolver programas, propostas e novas políticas de lazer, com e para grupos constituídos, principalmente, por crianças e adolescentes em situação de risco – sempre procurando construir articulações entre lazer, participação, cidadania e transformação social.

O que se pode perceber é que há, em princípio, uma relação positiva entre esporte, lazer e educação. O esporte enquanto atividade lúdica, dotado de certos valores e características, que reproduz valores éticos, de respeito, de coletivismo, solidariedade e amizade, que pode atuar como instrumento pedagógico de formação de cidadania ou de recuperação de jovens em situação de risco, diante da criminalidade e do uso de drogas.

O programa EMN possui como objetivo geral, desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas para adolescen-

8. Mascarenhas, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

tes com a finalidade de diminuir a criminalidade juvenil; ou ainda, combater, de forma preventiva, a criminalidade juvenil por meio do desenvolvimento de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer, destinadas à expressão de seus valores culturais e voltadas à construção de sua cidadania⁹. Esse é o discurso oficial do programa.

A partir deste discurso, a presente pesquisa assumiu um duplo recorte: a) por um lado, uma análise do programa, idealizado pela SSP, ou seja, uma ação num contexto de política pública voltada para a segurança, com destaque para o uso do lazer por parte do Estado, procurando refletir sobre essa relação entre lazer e proteção social, lazer e violência, ou ainda, lazer e controle social, ou seja, um programa social onde o lazer é “secundarizado” enquanto proposta de política. Desse modo, cabe ressaltar que se as relações positivas entre esporte, lazer e educação são verificadas no programa e se este atinge seus objetivos propostos; b) por outro lado, com apoio em Gutierrez (2001, p.2), para quem “a grande contribuição possível da pesquisa sobre lazer está no fato de este objeto referir-se à busca pessoal do prazer e colocar a questão da individualidade no centro da análise”, a pesquisa buscou refletir sobre o EMN enquanto espaço dessa busca, por intermédio do lazer. Desta maneira, a análise se recai sobre o significado do EMN para o lazer dos usuários, ou seja, enquanto uma opção de lazer, uma ação estatal de promoção do acesso ao lazer, partindo da premissa que o lazer é um direito social.

Considerando o duplo recorte acima, pode-se apontar as seguintes questões: Qual a relevância do esporte e do lazer, ou lazer-esportivo, no cotidiano dos adolescentes usuários do programa? E, assim, qual a relevância de um programa que oferece lazer diante de um contexto marcado pela pobreza e violência? Neste sentido, o lazer surge enquanto intenção finalística e não secundária.

9. As referidas orientações foram extraídas do site www.ssp.df.gov.br.

Este estudo, portanto, reforça a discussão do lugar das políticas públicas para o lazer, seu espaço ou prioridade de implementação, os usos dessas políticas pelo estado e busca refletir sobre as representações sobre o lazer num grupo social específico em um contexto específico: um bairro carente numa cidade do Distrito Federal.

Ao longo do ano de 2006 foram realizadas entrevistas em profundidade com a equipe de professores, monitores e policiais responsáveis pelo núcleo situado na Vila Buritis, cidade de Planaltina – DF. Além dessas entrevistas, o campo envolveu aplicação de 27 questionários com os jovens usuários do programa. O ano de 2007 se iniciou com um novo governo, e assim, com uma nova coordenação. A mudança de gestão não causou o fim do programa, e uma entrevista em profundidade foi realizada com o atual coordenador, complementando o primeiro campo e com a finalidade de discutir a continuidade do programa.

Políticas Públicas para o Esporte e Lazer: o direito e as ações

Ao se discutir o tema de políticas públicas para esporte e lazer, antes de mais nada, se evidencia a esfera ou o papel do estado, ou ao que o estado se propõe, na promoção ou formulação de planos, ações e programas para essas áreas. O lazer se insere, enquanto direito social, no artigo 6º da Constituição Federal de 1988¹⁰. Mas é dentro do artigo 217 que mais se enfatiza e se evidencia qual seria o papel do Estado no fomento às práticas de esporte e lazer. Destaca-se, no inciso II deste artigo, o comprometimento do Estado na destinação de recursos públicos para a “promoção prioritária” do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto-rendimento. O parágrafo 3º deste mesmo artigo declara o papel do poder público no incentivo ao lazer, como forma de promoção social.

Rodrigues (1997)¹¹ ao apresentar a experiência das políticas públicas para o lazer e o esporte em Porto Alegre, afirma

10. BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

11. Rodrigues, Rejane P. *Lazer numa perspectiva cidadã – a experiência de Porto Alegre*. 1997.

um descomprometimento por parte dos governos no que diz respeito a ações nesses setores. Para a pesquisadora, as políticas voltadas para o setor do esporte, por exemplo, visam a busca permanente da seleção dos melhores, trabalhando a exclusão dos menos qualificados, sendo o esporte utilizado de maneira alienante, populista e eleitoreira. Nessa investigação, verificou-se que as poucas ações se concentram predominantemente no esporte de alto-rendimento ou da alta-competição (a exemplo do Bolsa Atleta) e mais raras, para a difusão do lazer e da prática esportiva lúdica em outros espaços sociais¹².

Há que considerar, ainda, como uma das situações conjunturais que reforçaram este direcionamento das ações, que o ano de 2007 teve como grande marco, a realização dos jogos Pan-Americanos, na cidade do Rio de Janeiro, evento que consumiu um grande montante de recursos públicos (das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal) – e que inclusive no momento está em via de formalização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para averiguação das contas, em razão de denúncias de superfaturamento financeiro. Num segundo momento, a decisão da FIFA (Fédération Internationale Football Association) em sediar a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, outro evento de maior porte, que provavelmente dependerá de mais investimentos públicos.

A definição de programas e ações voltados para a área do lazer pressupõe a idéia de que este é um direito social. Filho (1999)¹³ parte da compreensão que a discussão sobre o exercício de cidadania está diretamente relacionado à existência e o acesso às políticas públicas em todas as suas possibilidades de manifestações, incluindo também o lazer e o esporte. Vera Telles, ao discorrer sobre direitos sociais, pondera: “seria possível dizer que os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade

12. Como o tema central volta-se para o lazer esportivo, as ações voltadas para outras manifestações do lazer não foram incluídas nesta análise.

13. Filho, José Ribamar P. *Políticas Públicas nas áreas do lazer e do esporte, movimentos sociais e cidadania: um estudo sobre a região de Leopoldina*. 1997.

regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (1999: 138). Pensar em política pública e em suas formas de ação ou implementação, que envolvem programas, projetos, ações educativas, é reconhecer, portanto, a necessidade de intervenção diante de alguma necessidade, reconhecer carência em algum setor. O lazer, assim, entendido no âmbito de direito social, é percebido como demanda legítima de alguns segmentos.

Em relação a essa perspectiva, Zaluvar (1994, p. 61)¹⁴ observa em suas pesquisas que em todas as localidades visitadas, as associações de moradores queriam e lutavam pela construção ou melhoria de uma área de lazer. E mais, nessas áreas, o esporte sempre ocupava um espaço privilegiado: “essa área de lazer quase que se confunde com a construção de uma quadra de esportes”. Essa constatação pressupõe o interesse e a intencionalidade de luta por espaços de lazer por segmentos da população mais carente, como um direito social a ser resgatado e garantido.

O que estes autores destacam é que a reflexão sobre a implementação de políticas públicas para o lazer, contribui para a percepção da necessidade de, cada vez mais, se buscar políticas pautadas numa perspectiva intersetorial. Neste sentido, Gutierrez (2001, p. 113) argumenta que “a melhoria da qualidade de vida da população, depende de uma política pública bem articulada, na qual seus diferentes aspectos sejam tratados de forma a que se auxiliem e se potencializem mutuamente, num efeito de sinergia cujo resultado final será maior que a soma das partes”. O autor aponta para a possibilidade de articulação entre lazer e segurança pública, por exemplo, observando, sobretudo, a questão da família:

“numa perspectiva um pouco menos tacaña, poderíamos acrescentar os ganhos nas dimensões familiar e comunitária. A desagregação da estrutura familiar acarreta efeitos perversos nos mais diferentes aspectos da vida social, principalmente nos setores mais baixos da pirâmide econômica.

14. Zaluvar, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. 1994.

Uma política de lazer devidamente direcionada e adequada às necessidades de seu público incentiva a manutenção de mecanismos de solidariedade que podem evitar, ou atenuar, os riscos de esgarçada do tecido social, com todas as conseqüências nefastas que daí advêm.”(Gutierrez, 2001, p.114).

Portanto, políticas públicas para o esporte e para o lazer devem ser pensadas, visando ações, cada vez mais, articuladas com questões prioritárias da vida social. Para tal, essas políticas podem e devem se orientar pelo potencial do lazer, da necessidade de promoção ao seu acesso e da facilidade de relacioná-lo às demais esferas tais como: saúde, educação, segurança, trabalho.

Assim, pode-se pensar em duas maneiras de conceber o lazer enquanto objeto de políticas: o lazer entendido enquanto finalidade, como alvo final das ações e como objetivo secundário, utilizado como meio. Essa reflexão é feita a seguir, por intermédio da leitura do EMN como política pública.

EMN: política pública para segurança ou para o lazer?

Costa & Vasconcelos (2005)¹⁵ apresentam alguns dados sobre a violência no Distrito Federal (a partir das estatísticas de mortalidade do Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Mortalidade, 2002) e refletem sobre a distribuição espacial dos índices. Os autores percebem que, no Distrito Federal, território caracterizado pela evidente segregação espacial – ou ainda, marcado por uma clara política urbana voltada para este objetivo – os níveis e tendências da mortalidade por homicídios se concentram, sobretudo, nas regiões mais carentes. Os pesquisadores advertem para a possibilidade equivocada de vinculação da violência às classes mais pobres – uma atribuição

15. Vasconcelos, Ana Maria N. & Costa, Arthur: *Demografia da Violência no Distrito Federal: evolução e características*. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

direta de causalidade entre pobreza e violência – e afirmam que a explicação da violência deve considerar vários níveis de determinantes de forma integrada: nível estrutural, institucional, interpessoal e individual.

“Os segmentos de mais baixa renda são os mais expostos à violência e à mortalidade por essa causa, entretanto, isso não nos permite afirmar que o nível de renda explique isoladamente o fenômeno. De caráter multifacetado, os determinantes da violência devem ser entendidos sob uma perspectiva multidimensional.” (Costa & Vasconcelos; 2005, p.45).

Os dados apontam que aquelas regiões com menor renda familiar, caracterizadas pela vulnerabilidade e acesso precário aos equipamentos de infra-estrutura urbana (educação, saúde, transporte, habitação, lazer, e ainda, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho) apresentam as maiores taxas de homicídio. Paranoá, Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia, Brazlândia e Planaltina são as Regiões Administrativas com maiores índices de homicídios.¹⁶ Alguns dados apresentados pelos autores demonstram o perfil das vítimas de homicídio (1999-2001): 92,7 % eram homens, sendo que a faixa etária dos 15 aos 40 anos de idade representava mais de 80%.

O EMN ao ser idealizado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, surge como uma ação voltada para o controle da criminalidade juvenil de forma preventiva. Steinberger & Cardoso (2005)¹⁷ destacam, a partir de uma análise do discurso do poder executivo do GDF¹⁸, que o modelo de segurança pública no Distrito Federal ainda é caracterizado por uma presença forte de um Estado-Polícia.

16. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes: Paranoá (54,1), Samambaia e Recanto das Emas (44,1), Ceilândia (43,7), Brazlândia (43,3) e Planaltina (43,0). C.f. Vasconcelos, Ana Maria N. & Costa, Arthur: Demografia da Violência no Distrito Federal: evolução e características. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005. p. 45.

17. Steinberger, Marília. & Cardoso, Ana Izabel: *A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado*. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

18. Análise da Lei nº 2997/2002 que reestruturou a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) complementada por informações obtidas no *site* da Secretaria.

Wacquant (2001, p. 40) descreve o “Tolerância Zero” como um instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária sobre a pobreza, pautada na penalização e criminalização da miséria. O autor lembra que este modelo foi defendido, utilizado em campanha política e implementado pelo ex-governador Joaquim Roriz. Wacquant entende o Tolerância Zero como um modelo com objetivos político-midiáticos no qual “os ‘maus pobres’ devem ser capturados pela mão (de ferro) do Estado e seus comportamentos corrigidos pela reprovação pública e pela intensificação das coerções administrativas e das sanções penais”.

As autoras citadas anteriormente, Steinberger & Cardoso (2005), admitem que o EMN, juntamente com outros dois programas comunitários idealizados pela SSP-DF, o “Picasso Não Pichava” e a “Companhia de Teatro Pátria Amada”, são programas preventivos, embora pontuais.

Garelli (1983)¹⁹ entende controle social como a capacidade da sociedade se auto-regular. Para o autor, o controle é de dois tipos: externo – sanções e punições (social ou política) contra os indivíduos ou grupos; e interno – recursos utilizados pela sociedade no nível da consciência do indivíduo.

Já Foucault (1979, 2005)²⁰, por sua vez, aborda o conceito de poder disciplinar como um traço marcante da sociedade moderna, uma sociedade disciplinar, na qual os indivíduos crêem que estão permanentemente vigiados – modelo do panoptismo (sistema ou arquitetura de vigilância). Entende-se, portanto, esse poder disciplinar como um conjunto de técnicas e práticas que aumentam a eficiência do controle, da produção, etc.

A idéia de polícia comunitária (inclusive o incentivo ao uso de disk-denúncia, por exemplo) e a manutenção de programas sociais de caráter preventivo tornam-se estratégias de aproximação do Estado junto à comunidade. A presença constante ou a imagem constante da presença dos órgãos de segurança podem reforçar a sensação de controle e vigilância de indivíduos ou grupos nas instituições.

19. Garelli, F. Controle Social. In: Bobbio, Norberto et al, Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1993.

20. Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005, 30ª edição.

Teóricos do lazer ou da Sociologia do Lazer frequentemente afirmam o que seria a visão funcionalista do lazer²¹. Sobretudo no contexto de políticas públicas para o lazer, este seria utilizado para buscar “a manutenção do *status quo*, procurando mascarar essa verdadeira intenção, através de um falso humanismo” (Marcellino, 1987, p.39). Medeiros apud Marcellino (1987), por exemplo, enfatiza a descoberta do lazer pelos que detém alguma parcela de responsabilidade no bem-estar público como um poderoso recurso de ajustamento dos homens. A autora pondera ainda que, as atividades de lazer “ao canalizarem tensões e descargas da agressividade, contribuem para reduzir as transgressões da ordem social, funcionando como válvulas de segurança da sociedade” (Medeiros, 1971, p.118). O lazer como instrumento de controle social e o esporte enquanto difusor de normas e disciplina, constituem uma pedagogia da vigilância.

Verifica-se que esta visão é oposta àquela que defende uma perspectiva emancipatória do lazer. Mascarenhas (2004, p.79) ²² defende o lazer enquanto instrumento pedagógico, onde o “acesso ao lazer, dentro de um ambiente crítico e criativo em que a apropriação do conhecimento se processa na e a partir da prática das atividades”. Entretanto, admite que a maior parte dos projetos “preventivos” baseiam-se em “princípios de ocupação do tempo, revelando, do ponto de vista educativo, certa irrelevância por não se traduzirem em um espaço de verdadeira aprendizagem e conscientização” (2004: 75). Esta parece ser a realidade do Esporte à Meia-Noite: tanto a observação das atividades, do cotidiano do programa, como as entrevistas com a equipe de professores revelam a falta de um planejamento de estratégias pedagógicas. A intervenção é baseada na interação informal, no diálogo entre professor e algum usuário do progra-

21. Consultar Medeiros, Ethel B. O lazer no planejamento urbano. Rio de Janeiro: FGV, 1971; Reiquia, Renato. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980 e Marcellino, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

22. Mascarenhas, F. *Lazer como prática da liberdade*. 2004.

ma. A própria intervenção de assistentes sociais e psicólogos, prevista pelo documento que estrutura o programa, não ocorre de maneira efetiva, apenas difusa e raramente.

O EMN pode ser entendido neste contexto, como um programa que oferece lazer para adolescentes de regiões carentes (em situação de risco, vulnerabilidade, etc.) mantendo-os ocupados no horário das 23 horas às 02 horas, sob o controle ou o olhar de agentes do Estado (policiais, bombeiros e professores da Fundação), visando o controle da criminalidade juvenil. Neste sentido, é muito clara a relação entre lazer e controle social. Dentro do horário noturno, indicado pelos idealizadores do programa como período mais crítico ou propício para a ocorrência de delitos cometidos por jovens e adolescentes, o EMN, enquanto espaço de convívio e lazer, concentraria o público, mantendo-os sob o olhar estatal. O programa por ter um caráter também preventivo e mantido pela SSP, serviria como um meio de aproximação com a comunidade, um mecanismo de melhoria da imagem policial e da segurança pública, em detrimento daquela ligada à repressão.

Em Planaltina, o programa nasce a partir de uma demanda específica: o confronto entre gangues juvenis de alguns bairros da cidade. A análise do espaço urbano da cidade, bem como o processo de sua ocupação é interessante. Planaltina é a cidade mais antiga no território do Distrito Federal. Hoje, a cidade é dividida entre o chamado Setor Tradicional (mais antigo, valorizado e com melhor infra-estrutura) e os demais bairros que nascem e crescem a partir dos anos 80 e que se intensifica nos anos 90 – Jardim Roriz, Vila Buritis I, II (Pombal), III e IV (Buraco Fundo), Arapoanga, Vila de Fátima, Caveral (nome atribuído ao conjunto de habitações próximas ao cemitério). Curiosamente, as gangues envolvidas nos confrontos estão estabelecidas nesses “novos bairros”. O EMN teve início em 1999 e na sua justificativa aparecem os altos índices de crimes, principalmente lesões corporais e homicídios, atribuídos aos confrontos entre as gangues do Jardim Roriz e do Pombal (Vila Buritis II). Atualmente, a cidade conta com um núcleo situado dentro do Jardim Roriz e outro situado entre as Vilas Buritis I, II, III e IV.

Ao que tudo indica, alguns relatos de moradores e usuários do programa, os confrontos ainda persistem (se estendendo inclusive para os outros bairros – Caveral, Buraco Fundo, Arapoanga)²³, mesmo que as taxas de crimes possam se manter estáveis no horário do programa. Qual a melhor maneira de contornar a situação? É claro que um programa que mantém os jovens ocupados não é eficiente - pode até ser eficaz, caso se verifique realmente uma diminuição dos conflitos no horário do programa. Entretanto, não chega a ser eficiente, pois é compensatório, não ataca a raiz do problema, mesmo porque não se sabe qual é essa raiz. O que está por trás desta dinâmica de conflitos entre grupos juvenis? Será que este conflito se estende para outras faixas etárias?

Da mesma forma que Elias (2000), no célebre estudo “Estabelecidos e Outsiders”²⁴, percebeu-se na localidade estudada características semelhantes entre os grupos – mesma classe social, etnia, escolaridade, renda, religião – este parece ser o caso entre os grupos desses diferentes bairros em conflito na cidade de Planaltina. No caso do estudo de Elias, o que estava por trás dos conflitos e da dominação de um grupo sobre outro (representada pela ocupação de posições de poder na comunidade por parte dos estabelecidos) era a questão temporal, ou seja, quem chegou primeiro na região. Esta tese se aplica ao caso de Planaltina? Trata-se de uma questão temporal? O que gera identidade entre os membros de um determinado bairro e é capaz de provocar conflitos com outros grupos? Esses conflitos se estendem aos adultos ou se concentram entre os jovens?

Todo esse conjunto de indagações serve aqui para compreender o conflito e formular uma estratégia de ação mais eficiente, além de proporcionar um bom conteúdo para futuras pesquisas.

23. Um dos entrevistados, monitor do programa, discorreu sobre o assunto. Outros contatos, moradores e usuários do programa, na maioria adolescentes, tanto do núcleo Jd. Roriz quanto da Vila Burity II também falaram sobre o assunto, de maneira informal.

24. Elias, Nibert & Scotson, John. *Os Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Reflexões da Pesquisa de Campo

Como dito anteriormente, a pesquisa buscou algumas reflexões sobre o Esporte à Meia-Noite enquanto espaço de lazer, não apenas no sentido funcionalista ou de controle social abordado anteriormente, mas o lazer enquanto vivência do lúdico, de atividades livres, voluntárias e desinteressadas.

Dumazedier (1973, 1979) descreve o que seriam as funções do lazer. Destaca a função de descanso, a função de divertimento, entretenimento e recreação, e, por fim, a função de desenvolvimento. As duas primeiras funções possuem um caráter mais compensatório, relacionadas, sobretudo, ao trabalho ou ao conjunto das obrigações cotidianas. Como descrito acima, o Esporte à Meia-Noite não possui um planejamento pedagógico, se resumindo a uma intervenção na base do diálogo entre professores e usuários. Acerca destas funções, compartilha-se aqui da idéia de Mascarenhas (2004) de transformar tais programas em verdadeiros espaços de aprendizagem e conscientização. Entretanto, ao refletir sobre a terceira função do lazer, identificada por Dumazedier (1973,p.33-4), relativa ao desenvolvimento da personalidade que “permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão (...); que oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais” e que “suscitará, assim, no indivíduo comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade”, percebe-se, ainda sim, uma possibilidade de vivência positiva no espaço do programa, mesmo porque se trata fundamentalmente de um lazer ativo, o lazer esportivo.

Essa perspectiva apresentada neste momento, que busca o lazer em si, como vivência do lúdico, centrando a análise nos indivíduos, reforça o lazer enquanto direito social. Ou seja, como afirma Telles (1999), é uma questão de reconhecimento do lazer enquanto demanda legítima de alguns segmentos da sociedade.

O acesso ao lazer é diferentemente distribuído na sociedade. A questão econômica pode ser entendida como a principal influência neste sentido, bem como a configuração espacial urbana. Romero (2005)²⁵ aponta alguns dados interessantes sobre o acesso ao lazer no Distrito Federal, considerando a proporção entre a população jovem das diferentes cidades e o número de espaços para lazer: em Brasília, para uma população de 40.944 jovens, existem cerca de 275 espaços para lazer, o que vale uma proporção de 148 jovens por espaço; em Planaltina, tomando a cidade como um todo e considerando a característica mencionada anteriormente, de um bairro melhor estruturado que os demais, para uma população de 16.133 jovens, existem cerca de 37 espaços para lazer, numa proporção de 436 jovens por espaço; em Ceilândia, para apresentar o caso extremo, numa população de 84.388 jovens, existem por volta de 60 ambientes de lazer, numa proporção absurda de 1.406 jovens por espaço para lazer.

Neste quadro, os núcleos²⁶ do Esporte à Meia-Noite podem ser considerados como espaços para o lazer. Mesmo que este lazer sendo aplicado com determinados fins pelo Estado, os núcleos oferecem atividades lúdicas, esportes, aulas de dança. Gutierrez (2001) define o lazer enquanto busca pessoal por prazer. Não há como negar o Esporte à Meia-Noite enquanto ambiente de lazer, que garante o acesso ao lazer, e conseqüentemente, espaço para o tempo livre²⁷, para atividades desinteressadas, para a vivência do lúdico e de atividades que visem a busca de prazer. Além de ser um espaço seguro e gratuito.

25. Romero, Marta. *A violência e as condições degradantes do meio urbano*. Brasília: In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

26. Atualmente, o Esporte à Meia-Noite conta com dois núcleos em Planaltina e um núcleo em Samambaia, Ceilândia e Gama.

27. Como o lazer é fundamentalmente associado ao trabalho, quem não trabalha, seja desempregado ou o caso de crianças e adolescentes, à primeira vista seria excluído do lazer. Dumazedier (1973, 1979) enfatiza na sua definição sobre lazer a oposição deste com o trabalho, mas também ao conjunto das obrigações e necessidades cotidianas (incluindo o trabalho doméstico, atividades de manutenção como comer, higiene, dormir, obrigações religiosas e políticas, e no caso de crianças e adolescentes, a própria escola).

No núcleo da Vila Buritis, na aplicação dos questionários elaborados pelo presente autor, todos os 27 adolescentes que responderam, afirmaram que o programa é uma opção de lazer. Em outra questão, sobre os motivos que os levavam a freqüentar o programa, as alternativas mais indicadas foram: “opção de lazer”, “praticar esportes” e “fazer e encontrar amigos” – todas associadas ao lazer. Poucos indicaram alternativas como: “participar de cursos profissionalizantes” ou o “lanche” (servido gratuitamente ao final das atividades e apontando por alguns monitores e professores como principal atrativo) – alguns usuários do programa até revelaram a importância dos cursos, destacando inclusive a falta desses; seria interessante, portanto, aliar de alguma forma as duas práticas, o lazer e a formação profissional.

Alguns podem argumentar sobre o porquê de tamanha relevância para o lazer. Realmente, à primeira vista, verificam-se demandas mais importantes nestas regiões mais carentes, tais como habitação, alimentação, saúde, educação, transporte, trabalho. Estes são, inclusive, direitos inquestionáveis. Entretanto, compartilho a idéia de se pensar em formulação de políticas numa perspectiva intersetorial, qual seja, a articulação de ações em diferentes setores. Afinal, por se tratar de um programa idealizado pela Secretaria de Segurança Pública, com um objetivo de controle da violência, mas que oferece para isso lazer, o Esporte à Meia-Noite, se configura também como uma intervenção na área do lazer, garante naquele espaço, o seu acesso – ou seja, mesmo que a razão de ser do programa seja explicitamente o controle da criminalidade juvenil, ele parece seguir essa perspectiva de intersetorialidade das políticas públicas.

Por fim, esboço um questionamento atrevido, provocador: e se o Esporte à Meia-Noite fosse idealizado pela Secretaria de Esporte e Lazer, nos mesmos moldes, com a mesma estrutura atual? E se assim o fosse, conseguindo atingir resultados em termos de redução das taxas de crimes (infrações) cometidos por menores nesse horário noturno? Talvez seu mérito fosse mais acentuado e suas críticas atenuadas; ou ainda, outras críticas surgiriam: “como pode um programa para lazer de madrugada?”.

Mais uma vez é Gutierrez (2001, p.110) quem pondera, “o que importa destacar é que as políticas públicas se inserem num espaço específico, com características próprias, e que não se deve esperar delas nem mais, nem menos do que elas podem dar”.

De fato, é coerente um programa idealizado pela Secretaria de Segurança Pública com um teor de controle social. A incoerência está em não se observar programas e ações de promoção ao acesso democrático e emancipatório ao esporte e lazer idealizados e implementados de maneira consistente, difusa e contínua por aqueles órgãos competentes, fundamentalmente, a Secretaria de Esporte e Lazer. Esta possui, é claro, programas e ações de promoção do esporte e lazer, como por exemplo, as escolinhas de modalidades esportivas a baixo custo (cerca de R\$ 60,00 pelo semestre), entretanto, se concentra na parte central do Plano Piloto de Brasília, dificultando o acesso e até, mesmo, a divulgação nas outras cidades ou áreas periféricas. Vale ressaltar que existe a proposta partindo do atual governo de construção de cerca de 20 vilas olímpicas até o final de 2009, espalhadas entre as cidades do DF, que funcionariam como escolinhas de esportes durante a semana e ficariam abertas nos fins de semana para a comunidade.

Continuidade do Esporte à Meia-Noite: programa de estado?

A entrevista realizada com o atual coordenador geral do programa tentou levantar quais as perspectivas da atual gestão bem como as expectativas em relação à continuidade do mesmo. Com as eleições de 2006, mudou-se o governo, a legenda e a gestão do programa.

O discurso se mantém: um programa preventivo e o esporte enquanto meio e não finalidade do programa, resguardado pela máxima popular de que “mente vazia, oficina do diabo” (ditado presente em quase todas as entrevistas realizadas com a

equipe do núcleo pesquisado), e que afirma o teor de controle – manter os usuários do programa ocupados e sob observação do estado no período de altas taxas de criminalidade.

Há uma ênfase em destacar o caráter preventivo do programa. O coordenador é favorável à idéia de polícia comunitária, argumentando para a participação da comunidade, aproximando e alterando a imagem dos órgãos de segurança pública (a dicotomia repressão-prevenção). Ainda, um dos motivos para considerar o programa bem sucedido é o fato de sua participação ser voluntária, não havendo qualquer tipo de cadastro ou controle de frequência (destaca-se que a média de freqüentadores diária por núcleo está entre 70 e 80).

O Esporte à Meia-Noite, no entendimento do atual coordenador, não é mais um programa de governo, estabelecendo-se enquanto programa de estado, pois, apesar da troca de governo e gestão, ele se mantém e manterá. Após quase 10 anos de existência, o programa já se firmou nas áreas de atendimento, a população local já o conhece e há a intenção de ampliação para outras cidades (o coordenador mencionou que brevemente Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho II serão contemplados com núcleos do programa).

De fato, em termos de um aparato legal, não há nada que assegure ou afirme o programa como de Estado, ou a sua continuidade. Entretanto, o gestor do programa argumenta que existe um decreto de criação e que ele passou a ser um programa de estado a partir do momento em que se deu continuidade a ele, não se mudou o nome, a filosofia, suas diretrizes e forma de atuação. Na realidade, é possível considerar o programa como vantajoso politicamente, pelo fato de ser idealizado pela Secretaria de Segurança Pública, do DF, mas consistindo, mesmo que de forma “secundária” (no que se refere ao significado relevância, educação e enquanto direito social), numa ação voltada para o esporte e lazer (suprindo de certa forma esse tipo de carência) e repercutindo de forma positiva nas comunidades beneficiadas.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____, *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ELIAS, Nibert & SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FILHO, José Ribamar P. *Políticas Públicas nas áreas do lazer e do esporte, movimentos sociais e cidadania: um estudo sobre a região de Leopoldina*. In: Coletânea do ix **enarel**: Encontro nacional de recreação e lazer. WERNECK, Christianne L. G. (org.). Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005, 30ª edição.
- _____, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GARELLI, F. *Controle Social*. In: Bobbio, Norberto *et al*, *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1993.
- GUTIERREZ, Gustavo L. *Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.
- _____, *Lazer e Educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- _____, *Políticas de Lazer*. In: Lazer e Esporte. MARCELLINO, Nelson C. (org). Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- MEDEIROS, Ethel B. *O lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- NUNES, Marcomede Rangel. *Esporte: instrumento de dominação pedagógica*. In, Esporte e Poder. DIEGUEZ, Gilda Korf (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- PARKER, Stanley Robert. *Sociologia do lazer(a)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, Gilvan Ferreira. *Uma reflexão sobre o projeto Esporte à Meia-Noite e suas relações com a violência juvenil no DF*. Tese de Mestrado, Faculdade de Educação Física, Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2004.

RODRIGUES, Rejane P. *Lazer numa perspectiva cidadã – a experiência de Porto Alegre*. In: Coletânea do ix **enarel**: Encontro nacional de recreação e lazer.

RONDON, Lucila S. M. *Participação e cidadania: o esporte e a educação em contexto comunitário*. Tese de mestrado, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, UnB, Brasília, 2003.

ROMERO, Marta. *A violência e as condições degradantes do meio urbano*. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

STEINBERGER, Marília. & CARDOSO, Ana Izabel: *A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado*. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

TELLES, Vera. *Direitos Sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

VASCONCELOS, Ana Maria N. & COSTA, Arthur: *Demografia da Violência no Distrito Federal: evolução e características*. In: Paviani, Aldo & Ferreira, Ignez C. B. & Barreto, Frederico F. P. (orgs). Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: UnB, 2005.

WACQUANT, L. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas, SP: Editora Escuta, 1994.

www.ssp.df.gov.br

www.planaltina.df.gov.br

SOBRE OS AUTORES

Aldo Antonio de Azevedo

Possui graduação em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB - 1980), graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub - 2004), Mestrado em Educação pela UnB (1993), Doutorado em Sociologia pela UnB (1999) e Pós-Doutorado em Gestão do Esporte pela Faculdade de Motricidade Humana (FMH), da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), concluído no primeiro semestre de 2006. Atualmente é Professor Associado da UnB e atua nos cursos de graduação e nos programas de mestrado, da Faculdade de Educação Física (FEF) e Sociologia (SOL). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Esporte, atuando principalmente nos seguintes temas: Esporte, Sociedade e Política - Sociologia do Futebol - Sociologia da Educação Física - Educação Física Escolar - Sociologia do Trabalho e Direito Desportivo. Durante o ano de 2007 atuou como Coordenador Geral da Rede CEDES, de Brasília - DF, com sede na FEF/UnB, e do Projeto Observatório do Torcedor, Mídia Esportiva e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal, financiado pelo Ministério do Esporte (ME).

Contato: aldoazevedo@uol.com.br

Alfredo Feres Neto

Licenciado em Educação Física pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília e Pesquisador da Rede CEDES da Universidade de Brasília.

Contato: alfredo.feres@gmail.com

Danilo Mota Vieira

Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (dezembro/2006), foi pesquisador da Rede CEDES em 2007 e atualmente ocupa cargo efetivo de Sociólogo no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e está cursando MBA em Projetos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Contato: danilomotavieira@gmail.com

Daniel Santos

Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), foi pesquisador da Rede CEDES em 2007 e bolsista voluntário do PIC/UnB. Atualmente trabalha como professor de Sociologia em uma escola pública da cidade de Sobradinho, no Distrito Federal.

Contato: dansantos81@yahoo.com.br

Dori Alves Júnior

Licenciado em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação Física pela UnB (2008). Foi pesquisador da Rede CEDES em 2006 e 2007.
Contato: dori-jr@uol.com.br.

Rafael Rangel Soffredi

Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), foi pesquisador da Rede CEDES em 2007.
Contato: rangel.uba@gmail.com

Pesquisadores graduandos do Curso de Sociologia da UnB que atuaram nas pesquisas de campo:

Conrado Volnei Costa

Julia Simões Zamboni

Danilo Roberto Silva de Oliveira

Victor Coelho Camargo

Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal - foi composto em tipologias Life, corpos 11 pt e impresso em papel Polén Soft 80g nas oficinas da THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA. Acabou-se de imprimir em outubro de 2008, décimo mês do oitavo ano do Terceiro Milênio, data em que se comemoram as três décadas de fundação da THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA

LAVS DEO